

“Deus amou tanto o Mundo que enviou-nos Seu Filho como Vítima de Expição pelos nossos Pecados”

Para uma Compreensão e Vivência da Expição Cristã

Resumo

Neste artigo, o autor reflete sobre a “expição cristã” (de Cristo e dos Seus membros), buscando uma compreensão correta dela, também e exatamente para uma vivência da mesma na vida cristã. Para isso, é necessária uma concepção aprofundada do pecado, que fere a honra e o amor de Deus, e uma reflexão séria sobre a possibilidade e até mesmo a necessidade da reparação do pecado por parte do homem em relação com Deus. Deste modo, o autor chega a reconhecer exatamente no amor expiador de Jesus Cristo – que levou a Sua solidariedade com o homem pecador até ao extremo de o substituir naquilo do qual ele não era capaz – o ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens e a suprema manifestação do amor misericordioso de Deus para com o homem pecador. Para reconhecer isso não apenas não é necessário eliminar no amor de Jesus o elemento da “reparação-satisfação”, mas, pelo contrário, apenas reconhecendo plenamente esta dimensão é que se manifesta toda a grandeza admirável desse amor.

Em seguida, o autor expõe a participação dos discípulos de Cristo, membros do Seu Corpo místico na terra, no Seu amor expiador, reconhecendo nesta participação um grande dom de Cristo para eles. A forma perfeita dessa participação no amor expiador de Cristo consiste na expiação por outras pessoas. Trata-se verdadeiramente do ápice da imitação de Cristo, vivência perfeita do amor a Deus e do amor misericordioso ao próximo. Uma espiritualidade da expiação é, por isso, a do amor cristão levado até as suas últimas consequências, na linha da consagração batismal e crismal e da participação perfeita no Sacrifício Eucarístico como atualização e oferta sacramental do Sacrifício expiatório de Cristo na Cruz.

Summary

In this article, the author reflects upon “Christian expiation” (of Christ and of his members), seeking a correct understanding of this concept, particularly for the sake of seeing how it is to be lived in Christian Life. To this end, he begins by offering a deeper understanding of the concept of sin, which wounds the honor and the love of God, as well as a serious reflection upon the possibility and even the necessity of reparation for sin from the part of man in relation to God. In this way, the author comes to recognize exactly the expiatory love of Jesus Christ – which brought His solidarity with sinful man to the extreme of substituting him in what he was incapable – the absolute summit of his love to God the Father and to men and the supreme manifestation of the merciful love of God towards sinful man. To recognize this, it is not only necessary not to eliminate in the love of Jesus the element of “reparation—satisfaction”, but, on the contrary, only by recognizing fully this dimension is the admirable greatness of this love made manifest.

After this the author discusses the participation of the faithful disciples of Christ, the members of His mystical Body on earth, in His expiatory love, recognizing in this participation a great gift of Christ to them. The perfect form of this participation in the expiatory love of Christ consists in the expiation for others. It is the true summit of the imitation of Christ, the perfect living of the love of God and of the merciful love for neighbor. A spirituality of expiation is, for this reason, Christian love carried to its ultimate consequences, in the line of the consecration received in baptism and confirmation and of the perfect participation in the Eucharistic Sacrifice as the sacramental actualization and offering of the expiatory sacrifice of Christ on the Cross.

* * *

Introdução

O Apóstolo João nos transmitiu o testemunho do Senhor Jesus a respeito do amor extremado de Seu Pai para com todos os homens: “Deus amou *tanto* o mundo, que *entregou o Seu Filho único*, para que todo o que n’Ele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16). Tendo

conhecido, vivenciado e meditado este mistério, o mesmo Apóstolo deu seu testemunho pessoal a respeito desse amor, explicitando-lhe uma característica particular e importante: “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele quem nos amou e enviou-nos Seu Filho como *expição*¹ pelos nossos pecados” (1Jo 4,10; cf. 2,2). O Apóstolo fala, portanto, do amor do Pai que enviou Seu Filho *para realizar o sacrifício de expiação* ou *propiciação* pelos pecados de todos os homens.

“Sacrifício expiatório” ou “propiciatório”? Jesus Cristo como “vítima de expiação” pelos pecados dos homens, para obter-lhes, portanto, o perdão dos pecados? E, ainda por cima, “expiação” também na vida dos cristãos? Tudo isso se tornou, para muitos, um pensamento estranho, uma idéia que lhes parece inaceitável, incompatível com a idéia de um Deus-Amor. De fato, são muitos que não compreendem ou têm uma atitude fechada a uma verdadeira compreensão do sacrifício expiatório de Jesus Cristo, nosso Salvador. Esta atitude e incompreensão referem-se tanto ao “sacrifício” como, mais ainda, à idéia de “expiação”, “propiciação”, “reparação”, “redenção” ou “satisfação”. Em um artigo sobre a “teologia da liturgia”, o então Cardeal Joseph Ratzinger escreveu, em 2002, pondo o dedo numa ferida no pensamento hodierno:

De fato, ele [o conceito de sacrifício] abre o acesso a uma compreensão global de culto e liturgia: [...] A teologia da Páscoa do Novo Testamento [...] significa exatamente que o acontecimento aparentemente profano da crucifixão de Cristo é sacrifício expiatório, um ato curador do amor reconciliador do Deus feito homem. Teologia da Páscoa é teologia da redenção, liturgia do sacrifício expiatório. [...] Tudo isso se tornou extremamente alheio ao pensamento hodierno. Por expiação talvez se possa imaginar algo no contexto de litígios humanos e da eliminação de culpa entre pessoas humanas, mas a transferência [do conceito expiação] para a relação entre Deus e homem falha. Isto parece, em grande parte, ser devido ao fato de que nosso conceito de Deus se tornou pálido, próximo ao deísmo. Já não se pode imaginar que uma culpa humana possa ofender a Deus e,

¹ ἵλασμός significa *expição*, *propiciação*; no contexto da carta, pode também ser traduzido com a expressão “vítima de expiação”. A Vulgata e a Neo-Vulgata traduzem: “misit Filium suum *propitiationem* pro peccatis nostris”. Como escreve A. Vögtle, a “mensagem neotestamentária não dá importância tanto ao conceito da expiação quanto à obra expiadora concreta de Cristo, com a qual se dá ‘o ministério da reconciliação’ (2Cor 5,18)” (A. VÖGTLE, *Sühne. IV. Im NT*, em: LThK² 9, 1155). Para nós também, nestas reflexões, o mais importante não é o conceito ou a palavra que exprime o conceito, mas uma compreensão certa e profunda da obra de Cristo caracterizada com o conceito “expiação” e conceitos semelhantes.

muito menos, que ela necessite de uma tal expiação como a é a Cruz de Cristo. Também por “representação” [Stellvertretung] dificilmente ainda conseguimos fazer uma idéia – por demais individualista se tornou nossa concepção do homem.²

De fato, hoje em dia já não nos encontramos na situação em que, p. ex., Peter Eder, ao realizar seu estudo teológico sobre o tema da expiação, pôde contar não apenas com a aceitação pacífica da idéia da expiação ou reparação que Jesus Cristo realizou por todos os homens pecadores, mas, inclusive, com o fato de que “a convicção da possibilidade de poder expiar uns pelos outros se tornou de tal modo evidente para a consciência de fé católica ...”³

Por que será que, nas décadas depois do Concílio Vaticano II, a idéia do sacrifício expiatório de Jesus Cristo, bem como a participação nele por parte dos membros do Seu Corpo na terra, se tornou tema controvertido ou simplesmente silenciado, tema suspeito ou, até mesmo, redondamente rejeitado, inclusive por parte de teólogos católicos?⁴ Uma razão pode ter sido, eventualmente, uma *compreensão inadequada* do que seja sacrifício e expiação, como quando se pensa que Jesus teria sido *castigado por Deus* em nosso lugar. Daí se chega até mesmo a pensar que a idéia de expiação ou sacrifício expiatório de Cristo (que o Pai quis) fosse o equivalente da concepção de um Deus carrasco, cuja vontade de castigar (se vingar) só pode ser satisfeita pelo derramamento do sangue do culpado ou, até mesmo, do sangue de Seu próprio Filho (que é totalmente inocente!). E

² J. RATZINGER, *Theologie der Liturgie*, em: *Forum Katholische Theologie* 18 (2002) 6-7.

³ P. EDER, *Sühne. Eine theologische Untersuchung*, Wien 1962, 122.

⁴ Na verdade, no tempo moderno, já o assim chamado “modernismo” (final do séc. XIX e inícios do séc. XX), influenciado decisivamente pelo protestantismo liberal, reduzia a paixão e morte de Cristo a um mero exemplo de amor. Em resposta, o Santo Ofício, no decreto *Lamentabili* (3/07/1907), condenou a proposição modernista: “A doutrina relativa à morte expiatória de Cristo não é evangélica, mas apenas paulina” (DS 3438). Depois da segunda guerra mundial, porém, reaparece na teologia católica a discussão sobre o conceito de reparação (sacrifício expiatório). Na obra de I. DE MONTCHEUIL, *Leçons sur le Christ*, Paris 1949, é eliminada a idéia de satisfação e não existe mais o conceito de pecado como ofensa pessoal a Deus. Papa Pio XII (encíclica *Humani Generis*, ano 1950) repreende, então, aqueles que destroem “o conceito de pecado original juntamente com o de pecado em geral, como ofensa a Deus, e também o da satisfação que Cristo ofereceu por nós” (n. 26: DS 3891; cf. também ID., Encíclica *Haurietis aquas*: AAS (1956) 321). Somente depois do Concílio Vaticano II haverá de novo teólogos que rejeitam a idéia da *satisfação*, substituindo-a com a da *solidariedade* de Cristo com os homens.

esta concepção é então, evidentemente e com razão, rejeitada. Mas, o grande erro está em rejeitar toda e qualquer idéia de expiação, propiciação, satisfação, reparação⁵, inclusive, portanto, a *correta e necessária*, e que – como pretendemos expor – nos pode fazer reconhecer, de maneira estupenda, a *grandeza do amor de Deus*.

Outra razão pode ter sido a de os documentos do Concílio não tratarem desse tema nomeada e explicitamente. No entanto, tal razão tem como fundamento a suposição de que tudo aquilo que nos documentos do último Concílio não foi ensinado (explicitamente) faça parte de temas ou idéias ultrapassadas.⁶ É evidente que esta suposição é um engano grosseiro. Como se o Concílio Vaticano II tivesse querido apresentar uma síntese completa da fé católica!⁷ Como exemplificação da atitude mencionada pode servir o “Catecismo holandês” (considerado, em seu tempo, como sendo uma expressão da novidade trazida pelo Concílio). Com efeito, na declaração da Comissão de Cardeais que, por ordem do Papa Paulo VI, estudou o texto desse Catecismo, se pode ler a respeito do nosso tema:

Sem ambigüidades, há de se propor os elementos da doutrina sobre a satisfação de Cristo, que pertence à nossa fé. Deus assim amou os pecadores que enviou ao mundo o seu próprio Filho para reconciliá-los consigo (cf. *2 Cor 5,19*) [...] Com esta morte santíssima, a qual, aos olhos de Deus, compensou de uma maneira superabundante os pecados do mundo, obteve que a graça divina fosse devolvida ao gênero humano, como um bem que merecera em sua Cabeça divina.⁸

Na verdade, uma compreensão não redutiva do “Mistério pascal de

⁵ Quanto à terminologia, veja o esclarecimento que daremos mais adiante (II., 2., 2) *A linguagem para exprimir a realidade misteriosa*, pp. 50-51.

⁶ Em geral, quanto à hermenêutica certa do Concílio Vaticano II, a saber, a “hermenêutica da continuidade”, veja-se BENTO XVI, *Discurso à Cúria Romana* (22/12/05): AAS 98 (2006) 44-45. Mais recentemente, a Congregação para a Doutrina da Fé esclareceu, diretamente em referência à Eclesiologia, que o Concílio *não mudou* a precedente doutrina sobre a Igreja, mas “apenas quis desenvolvê-la, aprofundá-la e expô-la com maior fecundidade” (ID., *Respostas a questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja*, em: *L’Osservatore Romano* (ed. port.), 14 de julho de 2007, 8).

⁷ Por isso mesmo, pode haver temas ou doutrinas ou aprofundamentos de temas que teriam sido desejáveis ou teriam merecido ser tratados pelo Concílio, mas não o foram. Por exemplo, procura-se em vão, nos textos do Concílio, uma teologia da imagem (imagens sagradas), cujo sentido não se pode reduzir a uma função ilustrativo-pedagógica; cf. Christoph SCHÖNBORN, *Die Christuskone*, Schaffhausen 1984.

⁸ AAS 60 (1968) 688.

Cristo”, conceito importante nos textos do Concílio⁹, reconhecerá nele a dimensão da “satisfação” ou “reparação”. O *Catecismo da Igreja Católica* faz isso, ao escrever:

Por sua obediência até a morte, Jesus realizou a substituição do Servo Sofredor que “oferece sua vida em *sacrifício expiatório*”, “quando carregava o pecado das multidões”, “que ele justifica levando sobre si o pecado de muitos” (cf. Is 53,10-12). Jesus prestou reparação por nossas faltas e satisfz o Pai por nossos pecados (cf. Conc. de Trento: DS 1529).¹⁰

Outras razões ainda poderemos ver no decorrer das seguintes reflexões.

Neste artigo, depois de já termos dado uma contribuição para uma adequada compreensão do que é o “sacrifício”, a partir do Mistério pascal de Cristo, Seu Sacrifício da Cruz¹¹, propomo-nos a fazer o mesmo em relação à “expição”, portanto, ao sacrifício expiatório, tanto de Jesus Cristo como também dos Seus membros na terra (Cabeça e membros).¹²

Para esta finalidade é preciso, em primeiro lugar, refletir sobre a **relação (comunhão) interpessoal entre Deus e o homem**, à luz ou à imagem da relação-comunhão entre o Pai e o Filho no Espírito Santo. Assim, importa ter uma concepção clara da **aliança** de amor entre Deus e o homem, aliança que é *rompida pelo pecado* do homem. Daí se vê a necessidade de uma concepção certa do que seja o **pecado** e a situação ou estado que ele causa, ou seja, a concepção certa do que seja o pecado – para Deus e para o homem; não apenas para o homem, mas *também*

⁹ Veja-se, p. ex., *Sacrosanctum Concilium*, nn. 5s, 61, 104, 106, 107, 109; *Gaudium et spes*, nn. 22, 38. No entanto, é notável que num outro documento, importantíssimo, do Concílio, a saber, a Constituição dogmática *Lumen gentium*, não se encontra a expressão “mistério pascal”; a palavra “Páscoa” ocorre apenas em uma citação de *1Cor 5,7*. Esta já é uma indicação clara que não se deve dar tanta importância à ausência de determinado termo em documentos conciliares. Se falta a palavra, não falta necessariamente a idéia (e sua expressão, porém em outros termos).

¹⁰ *Catecismo da Igreja Católica* (= *Cat.*), n. 615. Cf. também *Cat.* 1460 (cf. também J.A. SAYÉS, *El tema de la redención en el catecismo de la Iglesia católica*, Burg 1994). Veja-se também JOÃO PAULO II, Encíclica *Redemptor hominis*, n. 9.

¹¹ Cf. N. THANNER, *O “único Sacrifício perfeito”. Sua Essência e sua Prefiguração*, em: *Sapientia Crucis* (= *SapCru*) 4 (2003) 41-112; ID., *O “Único Sacrifício Perfeito”. Sua Representação e Oferta sacramental*, em: *SapCru* 5 (2004) 131-196.

¹² Nesta reflexão sobre a “expição cristã” baseamo-nos, em boa parte, em estudos já publicados anteriormente: os artigos indicados na nota anterior e os seguintes: N. THANNER, *O Porquê da Cruz (I)*, em: *SapCru* 1 (2000) 65-85; ID., *O Porquê da Cruz (II)*, em: *SapCru* 2 (2001) 25-55.

para Deus. Ora, como a comunhão entre Deus e o homem deve ser vista à luz da comunhão trinitária – exatamente, do Filho com o Pai no Espírito Santo –, assim também o estado causado pelo pecado, isto é, a destruição dessa comunhão, bem como o caminho da reparação desse estrago, isto é, a restituição da comunhão, deve ser vista **à luz do mistério trinitário de Deus-Amor**.

Por isso, para termos uma *compreensão certa da expiação*, é necessário entendermos primeiro **o que é o pecado**: ruptura da comunhão de amor entre Deus e o homem por parte do homem, um “não” do homem a Deus, com conseqüências *para Deus e para o homem*. Uma concepção clara e a mais profunda possível do que seja o pecado é um *primeiro pressuposto* para uma compreensão certa da expiação. Por isso mesmo, quem perdeu o sentido (cristão) do pecado¹³ não pode, de modo algum, ter alguma compreensão da expiação. Ora, para compreender a verdadeira essência do pecado, é preciso reconhecer a primeira, fundamental e absolutamente essencial das quatro dimensões do pecado: a dimensão *teo-lógica*, a relação do homem com Deus¹⁴, “pois fora desta relação o mal do pecado não é desmascarado na sua verdadeira identidade de recusa e de oposição face a Deus”¹⁵.

¹³ Cf. JOÃO PAULO II, Exortação apostólica pós-sinodal *Reconciliatio et Paenitentia* (2/12/1984), n. 18, intitulado: “Perda do sentido do pecado”. “Conjuntamente com a consciência, fica também obscurecido o *sentido de Deus*, e então, perdido este decisivo ponto de referência interior, desaparece o sentido do pecado. Foi este o motivo por que o meu Predecessor Pio XII, com palavras que se tornaram quase proverbiais, pôde declarar um dia que ‘o pecado do século é a perda do sentido do pecado’” (ID., *ibid.*). Também a Congregação para a Doutrina da Fé, em sua Instrução *Libertatis conscientia* (22/03/1986), fala, em relação a “muitos dos nossos contemporâneos”, da necessidade de “redescobrir o sentido do pecado” (n. 37). Aliás, só assim poderão também ter um conhecimento profundo do *amor de Deus*, como observou bem o Papa Bento XVI: “Na realidade, a perda da consciência do pecado engloba sempre também uma certa superficialidade na compreensão do próprio amor de Deus” (ID., Exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis*, n. 20). Quanto à essência profunda do pecado, reconhecível apenas à luz da Revelação divina, cf. L. SCHEFFCZYK, *Wirklichkeit und Geheimnis der Sünde*, Augsburg 1970.

¹⁴ As outras dimensões são a *antropológica* (relação do homem consigo mesmo), a *sociológica* (relação do homem com as outras pessoas humanas e, na fé, com os anjos) e a *cosmológica* (relação do homem com o mundo material). A Instrução *Libertatis conscientia* (cf. nota de rodapé anterior) menciona estas dimensões nos seguintes termos: “Negando, ou tentando negar Deus, seu Princípio e seu Fim, o homem altera profundamente a sua ordem e o seu equilíbrio interior, os da sociedade e até mesmo os da criação visível” (n. 38).

¹⁵ *Cat.* 386.

I. O pecado: ruptura da comunhão interpessoal entre o homem e Deus, ferindo a honra e o amor de Deus

1. A comunhão entre o homem e Deus à imagem da comunhão, em Deus, entre o Filho e o Pai no Espírito Santo

A origem primeira e o modelo supremo de toda comunhão interpessoal, particularmente da comunhão entre o homem e Deus, é aquela entre Deus Pai e Deus Filho no Espírito Santo. O Pai conhece e ama o Filho, e o Filho, por Sua vez, conhece e ama o Pai com o mesmo e idêntico ato eterno de conhecimento e amor. Porém, o Filho tem este ato infinito como *Filho*, como Aquele, portanto, que é o Gerado do Pai, como Aquele que tem (é) tudo *do Pai* (pela geração eterna). Por isso, o conhecimento e o amor do Filho ao Pai trazem a característica que podemos chamar de “resposta”. Ora, do ato mútuo e comum de amor do Pai ao Filho e d’Este ao Pai – sob o aspecto determinante é o ato de amor, embora este não se distinga em Deus realmente do ato de conhecimento – procede o Espírito Santo, como a Pessoa-Amor, a Comunhão-entre-o-Pai-e-o-Filho em Pessoa, a Unidade-de-Amor entre Eles. Assim há em Deus o que chamamos a “comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo”.

Ao criar o homem e fazê-lo “participante da natureza divina” (cf. *2Pd* 1,4), Deus Trindade lhe fez o presente de participar da comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo. Como o Filho eterno, também o homem procede do Pai, embora não por geração, mas pelo ato criador (processão na diversidade da essência, não na unidade da essência; igualmente, não procede somente do Pai, mas também do Filho e do Espírito Santo). E tornando-se participante da natureza divina, o homem – sendo imagem de Deus em semelhança com o Filho, como “filho no Filho” – pode dar a Deus, em resposta, aquele mesmo amor que d’Ele recebeu, não amor divino infinito, certamente, mas uma participação deste amor divino (virtude teologal do amor). Deste modo, na base do conhecimento de Deus pela fé (também participação do conhecimento propriamente divino), o homem pode ter uma verdadeira comunhão interpessoal com Deus Trindade, ou seja, uma participação da comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo; uma **verdadeira amizade**, um “**amor de comunhão**”, um **amor recíproco**, uma **aliança de amor e vida** entre Deus e o homem.¹⁶

¹⁶ São Tomás de Aquino expressou vigorosamente a grandeza estupenda da virtude teologal do amor a Deus, que caracteriza claramente como “amizade” (cf. *Summa Theologiae* [= *S.Th.*] II-II, q. 23, a. 1), ao escrever a seguinte afirmação: “A caridade

Para isto, porém, não basta que o homem receba o dom do amor divino em seu coração “pelo Espírito Santo que nos foi dado” (cf. *Rm* 5,5¹⁷), mas este amor divino, que é um dom gratuito de Deus, deve tornar-se o amor *da pessoa humana, seu próprio amor com que ama a Deus*. Pois não existe amizade, aliança de amor, a não ser pelo empenho próprio de cada uma das partes que concluem a aliança. Não pode haver unilateralidade; do contrário, não existe aliança, amor de amizade.

Essa resposta de amor divino do homem a Deus é amor *do homem*, seu *próprio* amor (embora seja fundamentalmente dom gratuito de Deus), se é **amor livre**.¹⁸ Pela liberdade, o homem pode, “respondendo”, oferecer a Deus como *seu próprio* amor aquele mesmo amor que recebeu de Deus como dom. Além disso, este amor do homem a Deus tem de ser um amar “*acima de tudo*” e “*com todas as forças*”. Se Deus não for amado acima de tudo (sobre todas as criaturas), este amor divino (resposta ao amor de Deus) simplesmente não existe no coração humano; não é verdadeiro amor a Deus. E como Deus ama tudo que não é Ele mesmo *por causa de Si mesmo* (a bondade por essência), assim também o homem que ama com o amor divino ama as criaturas *por causa de Deus* e em Deus; é um só amor, portanto, com que ama a Deus e ama as criaturas.

Ora, o pecado é negação desse amor. Isto, porém, não se deve entender como se fosse simplesmente negar-se a dar essa resposta de amor, isto é, não amar em vez de amar. Na verdade, é mesmo negação no sentido de “dizer ‘não’” a Deus¹⁹; é ruptura dessa comunhão entre o homem e Deus por parte do homem, ruptura esta que *ofende a Deus*, “fere a honra de Deus e seu amor” (*Cat.* 1487).

não é um virtude do homem enquanto ele é homem, mas enquanto, pela participação da graça, se torna Deus e filho de Deus” (Id., *De caritate*, 2,15). Cf. E. SCHOCKENHOFF, *Die Liebe als Freundschaft des Menschen mit Gott. Das Proprium der Caritas-Lehre des Thomas von Aquin*, em: *Internationale Katholische Zeitschrift Communio* 36 (2007) 232-246.

¹⁷ São Tomás de Aquino (*S.Th.* II-II, q. 23, a. 3, ad 3) chama esse dom do amor divino (“*caritas*”) no homem uma “certa participação do Espírito Santo” (“*participatio quaedam Spiritus Sancti*”).

¹⁸ Cf. N. THANNER, *O Porquê da Cruz (I)*, em: *SapCru* 1 (2000) 76s, 81s. Cf. também *Cat.* 1745.

¹⁹ Em que consiste este “não” a Deus, presente em todo pecado, veremos logo.

2. O pecado: ruptura da comunhão entre o homem e Deus, causando uma ofensa infinita a Deus

1) A ruptura da comunhão entre o homem e Deus pelo pecado

O pecado (grave, mortal) é exatamente o contrário do amor do homem a Deus acima de tudo, sendo que este amor, o homem o *deve* a Deus como ao bem-por-essência, à própria bondade infinita e, portanto, ao seu fim último; ele também, e particularmente, deve este amor a Deus como a seu Pai amoroso, que o fez Seu filho amado.

O pecado é, em concreto, um ato (ou omissão de um ato) pelo qual o homem²⁰ quer livremente, escolhe diretamente um *bem criado* (seja o que for), mas de uma maneira *desordenada*. No pecado chamado grave ou mortal, a desordem é tal que ela consiste em *preferir* esse bem criado a Deus, o bem incriado. A desordem é tão grande que o “sim” (adesão, amor) ao bem criado exclui o “sim” ao bem incriado, infinito, a Deus; o “sim” ao bem criado implica, portanto, o “não” a Deus. O grande mal do pecado está nesta desordem em relação a Deus como o fim último do homem: o ato pecaminoso é incompatível com o amor a Deus acima de tudo, é *rejeição de Deus como fim último*, ou seja, *como digno de ser amado infinitamente, acima de tudo*, o quanto o homem puder (“com todas as forças”). O amor próprio que comanda essa escolha é preferência de si mesmo a Deus. Evidentemente, este ato pecaminoso é ato de romper a comunhão (aliança de amor) com Deus, pois esta não consiste apenas no amor (e conhecimento pressuposto) de Deus para com o homem, mas necessariamente também requer o amor *do homem* para com Deus (amor de amizade, aliança).

O homem rompe a comunhão, a aliança; daí, a aliança, a comunhão está rompida, não existe mais aquela comunhão vital de amor do homem com Deus. Este é o resultado do ato pecaminoso no que diz respeito ao homem²¹; é a condição, **o estado do homem pecador**. Enquanto o ato é algo transitório, esse estado é permanente ou habitual, a não ser que por algum ato novo ele seja mudado, reparado. Em outras palavras: enquanto

²⁰ O mesmo vale de qualquer pessoa criada, também, portanto, dos anjos.

²¹ Uma vez que se trata de uma *aliança*, de um amor de aliança, de amizade, o pecado não pode deixar de ter sua repercussão também para Deus. Quem causa a ruptura da comunhão é o homem, mas quem, assim, perde a comunhão não é apenas o homem, mas também Deus: não há mais a comunhão *de Deus* com o homem. Isto veremos ao falar sobre a ofensa de Deus pelo pecado.

o pecador ficar sendo tal diante de Deus, isto é, enquanto não rejeitar o seu “não” a Deus (implicado no “sim” desordenado a si mesmo) com um ato contrário, ele fica sempre oposto a Deus. A sua rejeição do amor (do amor de Deus para com ele e do seu amor para com Deus, ou melhor: rejeição do Deus-Amor) não passa; ele está completamente preso nesta situação. Na verdade, ele mesmo não pode restabelecer a comunhão com Deus. Eis a consequência trágica do pecado.

Com isso já vemos o mal que é o pecado em si e em suas consequências. Porém, há mais a ser considerado. O pecado é apenas um mal do homem, ou seja, um mal *para* o homem? Não é também um **mal para Deus**? É somente pela consideração do pecado como um mal para Deus que se pode reconhecer toda a grandeza do mal do pecado.

2) A ofensa divina causada pelo pecado

O pecado contém em si uma ofensa de Deus. Cometendo o pecado, o homem ofende a Deus, **ferre a Sua honra e Seu amor**. Esta é uma afirmação clara e constante da S. Escritura e da Tradição.

a) A ofensa divina na Sagrada Escritura

Se, segundo a S. Escritura, o pecado não pode causar dano a Deus, não pode tirar-Lhe nem Sua perfeição absoluta nem Sua transcendência (cf. *Jr* 7,19; *Jó* 35,6; 7,20), isto não significa que Deus seja insensível em relação ao pecado do homem. Os relatos bíblicos testemunham suficientemente a profunda repercussão dos pecados dos homens em Deus. Trata-se de um elemento essencial da revelação bíblica: Deus Se revela *infinidamente ofendido* pelo pecado do homem.

Pela aliança que Deus estabelece com os homens, Ele Se expõe à possibilidade de o Seu amor ser rejeitado; Ele Se torna “vulnerável”. Na S. Escritura há duas imagens impressionantes a manifestarem a profundidade da dor do amor divino rejeitado: a ingratidão do filho para com seu pai e a infidelidade da esposa em relação ao esposo (adultério).²² É nesta perspectiva que se pode e deve entender o “ciúme” e a “ira” temível de Deus²³.

No Novo Testamento, a realidade do pecado como ofensa a Deus encontramos particularmente na parábola do filho pródigo (cf. *Lc* 15,11-32). Este fato indica já a índole própria da Nova Aliança: a revelação da

²² Cf. *Os* 7,13; 11,1-9; *Ez* 16,6-42.

²³ Esta ira é a dor do amor rejeitado (veja-se, p. ex., *Os* 11,8-9; 16,38.42).

ofensa divina destina-se essencialmente a fazer compreender o sentido do perdão e a grandeza da misericórdia divina. Nessa parábola, o pecado é descrito como o ultraje de um filho a seu pai. A alegria do pai no retorno do filho manifesta vivamente a profundidade da tristeza do pai na partida do filho. A revelação da compaixão que perdoa com alegria é inseparável da revelação de uma *verdadeira ofensa infligida ao pai*.

No episódio narrado em *Mc 3,1-6*, o olhar *indignado* de Jesus sobre os fariseus, juntamente com a *tristeza* proveniente da compaixão pela dureza de seus corações, faz compreender aquilo que, em Deus, é o *amor ferido pelo pecado* (v. 5).

Em *Ef 4,30*, São Paulo fala do Espírito Santo em relação ao pecado contra a caridade: “Não entristeçais o Espírito Santo de Deus, que vos marcou com o Seu sinal para o dia da redenção.” A expressão usada faz referência a *Is 63,10*: “Revoltaram-se e contristaram Seu Espírito Santo.” O profeta fala, em relação à revolta do povo, de um desgosto infligido ao Deus de amor que conduzia Seu povo ao repouso. O Apóstolo diz aos cristãos que o Espírito Santo, presente em cada um deles por força do sinete batismal, é tocado diretamente, entristecido pelas faltas contra a caridade.

O pecado é, portanto, ofensa ao *Pai*; é ofensa a *Cristo*, que é a expressão visível do amor divino; é ofensa ao *Espírito Santo* presente no coração do cristão. Neste contexto coloca-se o pedido do PAI NOSSO: “Perdoa-nos as nossas culpas” (*Mt 6,12*). O pecado comporta uma *dívida pessoal em relação ao Pai*.

b) A explicação teológica

Como explicar teologicamente a ofensa feita a Deus pelo pecado? Devemos considerar o *ato* humano de ofender a Deus, a **ofensa ativa**, bem como a ofensa *em Deus*, a **ofensa passiva**.

Ofensa ativa

Quanto ao *ato* de ofender, a ofensa consiste em o homem se negar a reconhecer a *dignidade própria* de Deus, em negar (na prática) a *bondade infinita* de Deus, não Lhe dando o reconhecimento devido porque prefere um bem criado ao próprio Deus. Ora, comparando o bem *infinito* com o bem criado, *finito*, como também considerando a *total e global dependência* da criatura de Deus, pode-se avaliar a *maldade* do pecado como *preferência do bem finito ao bem infinito* e como tentativa de *independência* da parte da criatura em relação ao Criador. Aquela pessoa que por Deus foi criada do nada e é continuamente sustentada na existência,

diz a Deus, não com palavras, mas por sua ação: “Não preciso (dependo) de você; você não é a bondade infinita; você não é um bem maior do que este bem criado; você é *menos* do que este bem; por isso o prefiro a você!” Trata-se, de fato, de uma *rejeição*, uma *negação de Deus*, também da parte daquele que especulativamente professa a existência de Deus. O pecado é uma *abolição de Deus*, não no universo *real*, mas no ou do universo *pessoal*. Eis a *ofensa imensa* de Deus contida no ato pecaminoso! Eis a *desonra* para Deus Criador, para o Deus três vezes Santo!²⁴

Esta ofensa, esta desonra diz respeito tanto à **justiça** como ao **amor**. A ordenação do homem e de todas as criaturas a Deus diz respeito, em primeiro lugar, à “*justiça*” da criatura,²⁵ isto é, à reta ordem, na criatura, em relação a Deus²⁶. Refere-se ao “direito de Deus”²⁷. Mas, além da justiça, diz respeito também ao *amor*: o pecado é rejeição do amor gratuito de Deus, negação da resposta de amor do homem a esse amor divino, negação do valor do amor de Deus para o homem. No entanto, os dois aspectos são inseparáveis: o amor divino – todo amor autêntico – é sempre *justo* (em Deus, nem existe distinção real entre amor e justiça), como também a justiça divina é sempre amorosa. Querer separar o amor da justiça, e vice-versa, no sentido de excluir da consideração um ou outra, é um erro com consequências prejudiciais que podem ir longe.

Já dissemos que, para entender a expiação ou reparação do pecado, é imprescindível tomar consciência – até às últimas consequências – de que aqui se trata das relações interpessoais entre o homem e Deus, da comunhão entre eles, a qual certamente é uma realidade de amor (e conhecimento, que é sempre o pressuposto do amor). Ora, querer eliminar o aspecto da justiça nas relações interpessoais é tão errado quanto eliminar

²⁴ A santidade *ontológica* de Deus consiste em ser Ele o *bem-por-essência*, a própria bondade infinita.

²⁵ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.*, I-II, q. 113, a. 1.

²⁶ Não vivendo, ou seja, negando existencialmente a sua total dependência de Deus por não se ordenar livremente a Ele como (à causa primeira de todo o bem e) ao seu fim último, o homem também viola a ordem universal, isto é, a ordenação ou orientação de todo o universo material a Deus. Pois todo homem é responsável por esta ordem, não somente porque ele mesmo faz parte deste universo e com a sua liberdade deve ordenar a Deus aquela parte do universo que é ele mesmo, mas também porque é no homem que este universo toma, de alguma maneira, consciência de si; e como esta “consciência do universo”, o homem deve ordenar o universo para Deus.

²⁷ Isto é evidente; querer negar isto, para reconhecer apenas a dimensão do amor, com certa aversão ao aspecto do direito, seria mesmo ofender a Deus.

o aspecto do amor. Pois não apenas é verdade que o amor tem de (impele mesmo poderosamente a) respeitar os direitos da outra pessoa – o amor tem de ser justo –, mas há os casos em que eu *devo* (dever, obrigação de justiça) um determinado amor a outra pessoa, como é certamente o caso do amor do homem para com Deus: **se eu não amo a Deus**, e exatamente acima de tudo, eu não Lhe dou o que Lhe é devido, eu **não sou justo para com Deus**, eu cometo uma injustiça contra Ele.

No entanto, existe, além disso, o aspecto que é, especial e propriamente, o do **amor: ferir o coração que tanto me ama**. E é aqui que entramos plenamente no mistério de Deus-Amor em relação às pessoas criadas por amor e chamadas (e já capacitadas) à comunhão com Ele (à participação na comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo). Devemos, portanto, refletir sobre a ofensa “passiva”.

Ofensa passiva

Somente quando se considera a ofensa de Deus em sentido “passivo”, isto é, quando se medita no mistério do próprio Deus ofendido, o mistério do pecado como ofensa de Deus manifesta-se plenamente.

Da Revelação divina sobre o pecado deve-se reter este princípio fundamental: **o pecado ofende verdadeira e realmente a Deus**. Ora, a teologia especulativa esforçou-se, em geral, por explicar a ofensa tendo como preocupação primária a de preservar a imutabilidade divina; procurou, sobretudo, reduzir a ofensa ao comportamento humano, à intenção ou à disposição pessoal do pecador, *negando toda verdadeira repercussão em Deus*. Característica para esta redução da ofensa ao *aspecto humano somente* (a ofensa ativa, de que falamos anteriormente), é a definição do pecado como negar-se a amar, e só isso. Certamente, como já vimos, é verdade que o pecado é uma negação do amor a Deus, e por isso ele provoca uma ruptura nas relações pessoais entre o homem e Deus. Mas, já que se trata de relações interpessoais, recíprocas, portanto, não se deve considerar *unicamente* aquilo que se produz *do lado do homem* e esquecer o outro lado, o de *Deus*. Na verdade, para que haja uma verdadeira ofensa, é necessário que, de alguma maneira, *Deus mesmo seja atingido* (ofensa *passiva*).

Num ensaio interessante, J. Maritain pôs nitidamente a questão:

Final, o pecado dos seres que Ele fez, não é **o mal de Deus**? O pecado que se estende no curso da história do mundo, e todo pecado cometido por cada um de nós, não **“fazem alguma coisa” a Deus mesmo?**²⁸

²⁸ J. MARITAIN, *Quelques réflexions sur le savoir théologique*. *RevThom* 77 (1969) 20.

Porém, já três séculos antes (séc. XVII), um teólogo tomista, Domingos de Santa Teresa, carmelita de Salamanca, esforçou-se particularmente por reconhecer todo o alcance da ofensa de Deus. Ele, de fato, se pergunta: a ofensa *atinge a Deus intrinsecamente*? É em Deus subjetivamente, como ofensa *passiva*? Ou ela termina simplesmente em Deus como num objeto, de modo extrínseco? A sua resposta é, aduzindo também a concórdia com outros “teólogos de peso”: Com a ofensa proveniente do pecado, Deus é de algum modo *ferido moralmente* e deve-se dizer que Ele é, de alguma maneira, “**intrinsecamente ofendido, injuriado, danificado**”.²⁹ A ofensa passiva é caracterizada “menos por ser o mal do pecador e da ação pecaminosa, que por ser um **mal de Deus mesmo** que é ofendido e danificado pelo pecado; eis porque (a ofensa) requer, mais do que a pena para o pecador e o pecado, a satisfação e a restituição ao Deus ofendido.” Além disso, a infinitude da ofensa explica-se somente se esta ofensa, de alguma maneira, existe subjetivamente *em Deus*.

Mas, Domingos de S. Teresa conhece também a objeção que diz: Se Deus é intrinsecamente ofendido, dá-se n’Ele uma *mudança intrínseca*; ora, isto contradiz à imutabilidade, à perfeição propriamente divina. Como responde o nosso teólogo? Ele esclarece que o pecador com o seu ato não põe em Deus nada “efetivamente e eficazmente”, mas ele “põe n’Ele ou tira-Lhe algo *afetivamente*”. O pecador, pelas suas disposições afetivas, tem a intenção de fazer mal a Deus, pois não Lhe dá a honra, o culto e sobretudo o amor que Lhe deve, e Lhe tira o Seu valor de ser o fim último. Certamente, o pecador não pode causar *efetivamente* um dano a Deus, isto é, não pode diminuir a perfeição infinita de Deus, pois disto ele não é capaz, absolutamente. Mas encontramos-nos aqui na ordem da *ofensa* e da *injúria moral*: nesta ordem, **Deus Se retém realmente ofendido e danificado, como se a Sua soberania fosse efetivamente destruída**, e a ofensa possui uma **gravidade infinita** que não é menor que *aquela que possuiria se tivesse como resultado uma destruição efetiva*. Ora, a imutabilidade das perfeições divinas impede somente que o pecador possa causar uma privação *efetiva* em Deus, mas não que ele possa causar uma **privação afetiva** e segundo a explicação dada. Esta explicação de Domingos de S. Teresa, falando de uma “privação afetiva”, pode indicar

O negrito é nosso.

²⁹ *Collegii Salmanticensis Cursus theológicus*, VII, Paris 1877, 211. Citação em J. GALOT, *Gesù Liberatore*, Firenze 1978, 255. Grifo nosso. A indicação vale também para as citações seguintes.

a via pela qual se pode buscar alguma explicação do pecado em conformidade com a imagem bíblica do amor divino realmente sofrendo pelo pecado do homem.

O Papa João Paulo II, na Encíclica *Dominum et vivificantem*, encaminhou sua reflexão nesta direção. Ele fala do “Espírito que perscruta as profundezas de Deus” e que “convence o mundo quanto ao pecado”, e escreve então o seguinte:

Convencer do pecado quer dizer demonstrar o mal nele contido. Isto equivale a desvendar o “mysterium iniquitatis” (mistério da iniquidade). Não é possível atingir o mal do pecado em toda a sua dolorosa realidade sem “perscrutar as profundezas de Deus”. [...] O “convencer quanto ao pecado”, portanto, não deveria significar também *revelar o sofrimento, revelar a dor*, inconcebível e inexprimível, que, por causa do pecado, o Livro Sagrado, na sua visão antropomórfica, parece entrever nas “profundezas de Deus” e, em certo sentido, no próprio coração da inefável Trindade? A Igreja, inspirando-se na Revelação, crê e professa que *o pecado é ofensa a Deus*. **O que é que, na imperscrutável intimidade do Pai, do Verbo e do Espírito Santo, corresponde a esta “ofensa”**, a esta recusa do Espírito que é Amor e Dom? A concepção de Deus, como ser necessariamente perfeitíssimo, exclui, por certo, em Deus, qualquer espécie de sofrimento, derivante de carências ou feridas; mas nas “profundezas de Deus” há um amor de Pai, que diante do pecado do homem, reage, segundo a linguagem bíblica, até ao ponto de dizer: “Estou arrependido de ter criado o homem” (cf. *Gn 6,7*).³⁰

Quando dizemos no “Pai nosso”: “perdoai-nos as nossas ofensas”, estas ofensas podem significar somente um não-cumprimento das leis de um soberano ou uma irreverência, que merecem um castigo, mas que não atingem a Ele mesmo. Podem, porém, significar também a culpa de um filho que atinge o pai no coração e o fere no seu amor. Ora, as nossas ofensas realmente têm este segundo significado, e na tradição cristã encontramos confirmadas as afirmações da S. Escritura a respeito do pecado como ofensa a Deus.

Assim, o arrependimento cristão não é o simples desagrado de quem olha a própria conduta e constata nela o erro ou a culpa, mas consiste num olhar que se eleva ao *Deus ofendido*, ao qual se deseja pedir perdão. Este olhar que evita concentrar a atenção sobre si mesmo e se dirige ao amor divino, é essencial.³¹

³⁰ JOÃO PAULO II, *Dominum et vivificantem*, n. 39. O negrito é nosso.

³¹ J. GALOT, *Il mistero della sofferenza di Dio*, Assisi 1975, 128s.

Além disso, – já antecipando o aspecto da reparação do pecado (expição), de que trataremos em seguida – não se pode compreender a vontade de reparação se o pecado não ofende realmente o Deus amante; pois esta reparação não é somente a restauração do que pelo pecado tinha sido estragado no homem, mas é uma **reparação pessoal oferecida a Deus**, a qual se propõe como objetivo compensar a ofensa que atingiu o próprio Deus-Amor, enquanto pessoa que ama.³²

É claro que se trata de um sofrimento (dor) divino que é muito misterioso ou – como escreve o Santo Padre – “inconcebível e inexprimível”. Isto, porém, não é razão suficiente para simplesmente negar esta realidade tão misteriosa e não levá-la a sério – com a consequência de esvaziar, na explicação, a Cruz de Cristo do seu valor de sacrifício expiatório, contra o testemunho do próprio Deus (Revelação divina).

Ofensa real, profunda, infinita de Deus-Amor-perfeitíssimo

Como entender o “sofrimento” divino que consiste na ofensa “passiva”? Não se poderá explicá-lo a ponto de eliminar-lhe o caráter profundamente misterioso. Porém, é possível dar um e outro esclarecimento.

Como disse Domingos de S. Teresa, o homem, ofendendo a Deus pelo pecado, não pode tirar-Lhe algo efetivamente, mas *afetivamente*, na ordem moral, na do amor. Na mesma linha, o então Cardeal Ratzinger escreveu:

Deus é alguém que sofre, porque é alguém que ama; o tema do Deus sofredor deriva do tema do Deus que ama e aponta incessantemente para este. Aquilo em que propriamente o conceito cristão de Deus ultrapassa o conceito da antigüidade está no reconhecimento que Deus é Amor.³³

Orígenes é aquele que, no período patrístico, mais profundamente compreendeu o mistério do Deus que sofre e o formulou nitidamente. Ele indicou como regra de interpretação desse mistério: se ouves falar de *paixões* de Deus, refere-o sempre ao *amor*.³⁴

³² Cf. *id.*, *ibid.*, 129.

³³ J. RATZINGER, *Schauen auf den Durchbohrten*, Einsiedeln 1984, 50. Cf. BENTO XVI, Encíclica *Deus caritas est*, nn. 9 e 10. Na Bíblia, diz o Papa, “nos encontramos diante de uma imagem estritamente metafísica de Deus: Deus é absolutamente a fonte originária de todo o ser; mas esse princípio criador de todas as coisas – o *Logos*, a razão primordial – é, ao mesmo tempo, um **amante com toda a paixão de um verdadeiro amor**” (*ibid.*, n. 10). O negrito é nosso.

³⁴ Cf. J. RATZINGER, *Schauen auf den Durchbohrten*, 50. Ele cita também Pascal, que

Está claro que o homem não pode, através do seu ato pecaminoso, prejudicar Deus (Pai, Filho e Espírito Santo) efetivamente; não pode danificá-l'O em Seu ser, em Sua natureza; não pode diminuir a Sua perfeição infinita; também não pode diminuir Sua felicidade igualmente infinita, pois não pode diminuir, nem um pouco que seja, a perfeição do amor divino. Este amor é, em si mesmo, um só e o mesmo, embora seja o amor de cada uma das três Pessoas realmente distintas entre Si, e embora tenha vários objetos, e objetos tão diversos como são as Pessoas divinas e as criaturas (pessoas criadas).

Ora, enquanto tem as Pessoas divinas por objeto, este amor³⁵ é completamente *satisfeito*, é amor de *felicidade infinita*. Por conseguinte, neste amor – isto é, o amor divino em relação a esse objeto – não existe possibilidade alguma de desejo insatisfeito, contrariado (sofrimento). Mas é com este *mesmo* ato de amor com que a Pessoa divina ama também as pessoas criadas, que são objetos contingentes deste amor. Nós existimos porque Deus nos ama (amor de benevolência), e Deus nos ama porque nos *quer* amar, mas *não necessariamente*, como Se ama a Si mesmo (somos seres contingentes, enquanto Deus é o ser necessário). Por isso dizemos que o amor de Deus *a nós* é um amor *livre*. Além disso, é um amor *puro*, puríssimo, no sentido em que Deus, amando a nós, não busca proveito algum para Si mesmo e não cresce em felicidade, que é infinita, independentemente de Ele ter a nós como objetos do Seu amor ou não.³⁶ Isto, porém, não significa de modo algum – pelo contrário! – que Ele não nos ame *verdadeiramente*, e exatamente como *filhos*, como *amigos*. Deus é mesmo “um amante com toda a paixão de um verdadeiro amor”³⁷. Isto significa que Ele, amando-nos assim, deseja necessariamente (pela necessidade da lógica inerente a este amor) a resposta do nosso amor a Ele³⁸, deseja a comunhão conosco, que não pode existir sem amor recíproco.

tem a seguinte formulação: “Tudo que não se orienta para a caritas, é figura” (*Pensées*, nº. 583).

³⁵ O Pai ama o Filho e o Espírito Santo e a Si mesmo, o Filho ama o Pai e o Espírito Santo e a Si mesmo, o Espírito Santo ama o Pai e o Filho e a Si mesmo.

³⁶ A vantagem em Deus nos amar é toda *nossa*, não de Deus; cf. *S.Th.* I, q. 44, a. 4 ad 1: Só Deus “é, ao máximo, generoso, pois não age para ter alguma vantagem para si, mas só por causa de sua bondade” (“Deus non agit propter suam utilitatem, sed solum propter suam bonitatem”).

³⁷ BENTO XVI, Encíclica *Deus caritas est*, n. 10.

³⁸ Por isso, o amor (de amizade, amor interpessoal) não é mera benevolência; cf. *S.Th.* II-II, q. 23, a. 1: “Entretanto, a benevolência não é suficiente para se constituir a amizade;

Sem a resposta do nosso amor a Deus, o Seu amor é privado do Seu objeto (o amigo, o filho e, em relação com Jesus Cristo, a esposa).

É neste amor *verdadeiro, livre e puro* de Deus a nós – amor eterno, infinito, identificando-se realmente com o amor de Deus a Si mesmo – que Deus, pelo pecado do homem, pode ser atingido *intrinsecamente* (nas “profundezas de Deus”, “no próprio coração da inefável Trindade” [João Paulo II]), *afetivamente*, não efetivamente: **o desejo do amor contrariado, insatisfeito, a “decepção”, o sofrimento de um amor perfeitíssimo**. Pois, quanto maior o amor (= infinito), tanto mais forte o desejo, tanto maior a insatisfação, o desgosto do desejo contrariado. A perfeição absoluta do amor (amor puríssimo, sem qualquer busca de si mesmo, do próprio proveito) não faz com que não seja amor “sincero”, isto é, não faz necessariamente que o amante não deseje – com toda a intensidade própria deste amor (= infinita) – receber a resposta de amor da pessoa amada, desejo este que pode não ser satisfeito. Eis aqui a “vulnerabilidade” do amor absolutamente perfeito de Deus para conosco.³⁹ Eis aqui a realidade misteriosa⁴⁰ da ofensa em Deus, ofensa real, portanto, ofensa profunda, infinita, **por atingir o Deus infinito de amor** ou o Deus de amor infinito.

é preciso que haja reciprocidade de amor (*mutua amatio*), pois um amigo é amigo de seu amigo. Ora, essa mútua benevolência é fundada em alguma comunhão.”

³⁹ J. GALOT, *Il mistero della sofferenza di Dio*, 112, escreve com razão a este respeito: “Se elas [as imagens do adultério e do filho que abandona o pai] têm a intenção de sublinhar a intensidade do amor ferido, devem realizar-se plenamente naquele que ama em plenitude. Observamos que a ferida é proporcional ao amor. Se nenhum homem ama como Deus, ninguém pode ser atingido mais profundamente pela ofensa que vem da pessoa amada. Isto descreve a Bíblia quando descreve a ira divina.”

⁴⁰ O caráter misterioso está em que nós não compreendemos (está, de fato, totalmente fora da nossa experiência) como esse sofrimento do amor divino seja conciliável com a infinita felicidade divina, a qual, portanto, não é diminuída por tal “dor do amor”. A felicidade infinita (perfeitíssima, portanto) parece-nos excluir a realidade dessa “dor”. Em todo caso, a *liberdade* do amor divino para conosco indica que, se Deus sofre, é porque Ele *quer* amar-nos do modo descrito; livremente Se expôs a possibilidade e realidade da rejeição do Seu amor.

É um só ato de amor, que é infinito, eterno, imutável em si, sem um antes e depois, sem aumento ou diminuição, podendo haver assim um “acompanhamento *afetivo sincero, verdadeiramente ‘presente’*, como uma ‘emoção’ (alegria, compaixão, desilusão) verdadeiramente contemporânea, na coexistência de todas as ‘emoções’ no único ato de amor de Deus que abrange todos os objetos de seu amor em todos os seus aspectos” (A. PATFOORT, *O mistério do Deus Vivo*, Rio de Janeiro 1983, 76).

A “ira” de Deus como manifestação da ofensa em Deus

A “ira” de Deus, da qual fala a S. Escritura, tanto a do Antigo como a do Novo Testamento⁴¹, não pode ser concebida senão como expressão do amor divino contrariado, da “dor” deste amor enquanto contrariado, “ferido”; podemos dizer que a ira divina é expressão do *amor santo* de Deus que quer afastar energeticamente o mal do pecado da sua criatura amada.⁴²

Já no AT, a ira de Deus manifesta-se como o “lado inverso do seu amor a Israel”⁴³. Amar significa *querer o bem* do amado, como também *a união com ele*; aliás, no caso da criatura, o bem da criatura está na sua união com Deus. Por conseguinte, se Deus ama de verdade a Sua criatura, Ele não pode ficar indiferente em relação ao seu pecado. Pois o pecado faz mal à criatura mesma, destruindo a sua união com Deus. Ora, *querer o bem* significa logicamente *não querer o mal*. Não querer o mal é o lado inverso do querer o bem. Deus, sendo o bem-por-essência (a santidade ontológica, do ser) e não querendo senão o bem, nunca o mal moral (santidade moral, do agir), *não pode, de modo algum, passar simplesmente por cima do pecado da Sua criatura amada*. Ele desaprova infinitamente o pecado; o pecado Lhe desagrade infinitamente. E isto, porque Ele é o bem-por-essência, ou seja, a própria santidade, e o amor-por-essência: amor santo. A ira divina é, portanto, **a reação de Deus a tudo aquilo que Ele, no Seu amor, não quer de modo algum**. Falar de “ira” indica a veemência, a força com que Ele, em Seu amor, reage contra o mal do pecado, querendo eliminá-lo.

Este amor é, como dissemos, ao mesmo tempo e como um só e mesmo ato eterno, amor *a Si mesmo* (sendo Ele o bem-por-essência) e amor *à pessoa criada*. Como amor a Si mesmo, é adesão absoluta, indefectível ao bem infinito, amor absolutamente santo, portanto. Por isso, a ira divina, como manifestação deste amor, significa a **desaprovação absoluta, total e infinita do mal do pecado**, que consiste numa **injustiça contra Deus**,

⁴¹ Cf. *Ex* 4,14; *Nm* 11,1.10; *Esd* 10,14; *Jr* 7,29; etc.; *Jo* 3,36; *Rm* 1-3; *Ef* 5,6; *1Ts* 1,10; *Ap* 6,17; 11,18; 14,19; etc.

⁴² O modo de falar do Antigo Testamento poderia dar a impressão de uma espécie de orgulho divino ferido ou de uma legítima sede de vingança. Porém, esta imagem deve ser corrigida em função da revelação mais completa do amor de Deus no Novo Testamento.

⁴³ J. FICHTNER, *Der Zorn Gottes im Alten Testament*, em: ThWNT V, 410: “Kehrseite seiner Liebe zu Israel”.

numa **negação de Deus**. O amor santo e justo de Deus é absolutamente incompatível com qualquer cumplicidade com o pecado da criatura.

Porém, este amor santo a Si mesmo não é um amor que busque algum proveito para Si mesmo, ou seja: se o pecado da criatura desagrade infinitamente ao amor que Deus tem a Si mesmo, não é porque, pelo pecado, a criatura Lhe negue um bem que é algo pelo qual Ele possa crescer em perfeição e felicidade, uma vez que esse amor de Deus a Si mesmo é um amor totalmente realizado, completamente feliz na posse do Bem-por-essência. A “**dor**” do desagrado, do desgosto, da **decepção** por causa do pecado e da situação miserável da criatura encontra-se, por conseguinte, formalmente não no amor de Deus a Si mesmo (neste amor não há e não pode haver desejo algum não satisfeito), mas no Seu amor para com a criatura; ou, dito melhor, essa *dor* encontra-se **no único e indivisível amor de Deus enquanto este tem por objeto a criatura** (quer o bem dela e, portanto, a união com ela, na qual consiste o bem da criatura). É sob este aspecto do Seu amor que Deus Se expõe a sofrer a ofensa, a rejeição por parte da pessoa criada.

Sob o aspecto do **amor a Si mesmo**, há no amor divino a **absoluta reprovação do pecado** do homem. Pois o ato pecaminoso (pecado mortal) é objetivamente uma gravíssima desordem em relação a Deus, uma *injustiça* contra Deus, um ato contra um *direito* inalienável de Deus (a Sua honra), injustiça esta que o amor divino – tendo Deus por objeto primário – não pode senão reprová-lo absolutamente; do contrário, Deus não Se amaria a Si mesmo, negar-Se-ia a Si mesmo.

Estes dois aspectos do amor divino (segundo a diversidade do objeto) devemos levar em consideração ao refletir agora sobre a possibilidade e necessidade da reparação do pecado.

II. A necessidade e a possibilidade da reparação do pecado

O homem é livre e, pecando, pode abusar do dom da liberdade. Pelo pecado (grave), porém, ele se encontra numa situação que, *da parte sua*, é *irremediável*. Perdeu a comunhão vital com Deus, porque perdeu o dom divino do amor (participação do próprio amor divino); não consegue mais amar a Deus com o amor de amizade, de filho, de aliança. Não consegue eliminar as consequências nefastas do seu pecado, consequências tanto *para si mesmo* como *para Deus*. Isto significa que não consegue restabelecer nem sua comunhão com Deus nem a honra de Deus, a quem

desonrou gravissimamente pelo pecado; pois o homem pecador não possui mais aquilo que é um pressuposto fundamental e imprescindível para poder dar a devida honra a Deus: o amor de Deus acima de tudo, o amor de amizade. Somente Deus poder-lhe-ia dar de novo esse dom divino do amor e, assim, a comunhão consigo. Este dom, no entanto, identifica-se com o perdão do pecado, pois o pecado é perdoado pelo dom do amor divino no coração do homem⁴⁴. Isto significa que **o homem pecador não pode, de modo algum, reparar a desonra**, a ofensa que causou a Deus pelo pecado; somente o poderá, de alguma maneira, depois de Deus lhe ter perdoado o pecado. Para isto é necessário que Deus lhe perdoe simplesmente, isto é, sem pressupostos, sem condição prévia, sem exigir a reparação da ofensa.

Portanto, o homem pecador é incapaz de restabelecer a honra divina e sua comunhão com Deus. Mas **Deus é capaz** disso? Certamente, Ele o é, e somente Ele. Porém, Ele é capaz de restabelecer a Sua comunhão com o homem que pecou – fazendo-o amar a Deus de novo, livremente, com o amor divino –, sem exigir a reparação da ofensa, sem, portanto, restabelecer também (plenamente) Sua honra?

1. A reparação da ofensa divina é necessária para o perdão do pecado?

A pergunta é: Deus pode perdoar o pecado do homem *sem que a desonra divina, a ofensa feita a Deus, seja reparada*?⁴⁵ Pela Revelação divina está claro apenas o *fato* que Deus não perdoou sem essa reparação. A Revelação não nos dá resposta à pergunta feita. No entanto, por meio da razão iluminada pela Revelação divina podemos encontrar uma resposta fundamentada?

⁴⁴ Este dom do amor está inseparavelmente ligado ao dom da “graça santificante”.

⁴⁵ Veja a exposição da resposta a esta questão, que aqui reapresentamos sucintamente, em: N. THANNER, *O Porquê da Cruz (II)*, em: *SapCru 2* (2001) 28-35. Pode ser que seja necessário esclarecer o óbvio, a saber: não estamos falando da satisfação-reparação que o pecador pode oferecer a Deus *depois de ter recebido o perdão divino* (a satisfação que é um dos atos do penitente; cf. *Cat.* 1450, 1459s). Igualmente, não se trata da questão se o homem não pode ser perdoado sem colaborar, com sua vontade livre, para sua própria transformação (o processo da “justificação”). É claro que ele não pode ser perdoado sem se arrepender sinceramente, arrependimento este que é um ato de colaboração da sua vontade livre com a graça divina do perdão. A questão, porém, é se ele pode receber esta graça do perdão (que atua em todo o processo da justificação) sem que a desonra divina, a ofensa feita a Deus, seja (plenamente) reparada. Trata-se, portanto, da questão da satisfação-reparação *para obter* o perdão do pecado.

Em geral, os teólogos costumam responder que Deus poderia ter perdoado sem uma reparação prévia da ofensa. Sabe-se que Santo Anselmo afirmou o contrário⁴⁶. Parece-nos que a inclinação de não aceitar a posição dele esteja em estreita conexão com a rejeição de um ou outro ponto fraco da sua teoria (ou simplesmente de toda a sua teoria) sobre o mistério da redenção (a razão da Encarnação do Filho de Deus⁴⁷). Costuma-se argumentar que Deus “pode perdoar livremente: não precisa prestar contas a ninguém”⁴⁸. Sem dúvida, Ele é senhor soberano, juiz e legislador supremo. Como tal pode perdoar a ofensa feita a Ele, sem exigir reparação, sem impor um castigo ao que lhe ofendeu. Em geral, todo juiz soberano pode fazer isso. Porém, segundo São Tomás, existe uma única exceção: o juiz não pode perdoar a ofensa feita a ele (ou a outra pessoa, que está disposta a perdoar a ofensa a quem a ofendeu), **se isto puser em perigo o fim supremo do Estado**.⁴⁹ Ora, para exami-

⁴⁶ Em sua obra *Cur Deus homo?*, I, cap. 12s e 19. No entanto, veja-se também o que, por exemplo, escreve Sto. Anastácio de Antioquia (séc. VI): “O motivo pelo qual o Verbo de Deus, e portanto impassível, se submeteu à morte é que, de outra maneira, o homem não podia salvar-se. Este motivo somente ele o conhece e aqueles aos quais revelou” (Sto. Anastácio de Antioquia, *Oratio, De passione et impassibilitate Christi*, 4, 1: PG 89, 1349B). Já Sto. Atanásio de Alexandria (séc. IV) acentuava bastante o aspecto do “dever” pagar a dívida (pela morte), sem querer, com isso, responder à nossa pergunta: “Mas, uma vez que devia ser paga a dívida de todos (e ele devia absolutamente morrer, como disse acima, e tinha vindo sobretudo para isso), depois de ter demonstrado sua divindade com as obras, ofereceu enfim o seu sacrifício por todos, entregando à morte o seu templo em nome de todos, para torná-los independentes e livres da antiga transgressão” (ID., *De incarnatione Verbi*, 20: PG 25, 129D-132A. Traduzimos o trecho conforme a tradução italiana feita por E. BELLINI, *L’incarnazione del Verbo*, Roma 1976, 73).

⁴⁷ O mérito de Sto. Anselmo é o da intuição do pecado como ofensa pessoal a Deus e de se esforçar por ver o motivo e o sentido do sacrifício do Verbo encarnado na perspectiva das *relações pessoais entre Deus e o homem*. Embora ele não dê muita atenção à idéia da aliança, compreendeu uma exigência fundamental da teologia da aliança (apenas deveria ter sido mais consequente em deixar determinar sua explicação por sua intuição básica). Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 214-228.

⁴⁸ Cf. J.H. NICOLAS, *Sintesi dogmatica. Dalla Trinità alla Trinità*, vol. I, Roma-Vaticano 1991, 641.

⁴⁹ Cf. *S.Th.* II-II, q. 67, a. 4. São Tomás, no entanto, não aplica este caso para Deus. Na parte central do artigo (“Respondeo ...”) menciona aquela exceção, mas quando então (em “Ad secundum”) fala de Deus, apenas argumenta com a soberania de Deus, com o fato de o pecado ser ofensa a Ele, e com a observação de que, ao perdoar a pena, Deus age como convém à Sua bondade, a qual é a raiz de todas as leis (por conseguinte, não age contra a lei). São Tomás parece simplesmente não considerar aquela exceção em relação com Deus. Na verdade, ele formulou aquela exceção não falando diretamente do juiz (supremo) que absolve o réu de um crime cometido *contra si mesmo*, mas contra

narmos se essa exceção se pode aplicar também para Deus como juiz, é necessário reconhecer que o conjunto das criaturas é o único caso de um Estado em que vale: os cidadãos são para o chefe, e não o chefe é para os cidadãos; equivale a dizer: “O mundo foi criado para a glória de Deus”. Se, por conseguinte, este fim supremo da criação for prejudicado ou impedido pelo perdão divino sem a realização de uma reparação da ofensa divina, Deus não poderá perdoar desta maneira. Pois Deus não pode (querer) criar criaturas que não sejam para Sua glória; isto equivaleria a negar-Se a Si mesmo.

Ora, não será que este é exatamente o caso do perdão divino sem reparação da ofensa divina que existe objetivamente devido ao pecado? Falamos aqui do fim da criação como tal (*finis operis*), do fim *objetivo*, distinto do fim *subjeto* (*finis operantis*) de Deus Criador (= a comunicação da Sua bondade). **O fim objetivo da criação é a glória de Deus** (pela manifestação, nas criaturas e através delas, da bondade, da beleza, das perfeições divinas). Esta glorificação de Deus através das criaturas, por mais numerosas que sejam, sempre será *finita*, enquanto a ofensa causada a Deus pelo pecado (o mal de Deus) é *infinita*. Com efeito, a grandeza da ofensa se mede pela grandeza da pessoa ofendida (Deus, pessoa infinita), enquanto a grandeza da honra prestada se mede pela grandeza da pessoa que a presta (homem, pessoa finita). Isto significa: se Deus simplesmente perdoa o pecado, Ele é glorificado no e pelo pecador perdoado, mas a ofensa infinita, a desonra de dimensão infinita não é reparada. Por conseguinte, comparando a desonra divina causada pelo

qualquer pessoa. Mas é claro: com razão maior, o juiz pode absolver o réu quando foi ele mesmo quem sofreu a injustiça, a não ser que isso prejudique o bem comum.

O Doutor angélico pensa que Deus, de per si, poderia simplesmente perdoar ao homem o pecado, sem exigir alguma reparação (cf. *S.Th.* II-II, q. 67, a. 4, ad 2; *S.Th.* III, q. 46, a. 2, ad 3: “se quisesse libertar o homem do pecado sem satisfação alguma, Deus não agiria contra a justiça. [...] Portanto, se perdoar o pecado, que equivale a uma culpa por ser cometido contra Ele, não ofende a ninguém, do mesmo modo que qualquer um, ao perdoar sem satisfação uma ofensa pessoal, age com misericórdia e não de modo injusto”). No contexto da resposta citada, São Tomás não apenas diz que Deus não tem acima de Si nenhuma autoridade, mas também constata que Ele é o bem supremo e comum de todo o universo criado. É esta última constatação que, a nosso ver, precisava ser levada em consideração, ao refletir sobre a exceção acima referida.

Sem dúvida, para São Tomás, a razão por que, na questão que tratamos, não concorda com Santo Anselmo, não é porque não aceite, em geral, a explicação do “pai da Escolástica”.

pecado com a glória dada a Deus pelo pecador perdoado, **fica um “mais” infinito do lado da desonra.**⁵⁰

Conclusão: **Deus não pode perdoar o pecado sem a reparação da ofensa contra Ele**, sem o **restabelecimento da honra divina**. Afinal, no amor de Deus (a Si mesmo e às criaturas) não pode haver contradição. Ele não pode negar-Se a Si mesmo, não pode deixar de amar-Se a Si mesmo, por amar a Sua criatura.⁵¹ Deste modo, pode-se reconhecer toda a grandeza abismal do mal do pecado. Para acabar com este mal, Deus verdadeiramente desdobrará todo o poder e sabedoria do Seu amor, realizando uma manifestação insuperável da misericórdia do Seu amor para com o homem pecador, como veremos mais adiante.

Para quem não aceitar esta explicação da *necessidade* da reparação para o perdão do pecado, ainda existe razão suficiente para falar de uma **grande conveniência**. E existem certamente casos em que o “convenientíssimo”, para Deus, equivale praticamente ao “necessário”. Damos um exemplo de tal caso: a encarnação da Pessoa do Filho e não da do Pai ou do Espírito Santo. Em vez do Filho, o Pai ou o Espírito Santo poder-Seria ter encarnado? Quando se considera apenas a capacidade da Pessoa divina de personalizar (assumir como Sua própria) uma natureza humana individual, pode-se responder positivamente à questão, pois o Filho não possui uma capacidade especial que o Pai ou o Espírito Santo não tem. Quando, porém, se considerar a propriedade pessoal do Filho, Sua posição na vida intradivina, claramente diferente da do Pai e do Espírito Santo, e quando se considerar a finalidade da Encarnação, fica claro que era “convenientíssimo”⁵² que o *Filho* Se encarnasse. Ora, sendo assim, não teria mesmo sido conveniente que outra Pessoa divina Se encarnasse. Por conseguinte, uma vez que Deus não faz (não pode fazer) o inconveniente, somente o Filho se podia encarnar.⁵³ Dizer o contrário seria ceder a uma

⁵⁰ É verdade que esta argumentação se baseia no princípio indicado, a saber: a grandeza da ofensa se mede pela grandeza da *pessoa ofendida*, enquanto a grandeza da honra prestada se mede pela grandeza da *pessoa que a presta*. Porém, esse princípio não é válido? Qual a razão para negar que seja válido? Certamente, não se pode dizer que a obra de uma pessoa criada possa realmente ter valor infinito diante de Deus (“mérito infinito”).

⁵¹ Veja-se ainda outro argumento em: N. THANNER, *O Porquê da Cruz (II)*, em: *SapCru* 2 (2001) 34s.

⁵² É a expressão de São Tomás de Aquino; cf. *S.Th.* III, q. 3, a. 8.

⁵³ Cf. J. H. NICOLAS, *Sintesi Dogmatica* I, 438: “... somente o Filho pode ser enviado,

concepção voluntarista, como se a vontade (o amor, o poder) de Deus estivesse desligada da Sua sabedoria (desligada da verdade).⁵⁴

No nosso caso – a reparação da ofensa divina em vista do perdão do pecado – existe uma tal conveniência qualificada? Perguntamos primeiro: por que era conveniente que Deus não perdoasse o pecado sem uma reparação da ofensa divina?⁵⁵ A nosso ver, a razão mais profunda é porque só isto *corresponde plenamente* ao fato de **a comunhão entre o homem e Deus ser à imagem da comunhão, em Deus, entre o Filho e o Pai no Espírito Santo**. Só isto corresponde plenamente ao amor de *amizade*, de *pai-filho*, de *aliança entre Deus e o homem*. Esse amor não pode ser unilateral, não pode ser caminho de sentido único; é essencialmente *recíproco*. Deus, por isso, não quer tratar o homem simplesmente como um “objeto” do Seu amor no qual Ele manifesta, por Sua ação eficaz, o poder do Seu amor, satisfazendo o Seu desejo de Se comunicar, mas sem levar em consideração a honra, a grandeza, a dignidade que Ele deu ao

porque a missão a realizar corresponde à sua propriedade pessoal e não corresponderia àquela dos outros dois.”

⁵⁴ Note-se que não é qualquer “conveniência” da qual se possa afirmar que “praticamente equivale ao ‘necessário’”, de modo que se pode ter a certeza que Deus age conforme essa conveniência. Por exemplo, era conveniente que Deus criasse outros seres e lhes desse o dom da comunhão consigo, da participação na comunhão trinitária. É uma conveniência que deriva do fato de Ele ser Amor, Dom total de Si, mistério de comunicação integral e de comunhão total (entre três Pessoas realmente distintas entre Si). Mas não era, de modo algum, necessário que Ele fizesse aquilo, uma vez que *n’Ele mesmo* a comunicabilidade e comunicatividade já estão realizadas de modo infinito e, além disso, o ato de criar e de dar às pessoas criadas o dom da comunhão consigo é algo que depende única e exclusivamente d’Ele; é iniciativa absoluta de Deus, isto é, sem precisar levar em consideração a ação (reação) de uma criatura (sem ser “reação” de Deus a uma realidade criada, à ação das criaturas), e se Ele não o fizesse, não seria, de alguma maneira, contra a Sua sabedoria, não seria inconveniente, embora o contrário correspondesse perfeitamente à Sua bondade.

⁵⁵ São Tomás de Aquino, que afirma a possibilidade do perdão divino sem uma satisfação (*S.Th.* III, q. 46, a. 2), ensina, porém, que não houve uma maneira mais conveniente da libertação do gênero humano do que aquela pela paixão de Cristo (= questão à qual quer responder), ou, mais exatamente, que “foi mais conveniente que fôssemos libertados pela paixão de Cristo do que somente pela vontade de Deus” (*ibid.*, a. 3). Ele não qualifica essa conveniência com o superlativo (“convenientíssimo”), como, ao contrário, o faz no caso da encarnação da Pessoa do Filho. Na *Summa Theologiae* (*ibid.*), ele resume as razões dessa conveniência em cinco: 1) manifestação maior do amor de Deus, provocando assim o nosso amor; 2) exemplo de virtudes dado por Cristo em Sua paixão; 3) Cristo mereceu-nos assim a graça da justificação e a glória da bem-aventurança; 4) maior incentivo para o homem evitar o pecado; 5) maior dignidade do homem (o homem foi vencido e mereceu a morte; um *homem* é vencedor e alcança o triunfo sobre a morte).

homem, a saber, a de ser “amigo”, “filho”, “partner” da aliança, isto é, a dignidade de, com seu amor a Deus, poder realizar algo que é uma certa imagem da “resposta” do Filho eterno ao amor do Pai, no Espírito Santo. Na verdade, o mistério de amor em Deus não seria perfeito (não haveria processão do Espírito Santo, Pessoa-Comunhão-entre-o-Pai-e-o-Filho), se o Filho não amasse o Pai, em resposta ao amor recebido do Pai.

Por isso mesmo, **Deus honra o homem** se não perdoa o pecado sem reparação (propiciação, satisfação) oferecida a Deus por parte do homem, sendo que *Deus mesmo o capacita* a realizar essa reparação – o que, na verdade, só se pode realizar através da Encarnação do Filho de Deus. Deus leva plenamente a sério o homem como *filho* no Filho, como *amigo*, como *partner* de aliança, quando quer que este contribua desse modo para o restabelecimento da aliança rompida por ele.⁵⁶

⁵⁶ Esta afirmação necessita ainda de um esclarecimento. Como acima (nota de rodapé 45) já dissemos, quando Deus perdoa ao homem pecador – sem prévia reparação da ofensa divina por parte deste –, Ele perdoa *respeitando a vontade livre* do homem. Este, portanto, pode e deve dar sua livre colaboração para que a graça do perdão divino seja eficaz, isto é, deve arrepender-se; o arrependimento é uma condição indispensável. Porém, esta é sua contribuição (arrependimento, ao qual se pode acrescentar a confissão e a satisfação propriamente dita) não para alcançar o perdão divino, mas para que a graça do perdão divino seja eficaz. Pois o perdão divino não é como o perdão que um homem pode dar a outro homem, isto é, sem, com o ato de perdoar, *mudar* o coração do outro homem. O perdão divino é eficaz, transforma o coração do homem pecador. No entanto, uma vez que Deus respeita a liberdade humana, Seu perdão requer, como condição, a livre colaboração do homem. Esta colaboração já faz, de alguma maneira, reconhecer o homem como “filho” no “Filho”: o homem “responde” ao amor divino, empenha sua vontade livre para dar a Deus, de novo, a resposta do seu amor, segundo o modelo supremo intradivino da resposta do Filho ao Pai.

Mas, o homem não poderia dar também sua contribuição de reparação da ofensa, da desonra divina causada por seu pecado, *em vista do perdão do pecado?* Vimos que ele não é capaz disso, pois lhe falta o absolutamente necessário para poder realizar essa reparação: o dom da participação no próprio amor divino, o dom de poder dar a resposta a Deus com esse amor divino (virtude teologal do amor). Ele necessita da graça do perdão divino (que já está agindo no próprio início do processo de conversão) para poder oferecer uma satisfação a Deus.

No entanto, se o homem fosse capaz disso, poderia agir plenamente como “filho”, como “partner” da aliança, como “amigo”, que cumpre plenamente seu papel da “resposta” de amor ao amor divino (agora, resposta especialmente qualificada, como veremos); ele faria plenamente sua parte para restabelecer a aliança rompida (agora, para o restabelecimento e não para a conclusão da aliança). Sabemos que houve um homem capaz disso: o “homem Cristo Jesus” (1Tm 2,5), o próprio FILHO de Deus feito homem, o “FILHO do Homem”, o **FILHO que é homem**. Quanto a este significado da expressão “Filho do Homem”, segundo tudo aquilo que Jesus fez e afirmou de Si como “Filho do Homem”, cf. J. GALOT, *Chi sei*

Outra razão, válida e forte, para essa vontade (exigência) divina poderemos reconhecer melhor depois de esclarecer o papel do sofrimento na reparação-expição, ou seja, **a grandeza extraordinária, máxima, insuperável do amor** no sacrifício expiatório de Cristo – e na nossa participação nele. A máxima manifestação do amor de Deus e a realização suprema, insuperável do amor do Filho de Deus encarnado ao Pai e aos homens certamente é uma forte razão de conveniência.

Como, então, se pode e deve qualificar a conveniência de que Deus não perdoe o pecado sem a reparação da ofensa divina em vista desse perdão? Digamo-lo francamente: à primeira vista parece não haver conveniência alguma. Pois, se o fato de perdoar a ofensa sofrida sem exigir satisfação não é agir injustamente, mas é prática louvável da misericórdia, não perdoar pecado algum sem receber uma satisfação não seria *falta* de misericórdia? Qual é a suprema misericórdia de Deus? É poder perdoar todos os pecados sem exigir satisfação nenhuma e não perdoar nenhum pecado sem isso? Ou é perdoar simplesmente, sem exigência de “justiça”, uma vez que – segundo a opinião que rejeita a necessidade da reparação para o perdão – perdoar assim não é agir contra a justiça? *Poder* perdoar – e *não querer* perdoar; nisto está a questão. Quanto a isso, há uma clara diferença entre a misericórdia e a onipotência divinas. A grandeza infinita da onipotência está no *poder*, não no *querer*. Deus *pode* tudo. Mas é evidente que, para ser todo-poderoso, Ele não precisa *querer* tudo que pode. Com a misericórdia divina, porém, é diferente: a grandeza dela está no *querer*, não no *poder*. Deus *poder* perdoar tudo sem exigência de satisfação, mas *não querer* perdoar nada sem reparação da ofensa, é grande manifestação da misericórdia divina para com o homem pecador? Certamente não, a não ser que haja razão ou razões fortes para “não querer”, a ponto de elas diminuírem bastante o “poder” perdoar simplesmente. Por isso, parece-nos que – se não se aceita a opinião da “necessidade” – se deve postular e, então, procurar encontrar razões bastante fortes de conveniência que façam reconhecer o “**convenientíssimo**” daquele modo de agir de Deus, isto é, de Ele enviar-nos Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados (cf. *1Jo* 4,10). Estas razões só poderão ser reconhecidas plenamente (na medida em que nos é possível penetrar nos desígnios da sabedoria e do amor infinito de Deus)

tu, o Cristo?, Firenze 1979, 115-132. “Pelo sentido que Jesus lhe dá, ela [a expressão “Filho do homem”] equivale ao que nós dizemos com as palavras ‘Filho de Deus feito homem’” (id., *ibid.*, 130).

quando reconhecemos – além do que já expusemos – que exatamente no amor *expiador* (reparador, satisfatório) de Jesus Cristo *se manifestou a misericórdia divina de uma maneira que não seria possível se Deus simplesmente perdoasse o homem pecador*.

2. Como pode ser reparado o pecado?

1) Duas possibilidades de reparação

Como pode ser reparado o pecado? Como pode ser reparada a *ofensa divina* que o ato pecaminoso implica?⁵⁷

Para reparar plenamente, de modo adequado o pecado, ou seja, a ofensa divina, para realmente salvaguardar o fim (objetivo) da criação, que é a glória de Deus, a reparação precisa ter alguma dimensão *infinita*, pois a ofensa tem dimensão infinita. Sendo assim, há apenas duas possibilidades de reparação da ofensa divina:

- ou uma *pena* de alguma maneira infinita, isto é, uma pena *eterna* (é o inferno);
- ou, positivamente, por uma expiação-propiciação (chamada, na tradição, de “*satisfação*”) oferecida a Deus, a qual tenha uma dimensão *infinita*.

Na primeira possibilidade trata-se apenas da reparação da *ofensa divina* e não do mal que o pecado causou ao próprio homem pecador. Na segunda, realiza-se tanto a reparação do *mal de Deus* (a ofensa em sentido passivo, a desonra) como também do *mal da criatura* que pecou.

Já vimos que é preciso levar em consideração essa distinção entre o mal que o pecado constitui ou traz para o homem e, do outro lado, para Deus; a distinção, portanto, entre o mal do homem e o mal de Deus. Por outro lado, devemos reconhecer também a íntima ligação entre a ofensa divina e os estragos no homem, causados pelo pecado: com a mesma certeza e necessidade com que a *ofensa divina* causada pelo pecado comporta necessariamente a *danificação do homem*, também a *reparação da ofensa divina* (reparar a desonra) necessariamente traz consigo a reparação do *dano* no homem pecador. Somente a resistência pertinaz e definitiva do homem livre ao amor divino – respeitada por Deus-Amor que não coage, mas respeita a liberdade – pode separar a reparação da ofensa divina da

⁵⁷ Nesta revista já refletimos sobre esta pergunta; ver N. THANNER, *O Porquê da Cruz (II)*, em: *SapCru* 2 (2001) 35-40.

reparação dos estragos do pecado no homem. Esclarecemos isto já em vista da reparação que Jesus Cristo realizou, dando a todos os homens a possibilidade de salvação. Somente para quem não acolher esse dom, existe apenas a reparação da ofensa divina, pela pena eterna.

2) A linguagem para exprimir a realidade misteriosa

Nesta altura da reflexão, torna-se necessário um esclarecimento a respeito dos termos usados ou a usar para exprimir a realidade a entender, que é um mistério de fé. Temos os termos bíblicos a respeito da obra salvífica de Cristo: “sacrifício”, “redenção” (“resgate”), “expição”, “propiciação”⁵⁸, como também o termo cunhado na tradição eclesial-teológica: “satisfação”. Pode-se também usar, como temos feito até agora, o termo “reparação”. Este termo pode até mesmo servir de “denominador comum”, enquanto tem dois significados distintos:

- reparação *oferecida a alguém*: reparação pessoal do homem
em relação a Deus;
- reparação *de algo*: reparação **da natureza humana**
ferida pelo pecado.

A **reparação oferecida a Deus** é que na tradição se chama “**satisfação**”; também o conceito “**propiciação**” significa esta dimensão da reparação do pecado. Igualmente, o conceito “**sacrifício**”, quando usado em conexão com a “expição”, “propiciação” ou também “redenção” (“sacrifício expiatório”, etc.), necessariamente está ligado à reparação oferecida a Deus pelo pecado, já que o sacrifício se oferece a Deus e não ao homem.

A palavra “**redenção**” exprime o conceito de uma libertação através do pagamento de um preço de resgate; ela está, portanto, ligada tanto à reparação oferecida a Deus (o preço de resgate é oferecido a Deus; ele indica o valor que o sangue de Cristo, isto é, Sua paixão e morte, Seu sa-

⁵⁸ Veja-se, quanto ao “sacrifício”, e sacrifício *expiatório*, particularmente a Carta aos Hebreus; quanto à “redenção”, veja-se *Mt* 20,28; *Mc* 10,45; *Ef* 1,14; *Rm* 3,24; *1Pd* 1,18-20; *Ti* 2,14; quanto à “expição-propiciação”, veja-se *Hb* 2,17 (ἰλάσκεσθαι); *Rm* 3,25 (ἰλαστήριον); *1Jo* 2,2; 4,10 (ἰλασμός). Tudo isso (*sacrifício expiatório vicário* – ὑπὲρ πολλῶν – para o perdão dos pecados, para a *redenção* da multidão dos homens) está presente nas palavras e no contexto da instituição da Santíssima Eucaristia por Jesus no Cenáculo e na explicação da atitude fundamental de toda a Sua vida, atitude de serviço, o qual vai até ao ponto de dar a vida “em resgate” por muitos (*Mt* 20,28). Veja-se, p. ex., A. VÖGTLE, *Sühne* (IV. Im NT), em: LThK² 9, 1155s; J.A. SAYÉS, *Señor y Cristo. Curso de Cristología*, Madrid 2005, 313-320.

crifício, tem para Deus), como também à reparação dos estragos causados pelo pecado no homem (libertar o homem da situação de escravidão do pecado, da condição de culpa, de merecedor de castigo).

A palavra “**expição**”, por sua vez, pode significar, na linguagem moderna, “o cumprimento da pena devida a uma culpa”⁵⁹. Se a expiação for entendida neste sentido, pode significar aquela reparação da ofensa divina que se realiza por sofrer uma pena, um castigo. Porém, deve ficar bem claro que a *propiciação* ou *satisfação* não significa o cumprimento de um castigo, pois ela se distingue do castigo, já de antemão, pelo fato de o castigo ser algo *involuntário* (é contra a vontade de quem é castigado), enquanto a satisfação é *voluntária* (é ato livre de amor). A expiação no sentido do cumprimento de uma pena podemos chamar de “*expição involuntária*”⁶⁰.

Ora, a expiação cristã – de Cristo e dos que estão unidos a Ele como membros vivos do Seu Corpo que é a Igreja – não é expiação nesse sentido. A **expição cristã**, a expiação segundo a S. Escritura (podemos chamá-la de “*expição voluntária*”) se identifica com a *propiciação* ou *satisfação*, e o que ela implica de sofrimento *não* se deve identificar com o *suportar um castigo*, como ainda vamos ver claramente. Por esta expiação realiza-se também a **reparação do dano do pecado no homem**, uma vez que a reparação da ofensa divina está necessariamente unida a essa reparação dos estragos do pecado no homem, a não ser que na vontade do respectivo homem haja um obstáculo a isso.

⁵⁹ Assim é explicada em: F. OCARIZ – L.F. MATEO SECO – J.A. RIESTRA, *El Misterio de Jesucristo*, Pamplona 21993, 406 (nota 70). Porém, é melhor a concepção geral de “expição” que, p. ex., expõe Georg Fischer: “a compensação em caso de injustiça” (“den ausgleichenden Ersatz bei Unrecht”; o autor parte da antiga palavra alemã *suona*). A expiação deve “reparar o desequilíbrio entre dois partidos causado por meio de uma culpa” (G. FISCHER / K. BACKHAUS, *Sühne und Versöhnung*, Würzburg 2000, 11). O autor refere-se ainda à concepção bíblica de expiação, exposta por F.V. REITERER, *Sünde/Sühne (AT)*, em: J.B. BAUER (ed.), *Bibeltheologisches Wörterbuch*, Graz 1994, 515-521, especialmente 520: “tornar ineficaz o pecado com suas conseqüências” (“die Sünde samt Folgen unwirksam machen”).

⁶⁰ O *Catecismo da Igreja Católica* não dá ao simples cumprimento de uma pena o nome de “expição”, mas atribui à “expição”, como tal, uma qualificação maior. Com efeito, ao falar das penas que a legítima autoridade pública tem o direito e o dever de infligir, explica: “A pena tem como primeiro objetivo reparar a desordem introduzida pela culpa.” Em seguida, porém, fala do valor *expiatório* de tais penas nos seguintes termos: “Quando essa pena é voluntariamente aceita pelo culpado tem valor de expiação” (*Cat.* 2266).

A expiação sempre está ligada com algum **sofrimento**. A expiação involuntária é reparação da ofensa por meio do sofrimento que é pena devida ao pecado. A expiação voluntária (que é nosso tema) requer também o sofrimento. A maneira como ela o requer, isto ainda vamos ver. Examinemos agora a maneira como o pecado pode ser reparado. Assim veremos também o papel do sofrimento na reparação do pecado.

3) A maneira de reparar o pecado

Para entender a reparação do pecado é preciso compreender sua natureza. Lembremo-nos: o pecado é algo relacional, é uma desordem (grave) no relacionamento interpessoal, entre Deus e o homem; comporta uma ofensa infinita a Deus (o mal de Deus) e um dano gravíssimo no homem, irremediável por ele mesmo. O pecado é *auto-afirmação* do homem (pessoa criada) *contra Deus*⁶¹, é um “sim” desordenado à criatura (a si mesmo, afinal) que implica um “não” a Deus.

Ora, a reparação do pecado deve necessariamente ser o **contrário do pecado**: um “*sim*” *maior* (do que já devia ser normalmente, isto é, sem ter havido pecado⁶²) **a Deus**, no qual está implicado um “*não*” **de renúncia à criatura** (a si mesmo). Lembremo-nos da palavra de Jesus: “Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo (diga “não” a si mesmo), tome sua cruz e siga-me” (Mc 8,34). A “cruz”, a “renúncia”, o “não” a si mesmo indica o *sofrimento*, o contrário do prazer, da satisfação própria no apego a si mesmo. Mas esse “não” é, na verdade, benfazejo para o homem, é um “sim” à criatura (a si mesmo). Pois vale o seguinte: se o pecado não é somente contra Deus, mas também, indiretamente, isto é, por consequência da própria natureza do pecado, *contra a criatura*⁶³, a reparação do pecado não pode ser simplesmente um “não” da criatura a si

⁶¹ “Não estou sujeito a Deus; eu mesmo determino o que é bom para mim; Deus não é o bem supremo, prefiro outro bem (a mim mesmo) a Ele.”

⁶² Veremos ainda como pode ser um “sim” (amor) *maior* sem ser necessariamente um amor de maior *intensidade*. O “sim” *maior* faz parte da natureza da “satisfação”. Eu não ofereço uma satisfação à pessoa que ofendi, se não faço outra coisa a não ser tratá-la como o devo para não a ofender, para não faltar com o dever de caridade e justiça para com ela. O “sim” a Deus para reparar o pecado é um “sim” que *deve vencer o “não”* a Deus implicado no “sim” desordenado à criatura.

⁶³ Lembremo-nos de que o verdadeiro bem do homem é Deus, é a união com Deus; a glória de Deus consiste em que se realize a comunicação da bondade divina à criatura e, assim, a manifestação da bondade ou das perfeições divinas nas criaturas. O amor de Deus por nós é totalmente sem interesse próprio; Ele faz tudo não para Sua própria mas

mesma, mas um “não” que, indiretamente, isto é, por consequência, é um “sim” muito benfazejo à própria criatura. Lembremo-nos, de novo, da palavra de Jesus: “Quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder sua vida por causa de mim e do Evangelho (por dizer um “sim” incondicional, preferencial a Jesus), salvá-la-á” (Mc 8,35).

Vemos, então, que o sofrimento tem na reparação do pecado algum papel, mesmo um papel indispensável. Daí surge a questão: *Como e por que o sofrimento do homem pode expiar? Como pode restabelecer a honra divina e ser benfazejo para o próprio homem?*

4) Por que e como a ofensa divina pode ser reparada por meio do sofrimento?

Perguntemos primeiro por que e como a *ofensa divina* pode ser reparada por meio do sofrimento. Em geral, quando alguém ofendeu uma outra pessoa, esta ofensa seria reparada, eliminada, se o ofensor, em seguida, sofresse, por exemplo, uma doença bem dolorosa? Este sofrimento restabelece a honra da pessoa ultrajada? Não, certamente não, ainda que, eventualmente, a pessoa ofendida seja tanto sem caridade que se alegre com o sofrimento do ofensor (o que não pode ser o caso de Deus).

O caso já é diferente quando a pessoa ofendida é uma pessoa que possui autoridade sobre outras, um chefe de estado ou a *autoridade* do estado, em geral. Se esta é ofendida por um cidadão que comete algum crime, e, se este cidadão sofrer a prisão ou uma multa decretada pela autoridade do estado, a honra desta é reparada, restabelecida. Com efeito, neste caso, querendo ou não, o criminoso deve **reconhecer essa autoridade, é submisso a ela**⁶⁴. Porém, isto vale somente no caso de um sofrimento (privação de um bem, de um direito) infligido por essa autoridade; não vale para *qualquer* sofrimento.

Quando se trata da honra de Deus, Senhor soberano de todas as criaturas, qualquer sofrimento humano está dentro dos “decretos” da providência divina. Por isso, todo sofrimento pode ser expiação do pecado, reparação da ofensa divina; o pecador, com efeito, tem de reconhecer, forçosamente

para a *nossa* utilidade, “procurando, ao mesmo tempo, a sua glória e a nossa felicidade” (CONC. VATICANO II, *Ad Gentes*, n. 2).

⁶⁴ Pode ser que não a reconheça *subjetivamente*; pode ser que, em sua vontade, se revolte contra ela, mas o próprio fato de sofrer a pena é um reconhecimento *objetivo* da autoridade, do estado de submissão a ela.

(não com palavras, mas pelo fato): “Deus é o Senhor soberano! Eu estou sujeito a Ele.” *O restabelecimento da honra divina encontra-se nesse reconhecimento*, nessa confissão (embora forçada) de que Deus é realmente Deus. Pois, sofrendo o castigo, que é a consequência desastrosa do seu “não” a Deus⁶⁵, isto é, sofrendo a privação do único supremo bem, que é Deus, o pecador diz de alguma maneira um “sim” a Deus, no sentido de que deve reconhecer: “Vós sois realmente o Bem-por-essência sem o qual ninguém pode ser feliz; eu o nego (o pecador continua a dizer “não” a Deus, enquanto não se desapega do bem criado que ele colocou acima de Deus), mas, objetivamente, o fato do meu sofrimento o proclama contra a minha vontade: ‘Só Vós sois o supremo bem que me pode fazer feliz; só Vós sois o Senhor soberano, o Santo!’” É *deste modo*, portanto, que através do sofrimento *é restabelecida objetivamente a honra divina*, mas sem que isto redunde no bem do homem pecador, uma vez que ele mesmo não quer, não diz um “sim” voluntário a Deus.

Sendo assim, a “ira de Deus permanece sobre ele” (cf. *Jo* 3,36). Com efeito, o amor de Deus para com o homem (sem busca alguma de um proveito próprio) continua sendo contrariado, privado do “amigo”, do “filho”, do “partner” da aliança. Ao mesmo tempo, porém, é manifestado, objetivamente, de fato, que Deus é realmente o Senhor soberano, o Bem-por-essência, o “Santo”; é manifestado pelo *sofrimento* do pecador como *castigo*, isto é, como consequência inerente à própria natureza do pecado. E neste sentido é, de fato, reparada a ofensa divina.

5) O papel do sofrimento na reparação plena do pecado

Se na “expição involuntária” o sofrimento tem a característica de ser castigo pelo pecado, e é através do próprio sofrimento que se realiza a expiação do pecado no sentido da reparação da ofensa divina como desonra, bem outro é o papel do sofrimento na expiação voluntária. Esta é a expiação da qual tratamos, a expiação realizada por Jesus Cristo e possibilitada por Ele também para os membros do Seu Corpo místico neste mundo. Por esta expiação pode haver a *reparação plena* do pecado:

⁶⁵ O *Catecismo da Igreja Católica* (n. 1472) esclarece oportunamente esta característica das penas (eterna e temporal) do pecado: “Essas duas penas não devem ser concebidas como uma espécie de vingança infligida por Deus do exterior, mas, antes, como uma consequência da própria natureza do pecado.”

é reparada plenamente a desonra divina, bem como os danos no homem pecador.⁶⁶

É de importância capital não deixar dúvida alguma de que, na expiação voluntária, o sofrimento *faz parte* da expiação, mas **não é castigo**. Isto vale tanto para a expiação vicária como também para a expiação que o pecador perdoado pode, em Cristo, realizar pelo próprio pecado. É verdade, sem dúvida, que esse sofrimento é consequência do pecado, é sofrimento *por causa do pecado*, ele não existiria se não tivesse acontecido o pecado, mas não é *castigo* pelo pecado.⁶⁷

Isto já fica claro quando se presta atenção à grande diferença entre esse sofrimento e o sofrimento que é castigo: o castigo se sofre *contra a própria vontade*, enquanto o sofrimento implicado na expiação (voluntária!) é algo que *se aceita voluntariamente*. Quem expia assim não é um *castigado*, mas, até mesmo, um *beneficiado*, sobretudo mas não unicamente, quando se trata de expiação vicária. A grande diferença vem do fato de que a expiação voluntária – é desta que agora sempre falaremos – é essencialmente algo positivo, muito positivo: é um ato de *amor* a Deus (e, na expiação vicária, também ao próximo, pois é em benefício dele), a saber, um ato de amor⁶⁸ com uma característica, uma *qualidade especial*; é mesmo um ato de amor *maior*.⁶⁹

De fato, é o *amor divino no coração humano* que realmente repara o pecado, eliminando-o (não como ato acontecido, mas como estado consequente a este ato). O sofrimento, por si só, não faz isto, não o pode fazer. Como a *privação* de um bem poderia ser oferecida como satisfação ao amor

⁶⁶ Se dizemos “*pode haver*”, é porque a expiação realizada por Jesus é expiação vicária, expiação realizada por Ele em lugar do homem pecador, de modo que a reparação dos estragos no homem depende ainda do livre arbítrio deste.

⁶⁷ Uma vez que o sofrimento costuma ser simplesmente identificado com a “consequência do pecado” (o que, a nosso ver, não está plenamente justificado; cf. N. THANNER, *O Porquê da Cruz (I)*, em: *SapCru* 1 (2000) 73-85: existe um tipo de sofrimento que está implicado no próprio “estado de caminhada”, que é estado de provação; sofrimento, portanto, que não é consequência do pecado), identifica-se facilmente o sofrimento com “pena” (em latim: “*pœna*”) e se estabelece uma conexão necessária entre “expiação” e “pena” (“*expiatio pœnalis*”), “pena” entendida como “castigo” e não pura e simplesmente como “sofrimento”. Porém, o sofrimento implicado na expiação (voluntária) não tem o significado de pena, castigo.

⁶⁸ Quando falamos de um “ato de amor”, não queremos dizer que só pode ser um ato de amor como tal, excluindo atos de outras virtudes, mas toda obra motivada, animada por esse amor.

⁶⁹ Com este ato de amor dá-se a Deus o que Lhe é devido (virtude da justiça).

ferido de Deus?!⁷⁰ Deus Se alegra com o nosso sofrimento e – mais inaceitável ainda – com o sofrimento do Seu Filho bem-amado, Jesus Cristo? O sofrimento como tal Lhe dá satisfação? Não, não há como ser assim. Por outro lado, a expiação não é um ato de amor sem sofrimento, e exatamente, não sem *sofrimento por causa do pecado*, sofrimento que é consequência do pecado. Qual é, então, o papel do sofrimento na expiação?

A resposta é esta: o sofrimento é apenas uma **condição**, embora condição necessária, para que esse amor seja **amor reparador, expiatório**.

Para esclarecer ainda mais e compreender melhor o papel do sofrimento na expiação, devemos refletir sobre o “amor divino no coração humano”. Com esta expressão queremos dizer que a expiação não pode ser pura e simplesmente amor *humano*, mas aquele **amor de “amigo”**, de “filho” para com Deus, de “**partner**” **da aliança com Deus** (a virtude teologal do amor); portanto, amor que é *participação do próprio amor com que Deus ama*; amor que é dom divino no coração humano. Mas, por outro lado, deve ser o **amor próprio** da pessoa humana, o amor que esta pessoa humana oferece a Deus como *seu próprio* amor. Ora, o que faz com que o dom divino do amor no coração humano possa ser oferecido a Deus como amor *próprio* do homem para com Ele, é **a liberdade**. Esta liberdade, por sua vez, tem uma **íntima conexão com o sofrimento**. A conexão é exatamente a de uma **condição necessária**: o sofrimento é condição para haver a liberdade do nosso amor a Deus. Com efeito, o nosso amor a Deus não pode ser livre a não ser que não estejamos ainda na perfeita, bem-aventurada comunhão com Deus, que se alcança na visão imediata de Deus. Para o amor livre (e, portanto, meritório) requer-se o “estado de caminhada” rumo à perfeita comunhão com Deus, pois, vendo a Deus face a face (visão imediata, conhecimento experimental perfeito), a nossa vontade ama-O *necessariamente* (mas não por coação, como uma imposição de fora), por necessidade da própria natureza da vontade, que

⁷⁰ Como já avisamos, estamos agora sempre falando da expiação voluntária, que não pode deixar de ser um ato de amor ou animado por ele. Porém, poder-se-á objetar: ao falar da expiação involuntária (“castigo”) atribuímos ao sofrimento o papel de reparação da ofensa divina. É verdade que lhe atribuímos este papel, mas não diretamente. Pois dissemos que o restabelecimento da honra divina se encontra no *reconhecimento* de Deus como Deus (Senhor soberano, bem-por-essência, em quem a criatura encontra a plena felicidade), reconhecimento este que está objetivamente implicado no sofrimento (por parte do pecador) da pena da separação de Deus em consequência do pecado. Aliás, o pecador (impenitente, condenado) não “oferece” esse castigo a Deus como reparação da ofensa.

é a faculdade de aderir ao bem.⁷¹ Isto significa que para a liberdade do amor a Deus requer-se algum sofrimento, exatamente aquele sofrimento implicado na situação da pessoa humana em *estado de caminhada* para a plena felicidade que satisfaz todo o desejo de felicidade. É verdadeiramente um tipo de sofrimento, desejo (ainda) não satisfeito.

Este sofrimento é uma condição para a *liberdade* do amor a Deus. Notemos que este sofrimento (do homem antes do pecado, na situação de justiça original, mas, ao mesmo tempo, de provação) não tem nenhuma conexão com o pecado (a não ser a conexão indireta, através da liberdade, a qual é condição da possibilidade de pecar); é puro e santo, em sua origem e seu fim; é mesmo sinal da grandeza do amor de Deus ao homem;⁷² provém do amor de Deus Uno e Trino pelo homem e tem por fim a maior dignidade e felicidade dele: *para que participe, da maneira mais perfeita possível, da comunhão do Filho de Deus com Seu Pai no Espírito Santo, para que seja plenamente “filho no FILHO”*.

É diferente o sofrimento que é condição para que o amor do homem possa ser *expiatório*. Este sofrimento é, na verdade, *consequência do pecado*, do ato mau do homem; sua origem não é o amor de Deus para com o homem, mas o pecado humano. É sofrimento, isto é, “privação de um bem percebida”, em um sentido *mais forte*; é, afinal, a morte. No entanto, nem por isso este sofrimento perde a conexão com a liberdade do amor do homem. Este sofrimento faz mesmo com que o homem ame a Deus – se apesar do sofrimento O amar – com *maior liberdade*, menos necessariamente; pois o homem é menos atraído por Deus como o supremo bem, como a bondade infinita, uma vez que faz menos a experiência da bondade divina. Quanto maior o sofrimento, menos a experiência da bondade divina; menos o homem é atraído a amar a Deus; *mais empenhada* é a decisão de amar (amar “apesar disso”); *maior* é, portanto, a *liberdade* deste amor e, sobretudo, *mais é o seu próprio amor* que o homem pode oferecer a Deus.

Resumamos as conexões apresentadas: o *sofrimento* (implicado no “estado de caminhada”) é condição para que o amor do homem a Deus possa ser *livre*; a liberdade é condição para que este amor (dom de Deus ao homem) possa ser *seu próprio* amor que oferece a Deus; por isso mesmo,

⁷¹ Cf. a exposição disso em: N. THANNER, *O Porquê da Cruz (I)*, em: *SapCru* 1 (2000) 77-81.

⁷² Cf. *id.*, *ibid.*, 81-83.

este amor pode ser *meritório*⁷³. Quando o sofrimento é maior – como o é o sofrimento que é consequência do pecado –, maior é a liberdade do seu amor a Deus e, por conseguinte, mais pode oferecer este amor a Deus como *algo propriamente seu*, e mais meritório é este amor (na medida em que o mérito depende da liberdade).⁷⁴ Aquele sofrimento maior, a saber, aquele que é consequência do pecado, confere ao amor a qualidade de ser *reparador-expiador*.

Esclareçamos ainda a **idéia da liberdade**, que tem um papel importante na explicação da expiação cristã. Em primeiro lugar, é possível e necessário distinguir entre a liberdade como sendo o contrário de “**necessidade**”, e a liberdade como sendo o contrário de “coação” ou de “**servidão**” (imposição de fora; ato não espontâneo). Na primeira acepção de liberdade, “livre” significa “não necessário”; agir livremente significa agir não necessariamente. Ora, o que se faz “necessariamente” não se pode deixar de fazer; não existe possibilidade de escolha. Por isso, pode-se definir a liberdade como sendo “o poder, baseado na razão e na vontade, de agir ou não agir, de fazer isto ou aquilo, portanto, de praticar atos deliberados” (*Cat.* 1731). Trata-se do “livre-arbítrio”. Por ele, “cada qual dispõe sobre si mesmo” (*ibid.*). Quem age assim realiza uma ação *formalmente livre*.

No entanto, quem não age livremente – pelo livre-arbítrio – pode agir com um ato *voluntário*. Assim se pode exprimir o fato da liberdade de coação, ao agir. Demos um exemplo: a pessoa criada que vê a Deus (visão imediata) *quer* (ama, adere) a Deus necessariamente (não há possibilidade de escolha: amar a Deus ou não amá-l’O, amar a Deus acima de tudo ou amar assim algo criado), mas não está, de modo algum, sendo coagida a querê-l’O. O seu amor é um ato perfeito da *vontade*, um ato voluntário. A pessoa quer a Deus espontaneamente, pela própria inclinação da vontade (que é a faculdade de querer o bem), não O quer, nem um pouco, contra a vontade⁷⁵, não por alguma imposição de fora. Trata-se de um perfeito

⁷³ A liberdade “torna-se fonte de louvor ou repreensão, de mérito ou demérito” (*Cat.* 1732).

⁷⁴ A conexão (de condição ou pressuposto) é, portanto, a seguinte: sofrimento → liberdade → “propriedade” → mérito. O mérito (para a vida eterna) não depende apenas da liberdade, mas também do amor sobrenatural, ou seja, da intensidade deste amor.

⁷⁵ Como quando alguém quer fazer ou aceitar algo que menos contraria sua vontade, para evitar algo que mais lhe é contrário.

querer, mas não de um *escolher*⁷⁶. Na verdade, o homem não é livre em relação ao seu fim último. A sua vontade é a faculdade de querer o bem, o bem como tal, que é o fim que se quer por si mesmo. Por isso, o homem quer “naturalmente”, “necessariamente” o bem (o fim último); é uma necessidade inerente à própria natureza da vontade. O livre-arbítrio diz respeito apenas àquilo que se ordena ao fim último⁷⁷, mas não é este fim mesmo.

Como, então, o homem pode amar a Deus – não apenas voluntariamente, mas – *livremente*? Isto só é possível se Deus não Se lhe apresenta necessariamente como o seu fim último, o bem-por-essência, quer dizer: se existe a “liberdade do juízo” a respeito do fim último⁷⁸. Quando o juízo não está necessariamente determinado a uma só coisa; quando o juízo não é necessariamente este: Deus é o meu fim, o bem que é meu fim último; então, sim, a vontade pode *escolher* Deus. Mas isto é impossível se o homem possui a visão imediata de Deus. Por isso, como dissemos, a liberdade em amar a Deus pressupõe o “estado de caminhada” da criatura, o qual, por sua vez, implica um certo sofrimento (desejo não satisfeito daquilo que unicamente pode proporcionar a plena felicidade). **O sofrimento** é, portanto, uma **condição para que o homem possa amar a Deus livremente**⁷⁹; não necessariamente.⁸⁰

Não se requer nenhum sofrimento para que o homem possa amar a Deus com um ato *voluntário* (de modo espontâneo, provindo do interior, não de uma imposição externa), embora não com um amor formalmente livre (não necessário). O amor é que faz isso. Pois aquele que **ama** a Deus **adere espontaneamente a Ele** e à Sua santa vontade. Por isso se atribui ao Espírito Santo, pelo qual o amor de Deus está em nossos corações (cf. *Rm* 5,5) e que também é o “Espírito da verdade” (cf. *Jo* 15,26; 8,32), o dom da verdadeira liberdade (cf. *2Cor* 3,17), a liberdade dos filhos de Deus, isto é, não de escravos (cf. *Rm* 8,14; *Gl* 5,18). Com efeito, como

⁷⁶ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* I, q. 83, a. 4.

⁷⁷ Cf. *id.*, *ibid.*, e a. 3.

⁷⁸ Cf. *id.*, *De veritate*, q. 24, a. 6.

⁷⁹ Como diz o *Catecismo da Igreja Católica*, referindo a doutrina do Concílio Vaticano II: “‘Deus deixou o homem nas mãos de sua própria decisão’ (Eclo 15,14), para que pudesse ele mesmo procurar seu Criador e, *aderindo livremente a Ele*, chegar à plena e feliz perfeição” (*Cat.* 1730). O grifo é nosso.

⁸⁰ Note-se que isso é válido somente para o amor **a Deus**, pois é Ele quem é o fim último do homem.

bem explica São Tomás, “o Espírito Santo nos inclina para a ação de modo a ser ela *voluntária*, quando nos torna amantes de Deus. Por isso, impulsionados pelo Espírito Santo, os filhos de Deus agem livremente por amor, não por temor servil.”⁸¹

O santo Doutor explica em seguida duas maneiras como o homem pode, quanto ao seu agir, cair em “servidão”, contrariando a verdadeira liberdade:

Como a vontade se ordena para o bem *verdadeiro*, o homem age servilmente quando é movido por algo estranho, considerando-se a *ordenação natural da vontade*, quer por causa de paixão, quer por causa de um mau hábito ou disposição que o desviem do bem verdadeiro. [Esta é a primeira maneira de agir “servilmente”.] Mas, ao considerarmos o ato da vontade inclinada para um bem aparente, o homem age *livremente* quando segue uma paixão ou um hábito corrompido. [Aqui se trata da liberdade no sentido de “não necessário”. Porém, neste caso, temos um abuso desta liberdade.] Porém, age servilmente se, permanecendo tal vontade, deixa de fazer o que quer, *por causa do temor* de uma lei contrária. [Esta é a segunda maneira de agir servilmente.]⁸²

O Espírito Santo, que nos faz amar a Deus, liberta dessas duas servidões:

Por isso, o Espírito Santo, movendo a vontade para o bem verdadeiro, para o qual ela está naturalmente ordenada, afasta também a servidão, segundo a qual o homem feito escravo da paixão e do pecado age contra a ordenação da vontade. O Espírito Santo tira também a servidão segundo a qual o homem age contra a inclinação da vontade (mas conforme a lei), como servo, não como amigo da lei.⁸³

Está claro, portanto, que a “escolha da desobediência e do mal é um abuso de liberdade e conduz à ‘escravidão do pecado’ (cf. Rm 6,17)”⁸⁴, e que o amor liberta dessa escravidão, tanto fazendo-nos *usar bem a liberdade* (o livre-arbítrio), quanto fazendo-nos *praticar o bem de modo espontâneo*, não um tanto coagido.

⁸¹ S. TOMÁS, *Summa contra Gentiles*, IV, 22 (n. 3588) (edição em português: TOMÁS DE AQUINO, *Suma contra os Gentios, Livros IIIº e IVº*, Porto Alegre 1996).

⁸² ID., *ibid.* (n. 3589). Essa segunda maneira acontece quando, p. ex., alguém queria realizar um ato pecaminoso, mas não o faz por medo do castigo. Não é *espontaneamente* que ele faz o bem ou evita o mal, mas um tanto *coagido* pelo medo do castigo.

⁸³ ID., *ibid.*

⁸⁴ *Cat.* 1733

Depois deste esclarecimento, convém considerarmos ainda o “**mérito**”, o valor que um ato humano tem diante de Deus, em vista da vida eterna na visão beatífica de Deus, como *recompensa* pelas boas obras praticadas na vida terrena (cf., p. ex., *Mt* 5,12.46; 6,2.5.16; *Lc* 6,35; 14,14; *Cl* 3,24). O que é necessário para existirem atos meritórios para a vida eterna? São duas coisas: o *amor sobrenatural* (virtude teologal do amor⁸⁵) e a *liberdade*; portanto, o amor livre. A grandeza do mérito depende da grandeza desse amor livre a Deus (e daí, do amor ao próximo “por amor de Deus”), tanto da grandeza do amor como tal, isto é, da sua **intensidade**, como da grandeza da sua **liberdade**. A intensidade é uma perfeição intrínseca do amor, enquanto a liberdade é uma perfeição extrínseca.⁸⁶ Mas são ambas as perfeições que, em conjunto, determinam a grandeza do mérito; e uma e outra podem ser maior ou menor. Quanto à intensidade do amor, ainda devemos esclarecer o seguinte: quanto maior for a intensidade do amor com que alguém pratica o ato de amor (ou o ato de outra virtude, animado pelo amor), mais espontaneamente (a partir de dentro) e com *maior facilidade* – devido à perfeição da virtude (a perfeição intrínseca do amor) – se praticará o ato virtuoso. Portanto, para a perfeição intrínseca do amor, bem como para a grandeza desta perfeição, não se requer algum sofrimento, alguma dificuldade a vencer. Ou, em outras palavras: a facilidade que *resulta do uso perfeito da liberdade*, a saber, agindo com uma intensidade bastante grande de amor, ou seja, a facilidade que resulta do fato de alguém possuir e, por conseguinte, praticar uma determinada virtude em um grau já mais perfeito, não diminui o mérito do ato. Porém, a situação muda quando se trata da facilidade que *antecede* o ato virtuoso: quando falta todo e qualquer sofrimento, pode, quanto à intensidade, existir um ato perfeito de amor (ou de outra virtude, animada pelo amor), mas o ato não é meritório.⁸⁷ Pois, como vimos, neste caso falta a liberdade que é condição para poder existir um ato meritório. E quando, ao praticar um

⁸⁵ É amor a Deus e, por amor de Deus, amor ao próximo.

⁸⁶ A liberdade do amor é perfeição *extrínseca* enquanto não é um aspecto que determina a perfeição de todo e qualquer amor de uma pessoa, o que, por sua vez, vale para a intensidade do amor. Tratando-se de um amor sobrenatural (capacidade de amar deste modo dada gratuitamente por Deus; participação do próprio amor com que Deus ama), a liberdade do amor faz com que este amor seja o amor *próprio* da criatura; pela liberdade, aquilo que é dom gratuito de Deus (o amor sobrenatural) ao homem se torna *seu próprio* amor com que ele ama a Deus e ao próximo.

⁸⁷ Os bem-aventurados no Céu, vendo a Deus em visão imediata, amam a Deus perfeitamente, mas não livremente; amam-n’O necessariamente. Por isso, seu amor não é mais meritório; não se dispõem, com esse amor, a um *crecimento* no amor, isto é, não

ato com a mesma intensidade de amor, o sofrimento for maior ou menor, maior ou menor será também o mérito.

Conclusão:

A expiação, como reparação (plena) do pecado, só pode ser algo positivo (não uma privação de algo); tem de ser, afinal, *o amor*, mas com uma determinada qualidade especial: **o amor reparador, expiador**. É o **amor sobrenatural, próprio-livre-sofredor** (próprio por ser livre, livre por ser sofredor) **do homem a Deus**, sendo amor sofredor pelo **sofrimento por causa do pecado**. Este sofrimento já não é, de modo algum, *castigo*.⁸⁸ Em união com o amor, o próprio sofrimento que é consequência do pecado, é “redimido” da “escravidão” de ser castigo do pecado⁸⁹; quer dizer que o sofrimento recebe um significado novo, o da contribuição-condição para haver o **amor expiatório**, que é um **amor maior**, uma manifestação maior de amor da parte do homem para com Deus, bem como (veremo-lo em seguida, ao falar da expiação de Cristo) da parte de Deus para com o homem.

merecem tal crescimento; simplesmente gozam da comunhão com Deus que mereceram por seus atos livres de amor durante a sua vida de “caminhada” para Deus.

⁸⁸ É importante reconhecer isto com toda a clareza e firmeza. Quanto a Jesus Cristo mesmo, as expressões usadas em *Is 53,4s* poderiam eventualmente levar a pensar em um “castigo”, que Ele – como realização perfeita do “servo do Senhor” – teria suportado em nosso lugar. Porém, deve-se levar em conta que, no v. 4, o profeta expõe o que *aos homens* parecia acontecer, não fala da compreensão certa (aos olhos de Deus): “Mas *nós o tínhamos* como vítima do castigo, ferido por Deus e humilhado”. Verdade é que Jesus tomou sobre Si as dores e a morte, que tinham sido castigo devido ao pecado (“pena” como “uma consequência da própria natureza do pecado”), mas em relação a Ele não eram castigo, pois Ele era inocente. Deus não pode, de modo algum, “castigar” um inocente; seria injusto. “Pelo fato de que é Cristo aquele que substitui os pecadores, houve uma substituição do castigo pelo sacrifício, da pena pela satisfação. Enquanto é a substituição dos culpados por um inocente, não podemos falar propriamente de uma substituição *penal*” (J.A. SAYÉS, *Señor y Cristo. Curso de Cristología*, Madrid 2005, 381; cf. também J. GALOT, *Gesù Liberatore*, Firenze 1978, 277-282). Como veremos, também para os membros de Cristo (unidos a Ele no amor, no Espírito Santo) vale a mesma afirmação: o sofrimento deixa de ter a característica de “castigo”. A esse respeito, não se deve confundir a satisfação, a expiação cristã, com a assim chamada “pena temporal”, da qual ainda falaremos.

⁸⁹ Cf. JOÃO PAULO II, Carta apostólica *Salvifici doloris*, n. 19: “Na Cruz de Cristo, não só se realizou a Redenção através do sofrimento, mas também o próprio sofrimento humano foi redimido.” Na verdade, o sofrimento alcança de novo a “dignidade” de ser condição para a liberdade do amor do homem para com Deus, mas agora se trata de uma liberdade aumentada.

6) Somente uma Pessoa divina feita homem pode reparar o pecado

Conforme o acima exposto, o pecado *precisa*⁹⁰ ser reparado para poder haver o perdão divino. Ora, não há dúvida alguma de que o homem pecador *não pode* reparar seu pecado. Pois este só pode ser reparado pelo amor, dom de Deus, *no coração do homem*, e é exatamente este dom do amor divino que falta ao homem pecador. Por outro lado, que o pecador receba de novo este dom do amor significa que ele já recebe o *perdão* divino. Portanto, se o pecado precisa ser reparado (satisfação a Deus) para poder haver o perdão, e se, por outro lado, para o homem poder reparar, é preciso que antes receba o perdão do pecado, *o homem não pode reparar o seu próprio pecado*. Por conseguinte, **só Deus o pode fazer**.

Além disso, para reparar a ofensa divina, que é *infinita*, é preciso que também a reparação (satisfação) seja *infinita*. Ora, em contraposição à ofensa, cuja grandeza se mede pela dignidade da pessoa ofendida, a satisfação recebe o seu valor da grandeza da pessoa que satisfaz, não da pessoa à qual se oferece a satisfação. A pessoa ofendida é *infinita* (divina); por conseguinte, a pessoa que repara a ofensa não pode ser uma pessoa finita (criada), tem que ser *infinita*: uma **pessoa divina**. Isto vale certamente para uma reparação adequada.

Por outro lado, a satisfação pelo pecado tem de proceder *da parte daqueles que ofenderam* a Deus. Por isso tem que ser um *homem*, e um homem *que possa incluir em si, de alguma maneira, todos os outros homens*, que possa representar a todos eles, que possa colocar-se, de uma maneira real, no “lugar” deles, assumindo a condição deles e fazendo o que eles não são capazes de fazer. A conclusão disso é que somente uma *Pessoa divina* que é ao mesmo tempo **homem**, pode realizar tudo isso.⁹¹

⁹⁰ Pelo menos no sentido de uma grande conveniência.

⁹¹ Também o aspecto da representação (inclusão) de todos os homens manifesta que, sem a Encarnação da Pessoa divina do Filho, somente seria possível um perdão dos pecados sem o fundamento de uma reparação da ofensa divina (cf. J.H. NICOLAS, *Sintesi dogmatica* I, 654s; expomos a seguir a sua argumentação). Pois, se fosse simplesmente uma pessoa humana a oferecer a satisfação a Deus pelo pecado de todos os homens, haveria duas possibilidades:

1) A pessoa humana compartilha o pecado da humanidade; por conseguinte, ela mesma deve primeiro receber o perdão divino antes de poder oferecer a satisfação a Deus. Este perdão, portanto, seria dado sem qualquer reparação do pecado.

2) A pessoa humana é totalmente sem pecado. Porém, para que ela pudesse oferecer uma satisfação (que não seria adequada, infinita) pelos pecados dos outros homens, “seria necessário que ela tivesse recebido uma graça ‘capital’ [isto é, de ser “cabeça” de toda a

Por conseguinte, quem pode oferecer a devida satisfação a Deus para reparar a ofensa divina não é uma pessoa criada, mas uma Pessoa divina que, ao mesmo tempo, é homem, uma Pessoa divina que Se fez também Pessoa de natureza humana.

Todos esses raciocínios podem fazer-nos entender o mistério, a grandeza abismal do pecado, o caráter horrível do mal que ele é. Nós podemos ofender a Deus, mas não podemos reparar esta ofensa; podemos estragar – e que estrago terrível! – sem possibilidade de nós mesmos consertarmos o estrago. *Só Deus* é capaz de enfrentar o pecado *eliminando-o e tirando dele um bem maior*. Foi o que Ele fez.

III. O *Sacrifício expiatório* de Jesus Cristo, ápice absoluto do amor de Deus e do homem Jesus

1. O *mistério de fé a ser explicado, respeitando todos os dados*

Em primeiro lugar, é preciso ter clara consciência de que a obra redentora de Jesus Cristo constitui um profundo **mistério de fé**, cuja explicação é difícil à razão humana.⁹² Realmente, é tentativa de “perscrutar as profundezas

humanidade]; a concessão desta graça, que seria um puro dom de Deus para esta pessoa, a qual, de per si, não compreende em si as outras pessoas humanas, seria já a graça da remissão dos pecados, concedida aos pecadores por simples *condonatio*” (ID., *ibid.*, 655).

Não ocorre o mesmo no caso do Verbo encarnado. Ele pode oferecer uma satisfação de valor infinito, como também pode fazê-lo por todos os homens, “porque contém em si a todos, naturalmente e sobrenaturalmente, não por um dom divino acrescentado, mas por causa da união hipostática, que o constitui Verbo encarnado” (ID., *ibid.*). Quanto à “graça de ser cabeça” (“*gratia capitis*”), note-se que a plenitude absoluta da graça santificante em Cristo é uma conseqüência necessária do fato de Sua natureza humana ser a natureza humana da Pessoa divina do Verbo. E a “*gratia capitis*” é a plenitude da graça santificante, enquanto esta se destina a ser comunicada aos outros.

É isso que ensina também o *Catecismo da Igreja Católica* (n. 616): “Nenhum homem, ainda que o mais santo, tinha condições de tomar sobre si os pecados de todos os homens e de oferecer-se em sacrifício por todos. A existência em Cristo da Pessoa Divina do Filho, que supera e, ao mesmo tempo, abraça todas as pessoas humanas, e que o constitui Cabeça de toda a humanidade, torna possível seu sacrifício redentor *por todos*.”

⁹² Cf. *Catechismus Romanus* I,V,V: “Se há o que ofereça dificuldades, ao espírito e ao coração humano, será sem dúvida o mistério da Cruz, que de todos é considerado o mais difícil e impenetrável (“*certe crucis mysterium omnium difficillimum existimandum est*”). Todo esforço é pouco, para chegarmos a compreender que nossa salvação depende da própria Cruz, e d’Aquele que nela foi pregado por nossa causa.” No entanto, o mesmo

de Deus” (cf. *1Cor* 2,10), de Deus-Amor, o que é possível somente com o auxílio do Espírito da Verdade, baseando-nos na Revelação divina.

Ora, é um fato que o **sacrifício expiatório de Jesus Cristo**, Filho de Deus feito homem, faz parte do **conteúdo central e essencial da Revelação divina**, da manifestação que Deus fez de Si mesmo e do Seu designio de sabedoria e amor em relação aos homens. A S. Escritura e a Tradição dão testemunho claro e suficiente a esse respeito, e também o Magistério da Igreja não deixa dúvida de que Jesus Cristo realmente Se ofereceu ao Pai em sacrifício expiatório por todos os homens; nos documentos do Magistério ocorre, inclusive, até aos nossos dias, a idéia e palavra “satisfação”.⁹³

Porém, houve e há teólogos que não quiseram/querem aceitar o caráter expiatório-satisfatório da paixão e morte de Jesus Cristo, excluindo este aspecto do significado da Sua paixão. Estas concepções, porém, são unilaterais, reducionistas; de uma ou outra maneira, “*esvaziam*”, “*desvalorizam*”, “*privam de sua força*” “*a Cruz de Cristo*”, para usarmos uma expressão do Apóstolo Paulo (*1Cor* 1,17). Muitas vezes pretendem com isso exaltar o amor de Deus para com os homens, mas, em vez de exaltar, diminuem-no, isto é, não chegam a reconhecer toda a plenitude e grandeza do amor manifestado na Cruz de Cristo. Pensam que o caráter expiatório da paixão de Cristo não combine com o amor gratuito de Deus aos homens, quando, na verdade, não é isso. Quando se entende o sacrifício expiatório de Cristo dentro do conjunto da Revelação divina sobre o significado da paixão e morte de Jesus, não pode haver dúvida a esse respeito. É necessário ver o conjunto dos dados, sem excluir nenhum deles ou esvaziá-lo de conteúdo. Mencionemos apenas, de um modo geral, alguns exemplos nesse sentido.

Catecismo diz também que neste artigo do Símbolo (“Padeceu...”) “assentam, como que em sua base, a religião e a fé cristã”, e conclui: “Estando bem lançado este fundamento, todas as outras verdades se mantêm firmes e inabaláveis” (*ibid.*).

⁹³ Cf., p. ex., J.A. SAYÉS, *Señor y Cristo*, 325-361; *Catecismo da Igreja Católica*, nn. 599-623; A. ZIEGENAUS, *Jesus Christus. Die Fülle des Heils. Christologie und Erlösungslehre* (L. SCHEFFCZYK – A. ZIEGENAUS, *Katholische Dogmatik*, IV), Aachen 2000, 292-321. K.J. WALLNER, *Sühne – heute aktuell?*, Wien (1998 ou mais tarde; sem indicação do ano), afirma com razão: “O fato que houve essa concepção da morte expiatória [de Cristo] desde o início na Igreja primitiva, não pode ser contestado por ninguém. É um fato histórico: a comunidade pós-pascal interpretou a morte de Cristo como morte expiatória vicária; fato é também que a idéia da redentora ‘expiação de Cristo’ foi, desde o início, uma das mais importantes concepções de fé do cristianismo” (p. 74).

1) Teorias que “esvaziam”, de alguma maneira, “a Cruz de Cristo”

Priva-se de uma dimensão essencial a paixão-morte de Jesus, quando se lhe dá uma **interpretação puramente humana**, a saber: 1) A morte de Jesus explica-se simplesmente pelas circunstâncias históricas que a provocaram ou pelas causas mais profundas de um choque de mentalidade⁹⁴; 2) O valor especial da morte de Jesus está nas disposições humanas d’Ele (o valor que possuem, em geral, os últimos instantes da existência humana).

É preciso reconhecer que, segundo claros testemunhos da S. Escritura⁹⁵, a paixão-morte de Jesus pertence ao *plano divino* a respeito da nossa salvação; a Sua paixão-morte (com a ressurreição) foi a obra salvífica decisiva; foi o cumprimento pleno e decisivo da Sua missão; para isso Ele vier! Por isso mesmo, a morte de Jesus foi um ato de obediência ao Pai. Deste modo, não basta admitir que Deus “permitiu” a morte de Jesus, como permite atos lamentáveis, dos quais deixa a responsabilidade à liberdade humana. Sem dúvida, as ações más que fizeram Jesus morrer, Deus as permitiu apenas, não as quis (nem indiretamente); porém, Deus interveio de uma maneira mais ativa em relação à morte de Jesus: esta morte **é querida por Deus como sacrifício expiatório**, *sacrifício de redenção*, e seu valor supremo provém de um **empenho assumido por Deus mesmo**; Ele mesmo empenhou nela Seu amor sábio e todo-poderoso⁹⁶. O Pai quis o sacrifício expiatório da cruz, e o Filho assumiu-o como ato supremo de amor ao Pai e aos homens.

Houve e há outros teólogos que privam a paixão-morte de Jesus de uma dimensão essencial – não necessariamente por desconhecer ou negar que a paixão-morte (ou, vendo o mistério em sua inteireza: a Páscoa, o Mistério pascal) de Jesus seja, de fato, a obra decisiva de salvação, o ponto culminante da ação salvífica de Cristo, mas – por fazer dela **apenas um grandioso, impressionante testemunho de amor**, negando com isso toda **eficácia objetiva** da Sua paixão-morte para a salvação, o perdão dos pecados. A paixão seria pura e simplesmente uma demonstração do

⁹⁴ J.A. Sayés escreve com muita razão e objetividade, depois de ter apresentado a opinião de outro autor na linha indicada: “Pero el hecho es que la Biblia habla de otro modo” (Id., *Señor y Cristo*, 326).

⁹⁵ *Mc* 8,31 par; 9,12; 14,36; *Lc* 18,31; 24,23-27.44-46; *Jo* 12,27; *At* 2,23s; 3,17s; *Fl* 2,8; *Hb* 5,8.

⁹⁶ Cf. J.A. SAYÉS, *Señor y Cristo*, 325-328; também *Cat.* 599 e 600, citado pelo mesmo autor. Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 123-139.

amor divino com a finalidade de inflamar os nossos corações para um amor sem temor. Afirmando, deste modo, apenas uma influência moral da paixão-morte de Jesus, não se pode explicar a extensão *universal* da redenção realizada por Ele (cf. *Mc* 10,45; *Mt* 20,28; *1 Tm* 2,6), pois esse estímulo psicológico só pode atingir aqueles que conhecem suficientemente a mensagem do Evangelho. Na realidade, porém, a paixão-morte de Jesus possui um **valor salvífico objetivo**, um valor anterior a toda tomada de consciência e qualquer aceitação humana.⁹⁷ Com aquelas teorias desconhece-se (nega-se), portanto, o valor que a paixão-morte de Jesus tem *diante de Deus*, aos olhos de Deus, além de desconhecer a ação mais profunda e eficaz de Deus, através da paixão-morte de Cristo, sobre os homens.

A mesma falha encontra-se nas explicações que se pode chamar de **teorias do Cristo solidário**. Certamente, Jesus Cristo se fez solidário com os homens (com *todos* os homens!), mas é preciso entender bem esta solidariedade e, além disso, reconhecer que Jesus foi *além* da mera solidariedade. Ora, segundo tais teorias, em geral, Jesus não se fez solidário com os homens pecadores *como pecadores*, mas com os homens *enquanto se encontram em determinadas situações sociais, econômicas, políticas, culturais* (pobres, marginalizados, etc.). Por conseguinte, para a morte de Jesus não há, em última análise, razões *teológicas*, isto é, razões que dizem respeito à *relação dos homens com Deus*, mas simplesmente razões sociais, políticas, etc., afinal, razões meramente humanas. A morte de Jesus acontece não porque Ele represente os pecadores diante do Pai, mas porque o homem Jesus é solidário com os oprimidos, com os injustiçados, contra os opressores injustos. A morte de Jesus é o resultado do conflito entre opressores e aquele que se coloca decididamente do lado dos oprimidos.

Uma consequência destas idéias é que “morrer *por causa* dos pecados dos homens” não significa “morrer *para o perdão* dos pecados”. Deste modo, a morte de Gólgota não *obtem* o perdão, mas **apenas manifesta o perdão que já antes tinha sido dado definitivamente**; ela revela assim

⁹⁷ Todos os teólogos, modernos ou de séculos anteriores, que admitem somente uma influência moral da paixão e morte de Cristo sobre os homens, não levam devidamente em conta a gravidade do pecado. Como se bastasse um exemplo atraente, fascinante para reformar a conduta humana! Na realidade, o pecador encontra-se numa condição de radical incapacidade. Ele é incapaz de libertar-se por si mesmo da escravidão do próprio pecado: um simples estímulo psicológico não bastaria para libertá-lo nem para torná-lo capaz de fazer o bem.

um Deus que já desde sempre perdoara. Esta é a única função *teológica* que se atribui à paixão-morte de Cristo.

O mesmo vale para a teoria (ou teorias) do Cristo solidário que chega(m) a reconhecer a **solidariedade de Cristo com os homens enquanto pecadores**, mas **excluindo o aspecto expiatório-propiciatório-satisfatório** da paixão-morte de Cristo. Portanto, Jesus não Se torna solidário com os pecadores, representando-os diante do Pai (oferecendo em lugar deles a homenagem que repara a ofensa divina), mas simplesmente “sofrendo o pecado”⁹⁸ com eles. Os homens sofrem por causa do pecado, e Jesus sofre com eles. E daí? Para quê? Por quê? Simplesmente para manifestar solidariedade com os que sofrem por causa do pecado?⁹⁹ Com efeito, não é para lhes alcançar o perdão do pecado, não para lhes obter a libertação das consequências do pecado, uma vez que esse perdão já lhes é dado de antemão, quer dizer (segundo essa teoria): o Pai não enviou Seu Filho “como expiação-propiciação pelos nossos pecados” (cf. *IJo* 4,10), mas apenas para *manifestar* aos homens o perdão dos pecados já definitivamente concedido. E o Pai – perguntamos – não podia manifestar de outro modo o Seu amor de perdão aos homens do que fazer o Seu Filho sofrer o pecado dos homens, e fazê-l’O sofrer tanto, entregá-lo nas mãos dos homens pecadores que O iriam maltratar tão cruelmente? Para que isso,

⁹⁸ Assim, p. ex., pode-se encontrar a interpretação de *Rm* 8,3 e *2Cor* 5,21 no sentido de Jesus aí ser designado como “lugar onde o pecado descarrega toda a sua fúria (“Ort, wo die Sünde sich austobt”), excluindo decididamente de que se trate de Jesus como sacrifício/vítima pelo pecado (sacrifício de expiação); cf. Karl-Heinz MENKE, *Opfer und Martyrium – Die Antwort Christi*, em: *Internationale Katholische Zeitschrift Communio* 31 (2002) 149. No contexto (pp. 146-150), o autor trata da “categoria interpretativa ‘expiação’”, rejeitando-a como categoria válida para a interpretação do martírio de Jesus. Porém, o que quer dizer “lugar onde o pecado descarrega toda a sua fúria”? Qual é o papel desse sofrimento de Jesus para a libertação do homem da escravidão do pecado?

Quanto à interpretação de *2Cor* 5,21 (“Deus o fez pecado por nós”), a Bíblia de Jerusalém comenta: “Talvez o termo ‘pecado’ seja aqui entendido no sentido de ‘sacrifício/vítima pelo pecado’, pois a mesma palavra hebraica *hatta’* pode ter estes dois significados (cf. *Lv* 4,1-5,13)”. É o que afirma a profissão de fé do 11º Concílio de Toledo (ano 675): “aquele que, como único, em prol de nós ‘se tornou pecado’, isto é, sacrifício pelos nossos pecados” (“qui solus pro nobis ‘peccatum est factus’, id est, sacrificium pro peccatis nostris”; DS 539).

⁹⁹ Os que sofrem são ajudados se há mais alguém que sofre com eles a mesma situação, embora seja alguém “especial”, alguém que poderia ter evitado de se encontrar nesta situação? Qual é o sentido da solidariedade senão o de ajudar? Ou o sentido é mesmo sofrer por sofrer, ainda que este sofrer seja motivado pelo amor? Porém, a finalidade de amar é o sofrimento?

se o Pai podia simplesmente perdoar, e não só podia, mas, de fato, na vontade divina, o pecado já estava perdoado sem nenhum pressuposto da parte dos homens a não ser que aceitem livremente o dom do perdão divino? Mais uma vez: entregar o Filho amado a sofrimento tão cruel, infligido a Ele pelos homens pecadores, apenas para lhes manifestar que Ele, o Pai, os ama e lhes perdoa o pecado? *Como é que, nesta teoria, se explica o sofrimento de Jesus?*

Todas essas teorias¹⁰⁰ vêm, de um ou outro modo, somente a dimensão *descendente* na obra salvífica de Cristo, esquecendo-se ou negando explicitamente a dimensão *ascendente*; em outras palavras: a obra redentora de Cristo é vista apenas sob o aspecto da **relação de Deus para o homem**, sendo Cristo o representante de Deus em relação aos homens (o revelador-transmissor do amor de Deus aos homens), e não sob o aspecto da **relação do homem para com Deus**, sendo Cristo o representante dos homens diante de Deus. Em termos de teologia da vida divina trinitária, podemos dizer que, nessas teorias, a relação do Filho eterno ao Pai (a resposta de amor do Filho ao Pai, a Pessoa do Filho como relação de amor ao Pai) é totalmente negligenciada, não tem nenhuma importância, nenhum papel decisivo na obra salvífica do Filho encarnado; com efeito, o Filho encarnado é apenas o transmissor-revelador ou o prolongamento, por assim dizer, do amor do Pai aos homens. A obra redentora de Cristo tem apenas esta direção: do Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, aos homens. O envio do Espírito Santo (o perdão divino em Pessoa) não é em nada (ou, pelo menos, por nada que seja, de alguma maneira, decisivo) devido ao amor do Filho encarnado (em nome dos homens pecadores) ao Pai. Na vida intratrinitária seria a teoria de que o Espírito Santo não procede do amor *mútuo* do Pai e do Filho: o Espírito Santo procede somente do amor do Pai ao Filho.

¹⁰⁰ Inclusive a teoria de Cristo como bode expiatório, exposta por R. SCHWAGER, *Brauchen wir einen Sündenbock? Gewalt und Erlösung in den biblischen Schriften*, München 1978. A redenção realizada por Cristo é explicada com o “mecanismo do bode expiatório”. Cristo é o bode expiatório sobre o qual os homens colocam sua agressividade. Por conseguinte, Cristo *não* é o representante dos homens, substituindo-os, como *reparador dos pecados em relação a Deus Pai*, mas como **bode expiatório no qual os homens descarregam sua agressividade, podendo assim libertar-se dela**. Ora, a força redentora encontra-se nesta transferência da agressividade própria dos homens sobre Cristo, e isto por causa da atitude singular de Jesus como bode expiatório: Ele é o “Cordeiro”; Ele *não responde à violência com violência*. Diante desta radical não-violência do Cordeiro é revelada até a violência mais camuflada e se trai a si mesma; e é *assim* que ela é vencida.

Pode ser que tais teorias sejam uma reação exagerada ao extremo oposto, a saber, o de ver, na explicação da obra redentora de Cristo, exclusivamente a dimensão ascendente, esquecendo-se (ou dando a impressão de se esquecer) da dimensão descendente, que é a fundamental, mas não deve ser separada da ascendente ou eliminar esta – como o amor do Pai ao Filho é, logicamente, pressuposto ao amor do Filho ao Pai, mas inseparável; é mesmo um só amor, mas em direções opostas (amor mútuo), como também não existe Pai (relação de paternidade) sem Filho (relação de filiação). Importa, por isso, reconhecer claramente os dois dados essenciais a manter e conciliar um com o outro na reflexão teológica sobre a obra redentora de Cristo e, portanto, sobre o sentido da expiação cristã.¹⁰¹

¹⁰¹ Quanto à doutrina de teólogos modernos ortodoxos, nota-se uma rejeição do aspecto da “satisfação-propiciação” que parece estar motivada por certa aversão à teologia latina, ocidental, de tal modo que eles se distanciam dos próprios teólogos orientais ortodoxos que – como, p. ex., Nicodemos o Aguiorita, monge do Monte Athos – reconheceram claramente esse aspecto; veja-se a respeito Yannis SPITERIS, *Salvezza e peccato nella tradizione orientale*, Bologna 2000. Em dado momento, Spiteris constata: “Hoje a teologia ortodoxa procura libertar-se de componentes soteriológicos inspirados pelo *Cur Deus homo* de Anselmo. Ela recupera todos os elementos da sua tradição, onde a paixão e a morte de Cristo são entendidas não tanto como uma satisfação da justiça de Deus ofendida pelo pecado, mas como uma revelação do seu amor por nós” (id., *ibid.*, 162).

Por isso mesmo, na introdução do livro, Spiteris faz estas perguntas significativas: “Nesta perspectiva, qual é então o significado da paixão e morte de Cristo? Cristo morre para reparar a culpa do pecado original e, portanto, para *satisfazer* à exigência da justiça do Pai? Ou para *revelar* a natureza de Deus que é Amor?” (*ibid.*, 15). Ora, aqui não se trata de uma alternativa, como se uma concepção excluísse a outra. Como vamos ver, não existe oposição entre elas. O amor de Deus – o amor de Deus-Trindade – manifesta-se, de uma maneira particular, exatamente no amor expiador de Jesus Cristo! O aspecto da “justiça” não limita, não diminui, de modo algum, a grandeza do amor divino que se revela na obra redentora de Cristo. O Amor fica sendo a primeira e a última palavra de tudo. Pretender excluir a “satisfação” para poder entender/explicar a paixão e morte de Jesus como revelação plena e definitiva do amor compassivo de Deus por nós, é um lamentável mal-entendido.

Aliás, quanto à tradição oriental, é verdade que os Padres gregos dos séculos IV e V viram com clareza a dimensão descendente da obra redentora de Cristo, unida à Encarnação. “Porém, juntamente com esta dimensão descendente, articula-se nos Padres a dimensão ascendente de Cristo que se entrega ao Pai por nós. Falando dos Padres gregos do século IV, Kelly afirma que não é nem a teoria mística nem a do resgate pago ao demônio o predominante e principal, mas a idéia de Cristo oferecido ao Pai em sacrifício” (J.A. SAYÉS, *Señor y Cristo*, 349; a referência é a J.N.D. KELLY, *Il pensiero cristiano delle origini*, Bologna 1984, 472).

2) Dois dados essenciais a manter e conciliar

Pelo fato de se tratar de um mistério, a reflexão teológica deve acolher, na mesma medida, *todos os elementos* deste mistério, ainda que uns estejam ou pareçam estar em certa oposição ou tensão com outros. Não se deve apressadamente excluir um deles para obter uma teoria mais simples e aparentemente mais coerente. Não se deve eliminar o antagonismo inerente ao mistério, isto é, não se deve eliminar a “cruz” (sinal de união de direções opostas) no próprio mistério da Cruz.

Uma autêntica compreensão deste mistério precisa explicar os dois dados essenciais assegurados pela Revelação divina:

- A paixão-morte (e a ressurreição) de Cristo são **causa** de salvação: **unicamente por esses mistérios e por causa deles**, Deus dá aos homens a graça da remissão dos pecados, a graça da divinização;
- Esta missão redentora de Cristo é uma **pura graça**, um **dom gratuito de Deus**: “Deus amou tanto o mundo, que deu Seu Filho Único, para que todo o que crer n’Ele não morra, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16).

Portanto, devemos conciliar a *gratuidade do dom* com o *resgate* dado, isto é, devemos conciliar os dois dados seguintes:

- o **dom que o Pai faz** à humanidade, dando o Seu Filho (linha descendente: de Deus ao homem);
- a **oferta propiciatória do Filho**, em nome da humanidade, ao Pai (linha ascendente: do homem a Deus).

Em outras palavras, poderíamos exprimir a mesma realidade da maneira seguinte:

- 1) Jesus morreu *por amor de nós*, abraçando em Seu coração humano *o amor do Pai pelos homens* (cf. *Cat.* 609);
- 2) “Jesus *prestou reparação* por nossas faltas e *satisfaz o Pai* por nossos pecados” (*Cat.* 615; grifo nosso).

Somente colhendo, com espírito de fé, todos os aspectos do mistério, poderemos chegar – na medida do possível – a uma compreensão autêntica do grande mistério da Cruz, exatamente como mistério do *ápice do amor de Deus e do homem*, como veremos. Poder-se-á mostrar como as aparentes contradições são superadas numa *harmonia superior*. Tal harmonia encontra-se na linha do **primado do amor de Deus** para com o homem. O Catecismo indica-o ao dizer que o sacrifício de Cristo “é primeiro um dom do próprio Deus Pai: é o Pai que entrega seu Filho para

reconciliar-nos consigo. É ao mesmo tempo oferenda do Filho de Deus feito homem, o qual, livremente e por amor, oferece sua vida a seu Pai pelo Espírito Santo, para reparar a nossa desobediência.”¹⁰² Todo aspecto do mistério encontra a sua explicação *última* no amor divino. *Expição-propiciação* e resgate encontram a sua *última razão de ser neste amor*. Serão entendidos em todo o seu alcance, se vistos como manifestação deste amor divino (justo, santo, sábio e todo-poderoso).

2. A resposta de Deus-Amor ao pecado do homem: o dom do Filho como o divino amor misericordioso encarnado

Deus-Amor, Pai e Filho e Espírito Santo, criou o homem e lhe concedeu uma comunhão inicial consigo mesmo, chamando-o e encaminhando-o à perfeição última desta comunhão interpessoal; presenteou-lhe o dom da aliança, o dom de ser “filho”, “amigo”. O homem, porém, pecou, rompendo assim a aliança, ofendendo profundamente a Deus e perdendo a sua comunhão de amor e vida com Ele. Deste modo, o homem se encontrou numa situação de sofrimento que é a exclusão da comunhão com Deus Trindade, com tudo o que esta exclusão implica ou comporta (principalmente a morte).

Qual é a resposta de Deus ao pecado do homem?¹⁰³ Vejamos os pressupostos para tal resposta. Deus é Amor, é a própria bondade por essência. Por isso, Ele é inclinação e capacidade infinita de Se comunicar (doar) a Si mesmo a outrem. Ora, esta inclinação e capacidade (comunicatividade e comunicabilidade) já estão totalmente realizadas na vida intratrinitária, comunicando-Se integralmente o Pai ao Filho (pela “geração”), e o Pai e o Filho, ao Espírito Santo (pela “expiração”). Por isso, Deus não Se comunica necessariamente mas *livremente* às criaturas, a começar pelo ato criador. Por isso mesmo, a resposta de Deus-Amor – a resposta de amor da parte de Deus – ao pecado do homem é uma iniciativa livre de Deus.

De fato, Deus *ama* livremente toda pessoa criada com um amor eterno. A este amor divino *desagrada* infinitamente a situação do homem pecador. Deus-Amor quer comunicar-Se (bondade, benevolência), quer unir a Si o homem que criou para a feliz comunhão consigo (amor, enquanto amor é mais do que mera benevolência). Então, por que não comunicar

¹⁰² *Cat.* 614. O Catecismo faz referência a textos bíblicos: *1Jo* 4,10; *Jo* 15,13; 10,17-18; *Hb* 9,14.

¹⁰³ Reassumimos o que já expusemos em outro lugar; cf. N. THANNER, *O Porquê da Cruz (II)*, em: *SapCru* 2 (2001) 41ss.

de novo ao pecador o dom, culpavelmente perdido, do amor divino no seu próprio coração? Por que, portanto, não perdoar-lhe simplesmente o pecado, respeitando, obviamente, a sua liberdade? Não seria realizar a inclinação, o desejo¹⁰⁴ infinito do amor divino (amor-bondade) à sua criatura humana, ao seu filho?

Nesta altura da reflexão, porém, é preciso levar em consideração outros aspectos do mistério de Deus-Amor. Primeiro, como já frisamos anteriormente, o amor divino ao homem é *o mesmíssimo amor* com que Deus ama a Si mesmo (as Pessoas divinas amam-Se umas às outras e a Si mesmas), e é um amor *justo*, tanto em relação às Pessoas divinas, como em relação aos homens. Por isso, Deus-Amor não pode agir de um modo que equivaleria a negar-Se a Si mesmo nem, em geral, agir sem *levar em consideração determinados dados*. Pois, justiça é dar a cada um o que é seu, o que lhe convém; é agir em conformidade com um determinado dado, não sem um dado pressuposto, como é o caso do amor-bondade.¹⁰⁵ Ora, segundo a opinião teológica por nós defendida, o amor divino (amor-justiça) não pode simplesmente perdoar o pecado se, com isso, a desonra

¹⁰⁴ É um desejo proveniente da superabundância do bem possuído, não de alguma indigência. Por isso mesmo não contradiz a perfeita e infinita felicidade de Deus Pai com o Filho no Espírito Santo.

¹⁰⁵ Na verdade, em toda e qualquer obra divina, o amor que está em ação é amor-bondade e amor-justiça, embora o amor-bondade seja, por assim dizer, mais fundamental.

Podemos seguir a explicação de São Tomás de Aquino (cf. *S.Th.* I, q. 21, a. 4): Aquilo que é dado por justiça divina (justiça é dar a cada um o que lhe é devido), ou é devido a *Deus* ou a alguma *criatura*. Em toda obra, *Deus dá o que é devido a Ele mesmo e à criatura*, pois Ele não pode fazer algo que não seja conveniente, isto é, *em conformidade com Sua sabedoria e bondade*. Igualmente, tudo o que faz nas criaturas, Ele o faz segundo a conveniente ordem e proporção.

A justiça como conformidade com *Deus* é, portanto, conformidade com o *Amor divino*. Ora, tal conformidade implica que a justiça sempre *pressupõe* algo, um dado – ao menos logicamente – anterior, uma ordem. Tal dado pressuposto é, em primeiro lugar e em última análise, Deus mesmo no Seu mistério trinitário de Amor.

Continuemos agora com a exposição de São Tomás. Ele diz que a obra da justiça divina (amor-justiça) sempre pressupõe a obra do amor divino (amor-bondade) e nesta se baseia. Com efeito, à criatura nada é devido a não ser por causa de algo que nela preexiste ou é pré-considerado. Ora, se tal coisa é devida à criatura, será de novo por causa de algo anterior. Mas, uma vez que não se pode proceder assim até o infinito, necessariamente chega-se a algo que *depende unicamente da bondade da vontade divina*, a qual é o fim último. Deste modo, em qualquer obra de Deus aparece o *amor* (amor-bondade) como a *primeira “raiz”* da obra, embora, na verdade, também este amor seja conforme a um determinado dado (não na criatura, mas unicamente em Deus mesmo), o qual é a *sabedoria divina*.

divina causada pelo pecado não é reparada. Com efeito, como dissemos, o amor divino não pode negar-se a si mesmo (adesão absoluta ao bem infinito), o que seria o caso se não agisse conforme a este dado: a criatura é para a glória de Deus. Desagrada a este amor não apenas a situação desastrosa do pecador (desagrado do amor benevolente, amor-bondade para com a criatura), mas igualmente a ofensa a Deus, a desonra infligida a Deus¹⁰⁶, que é de dimensão infinita e é uma realidade objetiva (desagrado do amor justo e santo, amor-justiça, amor-santidade).¹⁰⁷

Portanto, o **amor-bondade** deseja doar de novo o dom do amor divino ao homem pecador (perdoar-lhe o pecado); o **amor-justiça** exige, para que isso se possa realizar, a reparação da ofensa. Que traço do amor divino dará a solução? O **amor misericordioso**.

O que para os Anjos rebeldes não foi possível, o é para os homens. Com relação ao homem pecador, Deus encontrou um meio para fazer triunfar Seu amor inicial. Este meio é uma realização divina de “misericórdia” que ultrapassa tudo que poderíamos imaginar, uma maneira singular de Deus usar de misericórdia para com o homem pecador, uma maneira que somente é possível quando Deus Se faz homem. É *o mistério profundo e inesgotável do Sacrifício expiatório do Filho de Deus feito homem*.

Para entendermos isso, precisamos avançar passo a passo: Primeiro, vejamos o que é mesmo a **misericórdia**. Segundo a definição de Santo Agostinho, ela é “uma certa compaixão que o nosso coração experimenta pela miséria alheia, que nos leva a socorrê-la, se o pudermos”.¹⁰⁸ Agostinho ainda acrescenta: “Este movimento está subordinado à razão [daí sua característica de virtude], quando se pratica a misericórdia de tal modo que se conserve a justiça.” Desta definição se depreende que o amor misericordioso é amor *com-passivo*: é **padecer com a miséria**, a

¹⁰⁶ É significativa a indicação do *motivo* para a ação salvífica de Deus, no profeta Ezequiel (36,20-24): “Eu tive consideração com o meu santo nome, que a casa de Israel profanou entre as nações” (v. 21). “Não é em consideração a vós que ajo assim, ó casa de Israel, mas sim por causa do meu santo nome, que vós profanastes entre as nações” (v. 22). O motivo é a honra divina.

¹⁰⁷ Se não se aceitar a nossa explicação da necessidade da reparação da ofensa divina, deve-se dizer que o amor-justiça faz agir em conformidade com outros dados, como são a relação interpessoal de aliança entre Deus e o homem, o reflexo do mistério da comunhão trinitária entre o Filho eterno e o Pai no Espírito Santo, o fato de Deus nos querer como “filhos no FILHO”.

¹⁰⁸ *De civitate Dei*, IX, c. 5: “Quid est autem misericordia, nisi alienae miseriae quaedam in nostro corde compassio, qua utique, si possumus, subvenire compellimur?”

dor, o sofrimento **de outra pessoa** (sentir dor, isto é, tristeza, pela miséria alheia) e, por isso, **ajudá-la** na medida do possível. Ora, com São Tomás de Aquino, podemos dizer: uma vez que “a tristeza ou a dor é referente ao próprio mal, alguém se entristece ou se condói da miséria alheia, na medida em que a considera sua”¹⁰⁹. Em seguida, São Tomás explica que isto pode acontecer de duas maneiras:

1) Pela “**união afetiva**, produzida pelo *amor*”. O amor é força unitiva: a união de amor faz com que o sofrimento da pessoa amada se torne, de alguma maneira – isto é, pela união afetiva entre as duas pessoas –, também meu sofrimento. O amigo é um “outro eu”. O mal do amigo considero como meu próprio e sofro com ele.

2) Pela “**união real**”, isto é, pelo fato de eu mesmo estar sujeito a sofrer o mesmo ou um semelhante mal que a outra pessoa está sofrendo (pode ser um mal que já sofri ou estou atualmente sofrendo ou poderei eventualmente sofrer).¹¹⁰

Com o santo Doutor, pode-se, portanto, concluir: “Assim, pois, sempre a deficiência¹¹¹ é a razão de ser misericordioso: quer por considerar a deficiência alheia como própria, por causa da união de amor, quer pela possibilidade de vir a sofrer males iguais.”¹¹²

Apliquemos isso agora a Deus. Ele não pode ter compaixão em base da união real, mas, sim, pela união de amor.¹¹³ Deus é o “Deus do amor” (2Cor 13,11) e, por isso mesmo, “Deus rico em misericórdia” (Ef 2,4). Ele ama o homem, com a intensidade infinita do Seu amor. Por este amor, pela *união de amor*, Ele tem compaixão do homem pecador, considera

¹⁰⁹ *S.Th.* II-II, q. 30, a. 2.

¹¹⁰ Como indicamos, São Tomás fala de “união afetiva” e de “união real”. Eis a sua explicação da “união real”: “Em segundo lugar, pela união real, quando o mal de alguns está tão próximo que passa deles para nós. De fato, diz o Filósofo [= Aristóteles] que os homens são misericordiosos por aqueles que lhes são unidos e semelhantes, porque estes os fazem crer que também possam sofrer males iguais. Eis a razão de os velhos e os sábios, que pensam nos males que lhes podem sobrevir, e também os fracos e os temerosos, serem mais misericordiosos. Ao contrário, os que se consideram felizes e fortes, o suficiente para se julgarem livres de qualquer mal, não se compadecem do mesmo modo” (*S.Th.* II-II, q. 30, a. 2).

¹¹¹ A pergunta que ele se fizera era, se a deficiência (“defectus”) de quem se compadece é a razão de ser misericordioso.

¹¹² *Id.*, *ibid.*

¹¹³ Cf. *id.*, *ibid.*, ad 1: “Deus só é misericordioso por amor, por nos amar como algo Seu” (“tanquam aliquid sui”, isto é, como criaturas Suas).

o mal do homem como Seu próprio mal. Não pode estar contente com este mal, “sofre” com ele.

Ora, falamos anteriormente da “ira” de Deus, reconhecendo nela o descontentamento infinito do amor divino em relação ao homem pecador, a “dor” do amor de Deus que foi rejeitado pelo homem – para desgraça dele mesmo. Esta ira é expressão do “amor santo” de Deus. Se é mesmo assim, a ira deve ser, de um lado, descontentamento, desaprovação absoluta, total e infinita do mal do pecado, tanto enquanto mal de Deus (ofensa, injustiça contra Deus) como enquanto mal do homem (culpa, situação desastrosa do pecador) – eis o aspecto do “amor *absolutamente santo*”, mas realmente *amor* (desaprovação, descontentamento *devido ao amor* a Si mesmo e ao homem); por outro lado – como sendo “amor santo” – deve ser desejo do verdadeiro bem do homem pecador, querendo, portanto, “a todo custo”, comunicar a própria santidade à Sua criatura. Podemos também dizer: uma vez que essa “dor”, esse desagrado, esse descontentamento é de um *amor* que *não visa, de modo nenhum, a um proveito próprio*, mas *ao bem do homem pecador*, a “ira” de Deus não é contra o pecador, mas contra o pecado¹¹⁴; nela se encontra a intenção de libertar o pecador do mal do pecado.¹¹⁵

Por isso, aquela “dor, inconcebível e inexprimível” “no próprio coração da inefável Trindade”¹¹⁶ – dor que não diminui a felicidade infinita do Deus-Amor –, “esta imperscrutável e indizível ‘dor’ de Pai, em definitivo, gerará sobretudo a admirável economia do amor redentor em Jesus Cristo, para que, através do ‘mistério da piedade’, o amor possa revelar-se mais forte do que o pecado, na história do homem. Para que prevaleça o ‘Dom!’”,¹¹⁷ para que prevaleça o Deus de Amor, o mistério do eterno amor do Filho ao Pai, no Espírito Santo.

Essa “admirável economia do amor redentor em Jesus Cristo” é, portanto, fruto da “dor” *do amor* divino, do descontentamento deste amor¹¹⁸

¹¹⁴ Quem segue a norma de conduta que diz: *odiar o pecado, mas amar o pecador*, segue, portanto, o exemplo de Deus.

¹¹⁵ Somente quando o pecador persiste definitivamente no pecado (impenitência eterna), a “ira” de Deus é Sua “última palavra” para ele. Neste caso, a ira de Deus “permanece” eternamente sobre o pecador (cf. *Jo* 3,36).

¹¹⁶ Cf. JOÃO PAULO II, Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 39.

¹¹⁷ *Id.*, *ibidem*.

¹¹⁸ Este descontentamento do amor divino é a “ira divina”. Por isso mesmo, é muito acertada a explicação que, na homilia na Santa Missa “Pro eligendo Romano Pontifice”

com a situação causada pelo pecado. Este amor divino – tendo como seu objeto tanto a Deus como também o homem pecador – é um amor *justo*; por isso não pode perdoar o pecado sem reparação da infinita ofensa divina que o pecado comportou¹¹⁹. Daí – já que o homem mesmo não é capaz –, **o próprio Deus-Amor assume a obra da reparação do pecado** de tal modo que tanto o pecador possa ser perdoado quanto a honra divina ser restabelecida; é **o amor compassivo** que o faz: **Deus Filho**, em Sua compaixão, **Se faz solidário com o homem pecador**, de uma maneira como somente a Deus é possível, pois o amor do ser humano, ainda que seja muito forte, nunca conseguiria atingir tal grau e eficácia de *solidariedade compassiva* com as pessoas amadas: **o Filho encarnado assume o próprio sofrimento do homem devido ao pecado, para libertar o homem**

(18/04/2005), o então Cardeal Joseph Ratzinger deu, ao interpretar a palavra do profeta Isaías, que diz que o Messias é enviado “para proclamar o ano de misericórdia do Senhor, um dia de *vingança* para o nosso Deus” (*Is* 61,2; cf. *Dt* 32,35: “Minha é a vingança”): “Mas que pretende dizer Isaías quando anuncia o «dia da vingança para o nosso Deus»? [...] o Senhor [Jesus] ofereceu o seu comentário autêntico a estas palavras com a morte de cruz. «Subindo ao madeiro da cruz, Ele levou os nossos pecados no seu corpo...», diz São Pedro (*1 Pd* 2, 24). [...] A misericórdia de Cristo não é uma graça a bom preço, não supõe a banalização do mal. Cristo leva no seu corpo e na sua alma todo o peso do mal, toda a sua força destruidora. Ele queima e transforma o mal no sofrimento, no fogo do seu amor sofredor. O dia da vingança e o ano da misericórdia coincidem no mistério pascal, no Cristo morto e ressuscitado. Esta é a vingança de Deus: ele mesmo, na pessoa do Filho, sofre por nós. Quanto mais fomos tocados pela misericórdia do Senhor, tanto mais entramos em solidariedade com o seu sofrimento. Tornamo-nos disponíveis para completar na nossa carne «o que falta aos padecimentos de Cristo» (*Ci* 1, 24)” (*L’Osservatore Romano* de 23 de abril de 2005, p. 2).

¹¹⁹ Veja-se a explicação acima dada: Deus não pode negar-Se a Si mesmo, fazendo que a criatura não seja para a Sua glória, ou – se a nossa argumentação não for aceita – devemos aqui pensar na conformidade conveniente ou convenientíssima da ação divina com determinados dados, conformidade esta que exprime o aspecto da *justiça* (conformidade com a vida intratrinitária e seu reflexo na relação entre Deus e o homem; aliança; tratar, levar a sério o homem como “filho”, “amigo”), bem como a conformidade com a *sabedoria* divina que sabe escolher a maneira como mais manifestar a misericórdia divina, que, por sua vez, é a maior manifestação do amor de Deus a uma pessoa criada. A este respeito, São Tomás afirma, com razão, que o fato de Deus ter dado o Seu próprio Filho para satisfazer por nós foi uma manifestação maior da misericórdia divina do que teria sido se tivesse simplesmente perdoado o pecado, sem qualquer satisfação (*S.Th.* III, q. 46, a. 1, ad 3). Quanto ao aspecto da justiça, foi conveniente a ela que Cristo, por meio de Sua paixão, satisfizesse pelo pecado do gênero humano (*ibid.*; cf. *S.Th.* III, q. 46, a. 3, ad 3; a. 6, ad 6).

da sua situação escravizante de pecador¹²⁰; Jesus é o amor misericordioso encarnado de Deus.

Sem dúvida, a compaixão é de todas as três Pessoas divinas, já que o amor divino não difere sendo do Pai, sendo do Filho, e sendo do Espírito Santo. Mas a missão a realizar corresponde à propriedade pessoal do Filho e não corresponderia àquela das outras duas Pessoas divinas. O Filho é quem, como Pessoa divina gerada pelo Pai (“Filho”), dá eternamente a *resposta* infinita de amor ao Pai, e o homem foi criado e chamado a participar desta resposta eterna de amor do Filho ao Pai. O Pai é o divino *amante* como *princípio-fonte* de todo amor, e o Filho é o divino *amante* como o *amado* do Pai que “*responde*” ao amor d’Ele, enquanto o Espírito Santo é o *Amor* como “fruto” do amor dos dois.¹²¹ Por isso, embora a iniciativa do amor misericordioso, em absoluto, seja do Pai (como princípio-fonte de todo amor), *deve ser o Filho* quem, encarnando-Se, *Se coloca do lado dos homens pecadores* para, *em nome deles e na condição* deles, dar aquela *resposta de amor* a Deus (Pai) que repara a desonra divina e, conseqüentemente, reabre para o amor divino o caminho ao coração do homem, que perdeu este amor por culpa própria.

A resposta de Deus-Amor ao pecado do homem é, portanto, realmente **amor: o dom do Filho como o divino amor misericordioso encarnado**: o Pai envia o Seu Filho para Ele – como homem, através de uma singular realização da misericórdia divina com o homem pecador no Sacrifício expiatório da Cruz – libertar o homem da sua situação de escravidão e reconciliá-lo com Deus, fazê-lo de novo “filho”, “amigo”, “partner” da aliança com Deus.

¹²⁰ O amor de uma pessoa humana pode levá-la a estar disposta a morrer em lugar de outra pessoa (cf. *Rm 5,7*) e, inclusive, em situações particulares, a morrer, de fato, em lugar dela, no sentido de salvá-la da morte através de um ato (heróico) que lhe custa a própria vida. Porém, isto vale apenas em determinados casos de perigo de morte, mas não no caso de a pessoa estar realmente morrendo, p. ex., devido a um câncer. Neste caso, eu posso – pela união de amor – sentir profunda compaixão com essa pessoa, mas essa união de amor não faz com que eu sinta no meu corpo aquelas dores terríveis que fazem a pessoa amada sofrer tanto.

Ora, quando o amor é muito forte (p. ex., o de uma mãe para com seu filhinho doente ou moribundo), a pessoa que ama deseja mesmo *assumir o próprio sofrimento da pessoa amada*, sofrer aquilo mesmo que ela sofre, com a finalidade última de *libertá-la desse sofrimento*. Ora, o que é impossível ao amor de um simples homem, pode ser possível ao amor divino, ou seja, propriamente dito, ao *amor divino-humano de uma Pessoa divina que possui também uma natureza humana*.

¹²¹ Cf. S. AGOSTINHO, *De Trinitate*, VI,5,7.

De fato, “nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele quem tanto nos amou, que nos enviou Seu Filho como expiação pelos nossos pecados” (cf. *1 Jo* 4,10; *Jo* 3,16).

3. O Sacrifício expiatório da Cruz: o amor expiador do Filho de Deus feito homem como ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens e manifestação suprema do amor misericordioso de Deus

Vimos, na obra redentora de Jesus Cristo, o primado do amor divino aos homens pecadores; a iniciativa é de Deus, do Seu amor. Igualmente pudemos ver como o sacrifício expiatório de Cristo se explica pelo amor extremado de Deus ao homem, pelo amor *misericioso* de Deus como resposta ao pecado do homem, levando Sua misericórdia ao ponto culminante. No entanto, falta-nos ainda uma reflexão sobre **a misericórdia e a expiação** no Sacrifício redentor de Cristo. Qual a sua conexão? Como estão unidas? Como se distinguem? Igualmente, ainda é necessário fazer ver a **grandeza singular do amor** no Sacrifício expiatório da Cruz, que faz dele o ápice absoluto do amor do Filho de Deus encarnado a Deus Pai e aos homens e a manifestação suprema, insuperável do amor misericordioso de Deus.

Antes de analisarmos tudo isso, convêm alguns esclarecimentos. Quando falamos do amor de Jesus Cristo ou do “Filho de Deus encarnado”, falamos do amor de uma Pessoa divina – portanto, Pessoa de natureza divina – que, ao mesmo tempo, é (a partir de um determinado momento na história da humanidade) Pessoa *de natureza humana*. Por conseguinte, Jesus ama com duas vontades verdadeiramente distintas, como são distintas a natureza divina e a natureza humana, mas também perfeitamente unidas, enquanto a vontade humana se conforma perfeitamente à vontade divina. Jesus ama com o ato eterno de amor divino – que Lhe é comum com o Pai e o Espírito Santo –, e ama também com atos de amor humano (divinamente aperfeiçoado, sendo participação do próprio amor divino: a virtude teologal do amor), sendo este amor humano como que a “tradução” para o nível humano – e, assim, a manifestação – do Seu amor divino. A obra de nossa salvação é obra do amor divino e humano de Jesus, em sua união e, ao mesmo tempo, distinção.

Ora, não há dúvida de que o amor *misericioso* de Jesus é, ao mesmo tempo, amor *divino e humano* da Sua Pessoa para com o homem pecador, permanecendo, no entanto, a distinção entre os dois amores.

O amor *expiador-reparador* de Jesus, porém, é o **amor do homem Jesus**, amor *humano* a Deus (Pai¹²²), um prestar homenagem (adorar, obedecer) *a Deus*¹²³, mas em benefício dos homens pecadores, isto é, para a sua salvação. Trata-se do amor do Filho de Deus encarnado como “viator”¹²⁴, amor de alguém que está “**a caminho**” da comunhão consumada, gloriosa com Deus¹²⁵, e, além disso, de alguém que Se fez **solidário com os homens pecadores**.

É claro, enfim, que o amor divino é sempre infinito, não podendo, por isso, ser maior ou menor. No entanto, Deus pode dar às Suas criaturas dons maiores ou menores, e, neste sentido, pode-se falar de um amor maior ou menor de Deus; assim, pode haver manifestações maiores ou menores do amor divino infinito. Quanto ao amor de Jesus como homem, embora Ele ame sempre com a máxima intensidade, pode-se falar, como veremos, de um “ápice” do Seu amor.

Agora vejamos a conexão entre misericórdia e expiação no Sacrifício redentor de Jesus Cristo. Misericórdia e expiação de Jesus, Seu amor misericordioso e Seu amor expiador, estão intimamente unidos. De um lado, para poder expiar-reparar o pecado, Jesus precisa pôr em prática o Seu amor misericordioso singularmente perfeito para com o homem; por outro lado, este Seu amor misericordioso ao homem pecador não é, como tal, o ato de expiação. Este tem de ser, fundamentalmente e necessariamente, um ato de **amor a Deus**. Sem este ato especial de amor a Deus, o amor misericordioso de Jesus aos homens, ou seja, mais exatamente, o **sofrimento** neste ato de amor misericordioso, não poderia ter um papel de **causa da libertação** do homem que se encontra na escravidão do pecado, libertação esta que se realiza pelo perdão divino. Vejamo-lo mais de perto.

¹²² Amor ao Pai, a Si mesmo (Filho) e ao Espírito Santo, um só Deus em três Pessoas, que é amado e adorado por Jesus como homem.

¹²³ Aqui temos o aspecto da virtude da “religião”, que é a da justiça para com Deus (dar a Deus o que Lhe é devido; cf. *Cat.* 1807). “A caridade nos leva a dar a Deus aquilo que em toda justiça Lhe devemos enquanto criaturas” (*Cat.* 2095).

¹²⁴ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* III, q. 19, a. 3, ad 1.

¹²⁵ Cf. *Jo* 13,1.3; 14,12 (“Sua hora de *passar deste mundo para o Pai*”; “sabendo que [...] Ele viera de Deus e *a Deus voltava*”; “*vou para o Pai*”).

1) O amor expiador de Jesus Cristo

Qual é o amor expiador de Jesus Cristo? Primeiro, o amor expiador não se identifica com o amor misericordioso divino. Este está na *origem* do amor expiador de Cristo, da Sua obra de expiação e redenção, mas não há identificação entre o *divino amor misericordioso*, comum às três Pessoas divinas, e o *amor expiador* do Filho encarnado. Podemos reconhecer a característica própria do amor expiador pela seguinte reflexão.

Movido pelo divino amor misericordioso (d'Ele e do Pai e do Espírito Santo), o Filho – que, como Pessoa divina, eternamente dá a resposta infinita do Seu amor ao Pai – desce ao nível da criatura humana¹²⁶, faz-Se verdadeiramente um ser humano, alguém do gênero humano, um “filho de Adão”, e assim não apenas estabelece relações com os outros homens¹²⁷, mas Se coloca **totalmente do lado do homem defronte de Deus Pai**, para poder, *em nome e no lugar do homem*, dar aquela resposta de amor ao Pai que o homem se negou a dar, ou seja – pior do que isto –, que o homem converteu no contrário (dizendo “não” a Deus em vez de “sim”), assim perdendo totalmente a capacidade de dar essa resposta de amor a Deus.

O que significa esse colocar-Se no lugar dos homens e, *a partir desta posição* ou *nesta situação*, dar a resposta de amor ao Pai celeste em nome dos homens? A resposta a esta pergunta explicará exatamente o que é o amor *expiador* do Filho encarnado e qual é, na expiação de Cristo, o papel do amor *misericordioso* ao homem que sofre devido ao pecado.

Respondemos refletindo sobre a situação de Jesus, o Filho de Deus feito homem, com relação a Deus (Pai) e com relação aos homens. Por ser o Filho de Deus feito homem, Jesus estava unido a Deus Pai, de uma maneira totalmente singular (na base da união hipostática da natureza humana com a natureza divina). Exatamente por isso, porém, Ele também podia estar e, de fato, estava *unido de um modo totalmente singular* a toda a humanidade em geral e a todo homem em particular.¹²⁸ Isto Lhe deu a possibilidade de levar a Sua *solidariedade* conosco, homens pecadores, ao *ponto extremo*: a Sua *compaixão* não somente O faz sentir conosco,

¹²⁶ Esta “descida” do Filho é, vista a partir do Pai, o “envio” do Filho da parte do Pai, pois o amor pelo qual o Filho é impelido a descer até nós, Ele o tem – pela geração eterna – da parte do Pai.

¹²⁷ Cf. Jo 1,14: o Verbo encarnado “*habitou* entre nós”.

¹²⁸ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et spes*, n. 22,2.

compartilhar a nossa condição dolorosa (consequências do pecado), mas assumir realmente *todo* o peso das consequências do pecado: *tomar o que é nosso e fazê-lo, de fato, Seu, levar a solidariedade ao ponto extremo da substituição* (que, na verdade, vai além da simples solidariedade): *fazer em nosso lugar aquilo do qual fomos incapazes*. Portanto, não se trata apenas de compartilhar a nossa situação de sofrimento; isto, na verdade, não seria uma ajuda eficaz¹²⁹. Trata-se de *fazer algo positivo* que nós deveríamos fazer, mas do qual somos incapazes: a *expição-satisfação*, a reparação da desonra, da ofensa divina. No entanto, vejamos ainda o aspecto da misericórdia, que é um elemento essencial na expiação realizada por Jesus Cristo (esta expiação é certamente esse “fazer algo positivo”).

Fazendo-Se homem, colocando-Se realmente no *nosso* lugar, assumindo a condição de escravo (cf. *Fl 2,7*), “condição de uma humanidade decaída e fadada à morte por causa do pecado” (*Cat.* 602), o Filho manifestou e realizou, de uma maneira estupenda, o divino amor *compassivo*. Ele é, de fato, o **divino amor misericordioso encarnado**.¹³⁰

Aqui nos encontramos diante de um mistério admirável, que faz parte dos “*mirabilia Dei*”, das obras maravilhosas de Deus. Unicamente o amor *divino encarnado* era capaz de levar a compaixão ao ponto extremo de sofrer os próprios sofrimentos da pessoa amada, tomar os sofrimentos dela sobre si mesmo. De fato, somente o amor *divino*, mas *encarnado*, não o amor divino como tal, prescindindo da encarnação da Pessoa divina do Filho. Com efeito, somente se Deus assumir, em toda a realidade, a nossa natureza como *Sua* – fazendo-Se homem –, pode assumir, em toda a realidade, também os nossos sofrimentos que são consequência do pecado, sem Ele mesmo Se tornar pecador. É isto que São Paulo exprime com toda a força, ao dizer: “Deus o fez pecado por causa de nós, ele que não conheceu o pecado” (*2Cor 5,21*).

Assim sendo, o amor misericordioso do coração humano de Jesus¹³¹ realiza a misericórdia de um modo que o amor divino (ato da vontade divina) não pode realizar a não ser em um coração humano, em uma

¹²⁹ Como já dissemos, dever-se-ia perguntar se o fato, como tal, de alguém sofrer a mesma coisa como eu é para mim realmente uma ajuda? Em que me ajuda? Apenas existe mais um infeliz que está sofrendo a mesma situação.

¹³⁰ Cf. JOÃO PAULO II, Encíclica *Dives in misericordia*, n. 2.

¹³¹ A misericórdia de Jesus é um movimento da Sua vontade humana (que é a “sede” da virtude teologal do amor – e Jesus, como todos os que possuem esta virtude, ama os

natureza humana: com Seu amor sofredor, Jesus realiza a misericórdia não somente por uma união *afetiva* conosco, mas leva esta união afetiva – ou seja, o padecer com a pessoa amada inerente à união afetiva com ela – a uma **união real**, no sentido de **sofrer realmente a nossa situação**, “solidário com a carne de pecado” (*Rm* 8,3)¹³². Em Deus mesmo (nas três Pessoas de natureza divina), a misericórdia não existe deste modo e não pode existir, devido à Sua perfeição propriamente divina. Com efeito, essa maneira de realizar a misericórdia pressupõe certa imperfeição da natureza da pessoa que ama: a possibilidade de uma privação de um bem, de tal modo que, com isso, esta pessoa não esteja completamente feliz. No entanto, considerando o *amor* como tal, não podemos deixar de reconhecer nesse amor misericordioso de Jesus, o Filho de Deus feito homem, um aspecto de *perfeição*. Que força, que grandeza estupenda de amor! Um amor capaz de unir tão profunda e intimamente o amante ao amado que sofre! De fato, Jesus sofre a nossa situação *por amor*, amor *divino-humano*. O amor *humano* de Jesus, ainda que seja o amor (sobrenatural, “divinizado”) do coração do homem-Deus, não seria capaz disso. Apenas o amor *divino* o é, mas não em si mesmo. No amor misericordioso de Jesus – Deus humanado – trata-se, portanto, de uma realização singular da misericórdia, *uma maneira de Deus ser misericordioso que só é possível se Deus Se faz homem*. Com efeito, quem é misericordioso desta maneira singular, é de fato o próprio Deus, a Pessoa divina do Filho, pois é esta Pessoa – enquanto é Pessoa de natureza humana, um homem – que realmente assume o nosso sofrimento humano. Assim é claro que o amor misericordioso de Jesus é uma manifestação *singular*, a **manifestação suprema do amor misericordioso de Deus** para com os homens, que faz verdadeiramente *Seu* o sofrimento deles.¹³³

homens *por amor de Deus*), emanando diretamente do amor (que é uma participação do próprio amor divino).

¹³² É a tradução da “Bíblia. Mensagem de Deus”, das Edições Loyola (São Paulo 1989); também a Carta aos Hebreus (cf. 2,14-18; 4,15; 5,1ss) expõe este tema da solidariedade do Filho de Deus com os homens; cf. a respeito de tudo isso: S. VOIGT, *Homoiôma (Rm 5,14) e Pecado Original: Uma Releitura Exegética*, em: REB 161 (1981) 5-18, especialmente 9-10.

¹³³ Uma vez que Deus não pôde realizar essa manifestação suprema da Sua misericórdia *como Deus*, o Filho de Deus Se fez homem. *Como homem*, Ele, Deus Filho, podia realizá-la. Cf. também as palavras do Papa São Leão Magno: “E é ainda mais admirável a misericórdia de Deus para conosco porque Cristo não morreu pelos justos, nem pelos santos, mas pelos pecadores e pelos ímpios. E como a natureza divina não estava sujeita ao suplício da morte, ele assumiu, nascendo de nós, o que poderia oferecer por nós”

Ora, este sofrimento *nosso* que Ele faz *Seu* – e que é sofrimento *por causa do pecado* (não Seu mas nosso) e sofrimento implicado na realização singularmente perfeita de misericórdia de Deus feito homem – é exatamente ***o sofrimento que dá ao amor humano de Jesus a Deus Pai*** a qualidade de ser **expiador**, de ser **expição vicária**, de ser, como veremos logo, **sacrifício expiatório**.

Com efeito, na nossa análise da possível reparação do pecado reconhecemos que a expiação tem de ser algo positivo, a saber, “o amor sobrenatural, próprio-livre-sofredor do homem a Deus, sendo amor sofredor pelo sofrimento por causa do pecado”. E este sofrimento tem exatamente o papel de *condição necessária* para que esse amor seja reparador-expiador. Ora, vemos que Jesus, o Filho de Deus encarnado, realizou isso, exata e perfeitamente. De fato, Ele Se colocou, como homem, totalmente do lado do homem *pecador* defronte de Deus Pai, para, em nome e no lugar dele (que se tornara incapaz) dar a resposta de amor ao Pai – amor livre-sofredor –, reparando assim a desonra divina e a ofensa ao amor divino, cumprindo assim também uma exigência inerente ao amor de aliança.

Tinha de ser assim, pois, para que a resposta de amor de Jesus ao Pai fosse realmente reparação do pecado dos homens, devia cumprir *duas condições*, que estão inseparavelmente conexas:

- 1) **resposta em nome, em lugar dos homens pecadores** (solidariedade até ao ponto da *substituição*);
- 2) **amor livre através do sofrimento por causa do pecado**.

Com efeito, ainda que o amor humano de Jesus ao Pai fosse de valor infinito (pela dignidade da Pessoa que ama) e de uma intensidade imensa, não seria reparação dos pecados dos homens se não cumprisse aquelas duas condições. De fato, quanto à segunda condição, não teria sido suficiente ser um amor livre sem *o sofrimento que é consequência do pecado* – amor livre como o tinham Adão e Eva, em “estado de caminhada” antes de pecar –, ainda que fosse em nome dos homens. Pois o homem pecara e sua situação se tornara bem diferente: a do sofrimento que é consequência do pecado, tendo como expressão culminante a *morte*. Para realizar a reparação-expição do pecado, Jesus precisava dar a resposta livre de amor em lugar do homem *pecador*, inclusive do pior pecador

(*Sermo 8, De passione Domini*, 8: PL 54, 342). Cf. também JOÃO PAULO II, Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 39: “E nos lábios de Jesus Redentor, *em cuja humanidade se concretiza o ‘sofrimento de Deus’*, ressoará com frequência uma palavra em que se manifesta o Amor eterno e cheio de misericórdia: *‘Misereor’* (tenho compaixão).”

que existiu ou viesse a existir. Para isso Ele Se uniu ao homem, a cada homem, assumiu a condição do homem pecador, sem que Ele mesmo Se tornasse pecador.¹³⁴ A possibilidade e a profundidade desta união fica para nós misteriosa, pois também o próprio amor divino que é a última causa desta união, é para nós misterioso em sua grandeza (intensidade) e eficácia. Em todo caso, Jesus realizou assim as duas condições acima mencionadas.

A expiação realizada por Jesus tem, portanto, as seguintes *características*:

- 1) ato de **amor** (é algo eminentemente positivo, afirmativo, construtivo!);
- 2) amor a **Deus** (Pai);
- 3) amor **livre-sofredor**, sendo este sofrimento um **sofrimento por causa do pecado** dos homens, bem como um sofrimento que está implicado numa realização perfeitíssima da **misericórdia** de Deus feito homem para com os homens pecadores;
- 4) amor oferecido a Deus **em nome e no lugar dos homens pecadores**, bem como **em favor** deles, sendo, por isso, também amor aos homens¹³⁵;
- 5) ato de **culto** (homenagem da adoração) a Deus.

Explicando ainda a última das características indicadas, podemos reconhecer, com toda a clareza, que a expiação realizada por Jesus é um **sacrifício oferecido a Deus**, aliás, o único sacrifício perfeito. Com efeito, “sacrifício” pode ser definido como sendo “um *ato de amor a Deus, pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo, em adoração, a Deus, realizando um dom substancial, para entrar em comunhão consumada com Ele*”¹³⁶.

¹³⁴ É importante notar que o Apóstolo Paulo não diz que Deus fez Jesus “*pecador*” mas “*pecado por causa de nós*” (2Cor 5,21). Também na Carta aos Gálatas São Paulo não diz que Cristo foi “*maldito*” por Deus, embora o trecho do AT citado por ele se exprima assim (“*maldito seja todo aquele que foi suspenso no patíbulo*”); o Apóstolo usa, ao falar de Cristo, o substantivo “*maldição*”: “*Cristo nos resgatou da maldição da Lei, tornando-se Maldição*” (Gl 3,13). Cf. também *Cat.* 603.

¹³⁵ É, portanto, amor a *Deus* e aos *homens*, em conformidade com a característica da única virtude teologal do amor: amar a Deus acima de tudo e amar ao próximo por amor de Deus (cf. *Cat.* 1822). Pelo fato de a expiação de Jesus ser *vicária* (por nós homens pecadores), ela é inseparavelmente ato de amor a Deus e aos homens.

¹³⁶ Cf. N. THANNER, *O “único Sacrifício perfeito”*. Sua Essência e sua Preenchimento,

O sacrifício perfeito é, portanto, um determinado ato de *amor a Deus*, levado à *perfeição*:

- 1) ato de amor *livre*, por a pessoa não estar ainda na comunhão perfeita com Deus (sofrimento implicado no “estado de caminhada”, condição para essa liberdade do amor);
- 2) ato de amor pelo qual a pessoa humana *se entrega a si mesma a Deus, fazendo de si mesma o dom substancial* entregue a Deus;
- 3) ato de entrega que realiza concretamente a homenagem do *culto devido a Deus*, a saber, a *adoração*, que implica reverência, obediência incondicional;¹³⁷
- 4) ato de amor pelo qual a pessoa entra na (ou se aproxima da) comunhão consumada com Deus.

Tudo isto se verifica no Mistério pascal de Jesus Cristo, que é o Seu Sacrifício da Cruz¹³⁸. O que faz este sacrifício ser um sacrifício *expiatório* é exatamente o fato de o sofrimento de Jesus no Gólgota ser o *sofrimento por causa do pecado* (dos outros homens). É por isso que a **entrega total** de Jesus (sendo Ele mesmo, alma e corpo, o dom substancial oferecido) ao Pai (numa homenagem de amor adorador, obediente), assim passando deste mundo para o Pai (cf. *Jo* 13,1), assume a **forma da morte**. Na verdade, a morte é o “salário do pecado” (*Rm* 6,23¹³⁹), mas também é, para Jesus (para quem ama imensamente o Pai), a possibilidade de realizar o dom supremo, o ato supremo de amor ao Pai – e também o ato supremo de amor aos homens, uma vez que visa à libertação destes, ao dom do perdão divino para eles, ao dom da comunhão com Deus.

em: *SapCru* 4 (2003) 52.

¹³⁷ Aqui temos a dimensão da prática da “virtude da religião”. Quanto às razões por que definimos fundamentalmente o sacrifício como um ato de *amor*, veja-se N. THANNER, *O “único Sacrifício perfeito”. Sua Essência e sua Prefiguração*, em: *SapCru* 4 (2003) 46-49, 55s, 59s; ID., *O Significado da Oração Eucarística. A Eucaristia em sua Dimensão sacrificial*, em: *SapCru* 7 (2006) 154-156.

¹³⁸ Cf. ID., *O “único Sacrifício perfeito”. Sua Essência e sua Prefiguração*, em: *SapCru* 4 (2003) 66-77.

¹³⁹ Por isso mesmo é um sofrimento *por causa do pecado, devido* ao pecado. Se não houvesse pecado do homem a reparar, o sacrifício perfeito de Jesus – Sua entrega total ao Pai, passando deste mundo, com todo o Seu ser como homem, para a comunhão consumada com Ele – não se realizaria através da morte. O Seu sacrifício não seria expiatório, embora fosse perfeita glorificação do Pai.

Assim sendo, fica bem claro que, se Jesus Cristo nos redimiu por Seu Sacrifício da Cruz, por Seu sangue derramado como preço de resgate¹⁴⁰, a expiação realizada por Ele pelos pecados de todo o mundo (cf. *IJo* 4,10; 2,2) não pode ser apenas e nem em primeiro lugar um ato voltado para os homens, mas, fundamentalmente e formalmente, um ato voltado para Deus, **ato de amor a Deus**. Se Jesus nos salvou por Seu Sacrifício da Cruz, salvou-nos por um ato de amor que é formalmente amor *a Deus*; o sacrifício se oferece a Deus e não aos homens!¹⁴¹

Há outro aspecto que manifesta essa dimensão *teologal* da expiação, isto é, a dimensão de “propiciação”, de “satisfação” *oferecida a Deus*. Este aspecto é a *explicação do sofrimento de Cristo*. Que o sofrimento esteja presente na obra redentora de Cristo é inegável. Ora, nas teorias do Cristo solidário no sentido da mera solidariedade com os homens pecadores, no sofrimento de Cristo se pode apenas reconhecer uma expressão do Seu amor solidário para com os homens pecadores. Porém, assim se explica realmente a razão de ser dos atrozes sofrimentos de Jesus? A finalidade da solidariedade (da misericórdia) não deve ser a de libertar o homem da escravidão, da situação dolorosa, desastrosa causada pelo pecado? Mas como se realiza isto? Só pela solidariedade? Pelo fato de Jesus sofrer com o homem pecador as consequências do pecado? O simples sofrer com o homem sofredor é que o liberta da sua miséria? Como é que este sofrimento tem essa força libertadora? *Qual o papel que exerce o sofrimento na ação salvadora de Jesus?* É mesmo necessário o sofrimento para Jesus transmitir/manifestar o perdão divino já dado de antemão, em relação ao qual, portanto, o amor sofredor de Jesus não tem alguma causalidade – e se (nas teorias da mera solidariedade) se afirmar alguma causalidade, *que* causalidade, uma vez que não é, de modo algum, a de obter o perdão divino? Por que precisa do sofrimento do inocente para transmitir/manifestar o perdão divino já dado de antemão? A causalidade parece, então, realmente apenas a do exemplo impressionante de amor

¹⁴⁰ Cf. *Rm* 3,25; 5,9; *Ef* 1,7; 2,13; *Cl* 1,20; *Hb* 9,12.14.22; *IPd* 1,18s; *IJo* 1,7; *Ap* 1,5; 5,9; 7,14; *Mt* 26,28.

¹⁴¹ Por causa de teorias de certos teólogos que negam que a expiação realizada por Cristo (da qual fala a S. Escritura) seja algo em relação a Deus, afirmando que seja apenas uma ação *dirigida aos homens* (purificação, libertação, salvação), e, por isso mesmo, chegando a afirmar que o Sacrifício de Cristo não seja um dom a Deus, mas (apenas) *aos homens* (Cristo Se doa aos homens, não a Deus), o Papa João Paulo II, em sua encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, viu até mesmo a necessidade de esclarecer-afirmar o óbvio: o sacrifício se oferece *a Deus* (*ibid.*, n. 13).

solidário. Esta, porém, é uma concepção bem reducionista da eficácia da obra redentora de Cristo, como já vimos.

Aceitando a expiação-propiciação-satisfação de Cristo como acima ficou exposta, pode-se **reconhecer o verdadeiro papel do sofrimento na obra salvadora de Cristo**, explica-se o porquê do sofrimento de Cristo, até mesmo a **grandeza sublime**, embora escondida, deste sofrimento, sem, no entanto, glorificar o sofrimento em si mesmo. No entanto, o sofrimento entra realmente na ação de Cristo que causa a nossa salvação: ele é *condição*, apenas condição, mas condição necessária para que o amor de Cristo-homem a Deus possa ser amor *livre* que *repara* o pecado, a ofensa divina. Ora, a explicação do sofrimento como condição para a liberdade do amor vale somente para o amor do homem *a Deus*, não aos outros homens. Por isso mesmo, somente vale na explicação da expiação se esta é, fundamentalmente e formalmente, um determinado e bem qualificado **ato de amor a Deus**, uma **homenagem a Deus**. É exatamente o sofrimento por causa do pecado que dá ao ato de amor essa qualificação. Mas tirando da expiação o seu elemento fundamental do amor *a Deus*, o amor não pode ter essa qualificação, ou seja, ao sofrimento não se pode mais reconhecer o significado ou papel de condição para a liberdade do amor e, assim, de possibilidade de praticar um amor maior.

É sobre esta *grandeza* do amor, própria do amor expiador, que ainda vamos refletir.

2) O sacrifício expiatório de Jesus Cristo: ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens e manifestação suprema do amor misericordioso de Deus

O amor expiador de Jesus Cristo, Seu Sacrifício expiatório da Cruz, é certamente o ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens, bem como a manifestação suprema do amor misericordioso de Deus aos homens. Isto fica claro pelo que vimos até agora.

Vimos que o amor expiador de Jesus Cristo é um **amor livre-sofredor** a Deus em favor dos homens; portanto, amor livre-sofredor a Deus e aos homens. Ora, quando consideramos a perfeição do amor de uma pessoa humana (em geral, de uma pessoa criada), já pudemos reconhecer *dois* aspectos: a perfeição *intrínseca*, que consiste na **intensidade** do amor, e a perfeição *extrínseca*, que consiste na **liberdade** do amor. Sem dúvida, o que, em primeiro lugar e fundamentalmente, determina o valor de um ato (imediatamente ato de amor ou um ato animado pelo

amor) é a *intensidade* do amor. Mas também a *liberdade* é um fator que determina a perfeição, ou seja, o valor de um ato de amor, valor que tem diante de Deus, valor que se exprime ao falar do “**mérito**” de um ato. Já vimos anteriormente: para que um ato seja “meritório” diante de Deus, para a vida eterna, não basta ser ato de amor (amor que é participação do amor divino) ou animado pelo amor, ainda que seja um amor de grande intensidade. É também necessário que seja um amor *livre*. Por isso, o aumento tanto na intensidade como na liberdade do amor influi no valor que o ato tem diante de Deus, aumenta o valor de glorificação de Deus por parte da criatura e, quando for o caso, de reparação da desonra feita a Deus pelo pecado.

Considerando a **liberdade**, constatamos que um amor que goza da posse perfeita de Deus (comunhão consumada: Deus satisfazendo todo o desejo de felicidade) não é um amor livre (é amor necessário pela natureza da vontade), embora seja voluntário, ao passo que é amor *livre* o amor praticado por uma pessoa *a caminho* da comunhão bem-aventurada com Deus, uma pessoa, portanto, que tem algum tipo de sofrimento. Um amor praticado em sofrimento maior é um amor mais livre; um amor praticado em *sofrimentos máximos* é um amor que é, *ao máximo, livre*. Tal amor libérrimo é *amor perfeitíssimo* quanto à *perfeição extrínseca* do amor que é a liberdade.¹⁴²

Se também o grau de perfeição intrínseca, a *intensidade* do amor, for *máximo* – como é o amor de Jesus Cristo –, este amor será o **ápice absoluto do amor** de alguém que está a caminho de Deus; é o amor *mais meritório possível* (pela intensidade e liberdade máximas), o amor que é a *máxima homenagem* a Deus, o amor que, *ao máximo, glorifica a Deus*, pois é a máxima manifestação do amor de Deus (de Sua perfeição que é ser Amor) por e em um coração humano que ama *livremente* com o amor divino (dom de Deus), portanto, com o amor divino que é, ao mesmo tempo, amor pessoal *próprio* da pessoa humana. Ora, este ápice realmente absoluto (insuperável mesmo) do amor de um coração humano é o amor expiador de Jesus Cristo; este ápice absoluto realizou-se em Seu Sacrifício da Cruz como sacrifício expiatório. Pois esse amor expiador não foi somente amor ao Pai e aos homens no *máximo*, no *insuperável grau de intensidade* de amor divino num coração humano (que Jesus sempre teve, em todas as Suas obras), mas também com a *máxima liber-*

¹⁴² Não é necessário repetir aqui as explicações e esclarecimentos já dados (veja-se particularmente II.2.5), pp. 56-60).

dade devido ao *máximo sofrimento*¹⁴³, sendo assim também, *ao máximo*, um amor que Jesus – como *homem* e representante de todos os homens diante do Pai – pôde oferecer ao Pai como *algo propriamente Seu*. Por conseguinte, *o amor expiador de Jesus é o mistério do Seu amor mais perfeito possível*, amor **tanto a Deus como aos homens** (amor a Deus em benefício dos homens; amor aos homens “por amor de Deus”); cf. *Jo* 14,31; 10,11.15.18; 15,10).

Pode-se falar verdadeiramente de um *ápice absoluto* do amor humano-divinizado de Jesus, que Ele realizou na cruz. Pois, ainda que se reconheça que Jesus sempre tinha a virtude teologal do amor em perfeição máxima (devido à união hipostática¹⁴⁴), a *liberdade* deste amor podia crescer, pois podia aumentar o sofrimento. Este foi ao cume na Paixão de Jesus, atingindo seu auge na cruz (“Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?”). Assim, Jesus levou Seu amor ao máximo absoluto da perfeição (não apenas sob um determinado aspecto). Com efeito, naquela perfeição que certamente era suscetível de aumento, a saber, na liberdade (com a consequente qualidade de “próprio” e “meritório”), Seu amor atingiu em Sua Paixão o ponto culminante. Ele mesmo indicou isso ao afirmar: “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos” (*Jo* 15,13). No final de Sua vida terrena, Ele realizou, portanto, a obra maior de amor. Por que será que dar a vida (morrer) pelos que se ama é o ato maior de amor? Não será porque a privação da *vida* (a morte) é a privação *fundamental*, a privação *maior*, uma vez que se trata da privação do que é fundamento de todos os outros bens? Ora, sofrimento é uma certa privação de um bem, sendo percebida. Por conseguinte, aquilo que Jesus qualifica como a maior obra de amor é este cume do amor por causa do *maior sofrimento* implicado nesse ato de amor, e não propriamente por causa da intensidade do amor, que poderá ser diferente nas diversas

¹⁴³ A expressão máxima do amor livre-sofredor de Jesus encontramos na Sua palavra na cruz: “Meu Deus, meu Deus, por que Me abandonaste?” Deus não parecia, de modo algum, ser um Pai amorosíssimo, cheio de bondade infinita, pronto para ajudar, querendo o bem, somente o bem dos seus filhos, do Seu Filho único; não parecia nada disso. É o mistério do escondimento do Pai, juntamente com a Sua presença mais íntima. Amar de todo o coração *este* Pai, isto é amor *livre*, *libérrimo*, pois é amor *sumamente sofredor*. Em vez de ser irresistivelmente atraído pela suma amabilidade do Pai, Jesus, muito pelo contrário, sente-Se *abandonado* por Ele! É este o amor livre-sofredor que *repara*, em superabundância, *o pecado*, também ato *livre* do homem, mas não ato de amor a Deus e, sim, de amor preferencial a um bem criado, rejeitando Deus, a bondade infinita.

¹⁴⁴ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* III, q. 7, a. 12.

peças que realizam aquela obra, embora, na verdade, se requeira um certo grau de intensidade de amor para praticar aquela obra.

Ainda há outro aspecto nesse amor de Jesus: se é o *próprio Deus* (a Pessoa divina do Filho de Deus) quem assim ama com um coração humano, há neste amor a **manifestação suprema, insuperável do próprio amor de Deus**; e isto por duas razões:

1) É o amor humano (divinizado) *de uma Pessoa divina* (é imediatamente o próprio Deus, a Pessoa divina do Filho, que ama com esse amor humano);

2) Este amor é a expressão humana do amor *compassivo* de Deus; este amor traduz, em nível humano divinizado, a própria *misericórdia* divina do Filho, bem como do Pai e do Espírito Santo. Esta misericórdia, por sua vez, é o *ponto culminante* do amor de Deus para com as Suas criaturas.¹⁴⁵

O amor expiador de Jesus Cristo, Seu Sacrifício expiatório da Cruz, é, portanto, em todos os sentidos, **o ápice insuperável do amor**: é o absoluto ponto culminante do amor humano-divinizado¹⁴⁶ do Filho de Deus feito homem a Deus (Pai) e aos homens (pecadores), e é, quanto ao amor aos homens, a manifestação insuperável do amor misericordioso de Deus para com os homens pecadores, realizando a misericórdia de uma maneira singular, que somente é possível quando Deus Se faz homem.

Ainda uma última observação: Pela explicação dada já deveria estar claro que o aspecto da *justiça* no amor divino – requerendo a reparação do pecado, da ofensa-desonra divina – *não limita nem diminui* a grandeza do amor divino manifestado na obra redentora de Jesus Cristo. Pelo contrário! Manifesta-se assim mesmo a grandeza do amor de Deus que engrandece a sua criatura por oferecer-lhe, *até às últimas consequências*, um amor de aliança, um amor de “Pai” ao “filho”, um amor de amiza-

¹⁴⁵ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* II-II, q. 30, a. 4. A misericórdia é a maior manifestação do *amor todo-poderoso de Deus para com as criaturas*. Quanto às virtudes de uma *pessoa humana*, São Tomás faz uma distinção: a misericórdia (que ele distingue como virtude própria da “caridade”, por ter um objeto próprio; cf. *S.Th.* II-II, q. 30, a. 3) é a mais excelente de todas as virtudes *relativas ao próximo*. Mas *com relação a Deus*, a virtude mais excelente do homem é o amor a Deus. “Pois para quem tem superior, é maior e melhor unir-se a ele do que suprir as deficiências de um inferior. Eis porque, para o homem, que tem Deus como superior, a caridade que o une a Deus, é maior que a misericórdia” (*ibid.*, a. 4).

¹⁴⁶ No ato *divino* de amor do Filho encarnado *ao Pai* não pode haver um ponto culminante, pois é ato eterno e infinito que, por isso, não é suscetível de aumento.

de, querendo que o homem seja, o mais perfeitamente possível, “filho” no Filho Unigênito. E uma vez que o homem, tendo pecado, já não era capaz de agir em conformidade com essa sua dignidade, o próprio Filho Unigênito de Deus, fazendo-Se homem, assumiu, como homem, esse compromisso, manifestando assim, de uma maneira insuperável, o infinito amor misericordioso de Deus.¹⁴⁷

O aspecto de justiça, portanto, não faz, de modo algum, com que o amor de Deus que se manifesta no Sacrifício expiatório de Jesus Cristo não seja **amor gratuito**. Com efeito, a expiação pelos nossos pecados realizada por Jesus é *dom gratuito do Pai* para nós, tem sua origem no *amor misericordioso* do Pai (e do Filho e do Espírito Santo): Jesus Cristo como “vítima de expiação” pelos nossos pecados é o grande dom gratuito do amor divino a nós¹⁴⁸; nisto não há nada de “mérito” da nossa parte; não há nada que seja devido, é pura graça. De fato, “*Deus amou tanto o mundo que enviou-nos Seu Filho como expiação pelos nossos pecados*” (cf. *Jo* 3,16; *1Jo* 4,10).

IV. O dom da participação dos membros de Cristo em Seu amor expiador

1. O dom de Cristo aos Seus membros: participar no Seu amor expiador

1) O dom de Cristo aos Seus membros

Vimos – e esta visão é de importância capital para entender o mistério da expiação cristã – que o sacrifício expiatório de Jesus Cristo é realmente

¹⁴⁷ Reconhecendo isso, pode-se ver claramente a grandíssima conveniência de Deus não perdoar simplesmente o pecado do homem, sem reparação-satisfação-expiação oferecida a Ele pelo Filho encarnado. Pois, como vimos, é no amor expiador-reparador de Jesus Cristo que se manifesta, ao máximo, a misericórdia divina (manifestação maior do que seria pelo simples perdão), a qual, por sua vez, é a maior manifestação do amor de Deus às Suas criaturas. Se nós defendemos a opinião da “necessidade” da reparação para o perdão, não é porque não reconhecemos tudo isso, mas porque nos parece ser a verdade. O pecado é um mal tão imenso que somente Deus é capaz de enfrentá-lo, eliminando-o, mas não de qualquer jeito.

¹⁴⁸ Já no Antigo Testamento se manifestou esta perspectiva, como se pode deduzir da afirmação em *Lv* 17,10s: é Deus mesmo quem “dá” ao povo o meio de expiação (o sangue); cf. A. HERRMANN, *hilaskomai / hilasmos*, em: *ThWNT* 3, 310; K.J. WALLNER, *Sühne – heute aktuell?*, 57-59 (“Blutsühne als Geschenk Gottes”).

o ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens e manifestação suprema do amor misericordioso de Deus para conosco. Vimos também que Jesus realizou esse Seu ato supremo de amor não apenas em nosso benefício, mas também *em nosso lugar*. O Filho fez por nós aquilo de que nós – como filhos que jogaram fora o inestimável dom do amor divino – não éramos capazes. O Filho eterno humanado nos *substituiu* diante do Pai Celeste, porque a nossa incapacidade era realmente absoluta. Mas, se Ele nos substituiu, não foi para nos excluir daquela maravilha estupenda de amor que, deste modo, Ele pôde realizar. Pelo contrário, já que Ele o fez como representante nosso, e como um ato de amor, a intenção não podia deixar de ser a de **tornar a nós mesmos capazes**, como membros Seus, **de participar naquela maravilha de amor** que, em sua profundidade, constitui um verdadeiro mistério de fé: o mistério do amor expiator¹⁴⁹.

Trata-se de sermos associados ao Mistério pascal de Jesus não apenas como beneficiários, mas como verdadeiros *participantes*, partilhando Seu amor expiator. O *Catecismo da Igreja Católica* dá a entender este mistério de união entre Cristo e Seus membros, ao afirmar o seguinte:

Chama seus discípulos a “tomar sua cruz e a segui-lo” (cf. Mt 16,24), pois “sofreu por nós, deixou-nos um exemplo, a fim de que sigamos seus passos” (cf. 1Pd 2,21). Quer associar a seu sacrifício redentor aqueles mesmos que são os primeiros beneficiários dele (cf. Mc 10,39; Jo 21,18-19; Cl 1,24). Isto realiza-se de maneira suprema em sua Mãe, associada mais intimamente do que qualquer outro ao mistério de seu sofrimento redentor (cf. Lc 2,35).¹⁵⁰

¹⁴⁹ Jean Galot exprimiu bem este dado, ao escrever: “Se bem que necessária para explicar o valor representativo da satisfação de Cristo, a substituição não deve ser reduzida às categorias lógicas que valem nas relações humanas. Segundo tal lógica, Cristo, substituindo-nos, nos teria dispensado de fazer alguma coisa pela nossa salvação. Os frutos do sacrifício nos seriam simplesmente atribuídos de maneira jurídica, automática, sem colaboração da parte nossa. Se fosse assim, a substituição não estaria mais na linha da aliança nem na do amor que inspira a própria aliança. A aliança baseia-se, de fato, sobre o princípio da colaboração do homem, e se é verdade que no Cristo que toma sobre si todo o peso dos nossos pecados temos a manifestação de um amor imenso, também é verdade que seria um amor menos total se Ele não nos chamasse a cooperar na obra da redenção. O verdadeiro amor estimula o desenvolvimento da outra pessoa, convidando-a à colaboração.

A substituição, portanto, só deve ser admitida dentro de certos limites ou segundo certas modalidades. O Cristo não nos substituiu no sacrifício a não ser para tornar-nos capazes de participar no mesmo” (J. GALOT, *Gesù liberatore*, 299).

¹⁵⁰ *Cat.* 618. Deste modo, Maria também “inaugura a participação da Igreja no sacrifício do Redentor” (BENTO XVI, Exortação Apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis*, n. 33).

Deste modo, os discípulos do Senhor podem tornar-se, até mesmo no mistério do amor redentor, verdadeiros **“cooperadores de Deus”**, pois “os homens podem entrar deliberadamente no plano divino, por suas ações, por suas orações, mas também por seus sofrimentos (cf. Cl 1,24). Tornam-se então plenamente ‘cooperadores de Deus’ (1Cor 3,9; cf. 1Ts 3,2) e do seu Reino (cf. Cl 4,11)” (*Cat.* 307). O Catecismo chega mesmo a enunciar o seguinte princípio geral: “Nós somos chamados a ser uma só coisa com Ele; Ele nos faz partilhar (comungar), como membros de seu corpo, de tudo o que (Ele), por nós e como nosso modelo, viveu em sua carne” (*Cat.* 521).

Portanto, se Jesus Cristo nos substitui no ato redentor, esta substituição não tem o objetivo de dispensar-nos de uma cooperação; muito ao contrário, quer promovê-la. Ela **implica uma exigência de participação colaboradora**. Se Jesus tomou o nosso lugar diante do Pai na reparação, foi para levar consigo a humanidade no movimento da sua oferta, foi para fazê-la participar no Seu sacrifício. Este sacrifício, no qual Jesus representou todos os homens diante do Pai, foi um mistério de **aliança** (que requer a ação dos dois lados). Quando, então, comunica aos homens o fruto do Seu sacrifício, Ele o faz sob a forma de uma extensão mais concreta da aliança, isto é, requerendo a livre contribuição de cada um, a sua adesão pessoal. A substituição-representação na cruz não nos dispensa de uma **colaboração no sacrifício redentor**; não nos dispensa, portanto, de sofrimento, de “cruz”. Jesus quer que nos deixemos “crucificar com Ele” (cf. *Gl* 2,19; *Rm* 6,6).

A representação substitutiva de Cristo (Ele em nosso lugar diante do Pai) faz também com que a nossa colaboração se baseie totalmente sobre uma participação na santidade e vida de Cristo. A *nossa* santidade (todo o nosso agir animado pelo amor divino em nossos corações), afinal, é santidade *de Cristo*, santidade d’Ele nos Seus membros. Trata-se aqui do mistério da **união entre Cristo, a Cabeça, e nós, Seus membros**. Nas cartas paulinas nos é apresentado esse mistério, tanto no aspecto da unidade (um só corpo, que é Cristo e nós¹⁵¹), como também no da distinção (Cristo como “Cabeça” e nós como “membros”¹⁵²). A Pessoa divina do Filho, tendo assumido um corpo, mais exatamente, uma natureza humana individual, realiza por meio dos “mistérios de Sua carne”¹⁵³ a redenção da

¹⁵¹ Na Primeira Carta aos Coríntios e na Carta aos Romanos.

¹⁵² Nas Cartas aos Colossenses e aos Efésios.

¹⁵³ Cf. CONC. VATICANO II, *Lumen gentium*, n. 55.

humanidade toda, a expiação de todos os pecados. Ora, como “a natureza assumida indissolúvelmente unida a Ele serve ao Verbo Divino como órgão vivo de salvação”¹⁵⁴, assim também o Seu Corpo que é a Igreja serve a Cristo, através do Seu Espírito, para levar a efeito a obra do Seu amor expiador, redentor. Com efeito, como o Pai enviou Seu Filho e agia em e por meio de Seu Filho encarnado, de modo que as obras de Jesus eram as obras do Pai¹⁵⁵, assim também Jesus enviou Sua Igreja, Seu “Corpo” aqui na terra, e, por Seu Espírito, age nela e por meio dela, de modo que as obras da Igreja são as obras de Cristo (cf. *Jo* 14,12). Certamente, isto vale somente para aquelas obras dos membros de Cristo que são realmente animadas pelo Espírito de Cristo, o Espírito da Verdade, que é o Espírito do Amor. Mas essas obras são realmente **obras de Cristo em e através de Seus membros**. Nelas, Cristo continua a glorificar o Pai aqui na terra, a oferecer-Lhe a homenagem do amor reparador (amor livre-sofredor)¹⁵⁶. Isto está em conformidade com o princípio geral que o Catecismo da Igreja Católica exprime com as seguintes palavras: “Tudo o que Cristo viveu foi para que pudéssemos vivê-lo e para que Ele o vivesse em nós.”¹⁵⁷ Na verdade, pode-se dizer com Sto. Agostinho: “tornamo-nos não apenas cristãos mas o próprio Cristo”¹⁵⁸, ou, com São Gregório Magno: “Nosso Redentor mostrou-se como uma só pessoa com a santa Igreja, que ele assumiu”¹⁵⁹. Mais tarde, São Tomás vai usar a expressão “una persona mystica”: “Cabeça e membros são como uma só pessoa mística”¹⁶⁰.

Afirmar que Jesus Cristo continua a Sua obra de amor reparador-salvador em e através do Seu Corpo que é a Igreja, não contradiz a verdade

¹⁵⁴ *Lumen gentium*, n. 8,1.

¹⁵⁵ Cf. *Jo* 14,10s; 10,25.37s; 5,19s.36.

¹⁵⁶ São João Eudes o expressou bem e com vigor: “Peço que considereis que Jesus Cristo nosso Senhor é vossa verdadeira Cabeça e que vós sois um de seus membros. [...] Vós sois em relação a Ele o que os membros são em relação à cabeça. Assim, Ele deseja ardentemente fazer uso de tudo o que está em vós para o serviço e a glória de seu Pai, como coisa sua” (ID., *Le Coeur admirable de la Très Sacrée Mère de Dieu*, 1,5, citado em *Cat.* 1698).

¹⁵⁷ *Cat.* 521. O grifo é nosso.

¹⁵⁸ AGOSTINHO, *In Iohannis Evangelium Tractatus*, 21,8: *PL* 35,1568. “De fato, não se pode crer que Cristo esteja na cabeça sem estar também no corpo, pois ele está todo inteiro na cabeça e no corpo (*Christus totus in capite et in corpore*)” (ID., *ibid.*, 28,1: *PL* 35,1622).

¹⁵⁹ GREGÓRIO MAGNO, *Mor. praef.*, 6,14: *PL* 75,525 (*CCL* 143,19); citado em *Cat.* 795.

¹⁶⁰ *S.Th.* III, q. 48, a. 2, ad 1.

que Ele já concluiu a Sua obra (cf. *Jo* 17,4: “Eu te glorifiquei na terra, concluí a obra que me encarregaste de realizar”). Esta conclusão da obra se refere ao que se pode chamar a “redenção objetiva”: Cristo, de fato, já nos redimiui, já nos obteve o perdão divino, já está tudo feito para podermos ser salvos.¹⁶¹ No entanto, quanto à “redenção subjetiva”, isto é, a realização da salvação de cada um dos sujeitos humanos, a obra de Cristo não está concluída.¹⁶² Por isso, Cristo ressuscitado envia de junto do Pai o Espírito Santo “para levar à plenitude a sua obra”¹⁶³. Assim, é **o mesmo e totalmente idêntico Espírito Santo** e, especificamente, **o mesmo amor**, no qual Jesus *realizou* a obra redentora (sacrifício expiatório; cf. *Hb* 9,14) – sendo nisto a Sua natureza humana o sacramento, isto é, o sinal e instrumento imediato da Pessoa divina do Filho –, e no qual Jesus *leva ao pleno cumprimento* essa Sua obra – sendo nisto a Igreja, como Corpo de Cristo, o sacramento, o sinal e instrumento mediato (pelo Espírito Santo) do Filho de Deus encarnado. Ora, o Espírito Santo está na Igreja, nos membros de Cristo, como Espírito *de Cristo*, como o Espírito que a Igreja recebeu e recebe constantemente de Cristo; através do Seu ato de amor expiador Ele nos mereceu o Espírito Santo, pelo qual o amor divino está em nossos corações (cf. *Rm* 5,5; *Jo* 17,26)¹⁶⁴. Por isso, é só “**em Cristo**” e “**no Espírito Santo**” que os membros de Cristo podem participar no

¹⁶¹ Cf. a exposição desta dimensão (do “já”) da obra redentora de Cristo, juntamente com a do presente e do futuro, em: J. GALOT, *Gesù Liberatore*, Firenze 1978, 47-50.

¹⁶² A distinção entre redenção “objetiva” e “subjetiva” não é, quanto aos termos usados, perfeita, uma vez que a redenção “objetiva” não deixa de ter seu aspecto “subjetivo” (é redenção de sujeitos concretos), e a redenção “subjetiva” não deixa de ser uma realidade “objetiva” (no sujeito redimido por Cristo). No entanto, essa distinção pode ajudar-nos a reconhecer o fato que Jesus Cristo *já realizou* a obra da redenção. Por outro lado, importa reconhecer não apenas a distinção, mas também a *íntima conexão*, a qual se chega a reconhecer quando se leva plenamente a sério a união entre Cristo e a Igreja, sobre a qual já refletimos. É significativo que São Tomás use a expressão “una persona mystica” (referindo-se à união entre Cristo e os fiéis, a “Cabeça” e os “membros”) ao tratar da satisfação de Cristo pelos pecados da humanidade (*S.Th.* III, q. 48, a. 2). No entanto, essa explicação da união entre a Cabeça e os membros (“uma só pessoa mística”) serve também para reconhecer e explicar a *participação dos membros na obra da Cabeça*, participação esta que chega ao ponto de se poder, com São Paulo, falar de um “completar” por parte dos membros em relação à Cabeça (cf. *Cl* 1,24 e o comentário de São Tomás: *ID.*, *Super Epistolam ad Colossenses Lectura*, cap. I, lect. VI, n. 61). Vamos ainda refletir sobre isso.

¹⁶³ Cf. *Missal Romano*, Oração eucarística IV (“qui, opus suum in mundo perficiens, omnem sanctificationem compleret”).

¹⁶⁴ Cf. Concílio de Trento: DS 1529; *Cat.* 617, 1992.

amor expiador de Cristo, que é o ápice absoluto do amor de alguém que está a caminho da comunhão consumada com Deus. Sem dúvida, “a forma mais sublime de estar em Cristo é amar como Cristo”¹⁶⁵.

Está claro, portanto, que a nossa participação (comunhão) no amor expiador de Jesus Cristo é um **insigne dom** Seu para nós, dom implicado no dom do Seu Espírito de Amor, que Ele mereceu para nós por Seu amor expiador, Seu sacrificio expiatório da Cruz. Essa participação é prova do Seu amor para conosco, amor que nos quis fazer “filhos no FILHO”, amor que nos quis verdadeiramente como Seus colaboradores.

Como, então, podemos participar no amor expiador de Jesus Cristo?

2) A nossa participação no amor expiador de Cristo pela “penitência”

Podemos reconhecer duas maneiras distintas de participação no amor expiador de Jesus Cristo. Uma dessas maneiras é o que podemos chamar de “**penitência**”. Entendemos por “penitência” aquela virtude que tem como objetivo a eliminação (completa) das conseqüências do pecado na pessoa que pecou, de modo que esta seja santa, isto é, tenha o amor perfeito. A “penitência” é praticada pela própria pessoa que pecou. Ora, dentro desta virtude existe um elemento importante que já na tradição antiga (Tertuliano, São Cipriano) é chamado de “**satisfação**” (“satisfactio”). “Esta satisfação chama-se também ‘penitência’” (*Cat.* 1459), isto é, a “penitência” pode ser entendida no sentido exato da “satisfação”. Por esta satisfação podemos “configurar-nos com Cristo, que, sozinho, expiou nossos pecados”¹⁶⁶ uma vez por todas” (*Cat.* 1460). Examinemos brevemente esta participação nossa na satisfação-expição de Cristo.

Para podermos participar na satisfação que Cristo ofereceu ao Pai – o que significa participar no Seu amor expiador – precisamos, como condição fundamental e indispensável, ter em nosso coração o *amor divino* (cf. *Rm* 5,5). Isto acontece pelo Batismo, no qual recebemos o perdão de todos os pecados com suas conseqüências de culpa e pena (cf. *Cat.* 1263), através do dom da participação na vida divina, vida de amor. Na base deste dom inicial – verdadeira “geração”, “nascimento”, para o qual

¹⁶⁵ K.J. WALLNER, *Sühne – heute aktuell?*, 125. Cf. *Cat.* 1825: “Cristo morreu por nosso amor quando éramos ainda ‘inimigos’ (*Rm* 5,10). O Senhor exige que amemos, como Ele, mesmo os nossos *inimigos*”.

¹⁶⁶ Cf. *Rm* 3,25; *1Jo* 2,1-2.

não se colabora¹⁶⁷ –, torna-se possível a participação no amor expiador de Cristo, como membro do Seu Corpo, a Igreja. Mas, uma vez que no Batismo o perdão dos pecados é total – não há no batizado nada de reprovável, nada que desagrade a Deus (cf. *Rm* 8,1), nada que necessite de purificação; ele se tornou “criatura nova” –, o batizado não precisa fazer “penitência”, não necessita de “satisfazer” por seus pecados cometidos antes do Batismo. A participação na satisfação de Cristo apenas é para os que já são “filhos” no FILHO. A partir desta união com Jesus Cristo, o Filho primogênito (*Rm* 8,29), é que somos capacitados a participar ativamente na satisfação, no amor expiador de Cristo (não apenas receber os seus efeitos); é um dom para os “filhos”, para os “irmãos” do Primogênito, para os “membros” de Cristo.

Ora, essa participação, esse seguimento de Cristo, essa configuração com Ele que expiou nossos pecados por um ato de amor perfeito, pode assumir uma modalidade perfeita, bem como uma outra, menos perfeita. A menos perfeita é aquela que se refere aos *próprios* pecados. É a que se realiza pela “**penitência**”: “‘satisfazer’ de modo apropriado ou ‘expiar’ seus pecados” (*Cat.* 1459); pressupõe, portanto, pecados cometidos depois do Batismo.

Trata-se aqui de chegar a participar *plenamente, totalmente*, dos efeitos da satisfação de Cristo, através de uma **participação ativa** nesta mesma satisfação. Em outras palavras: trata-se de o pecador, já de novo na posse do dom divino do amor (amor a Deus acima de tudo), participar no amor reparador-expiador de Cristo para recobrar – não apenas o amor a Deus acima de tudo, recobrado já pelo perdão do pecado quanto à culpa, mas também – o amor *perfeito* (pleno, total, “cem por cento”) a Deus e, daí, ao próximo. Nisto consiste o perdão do que se chama “pena temporal”¹⁶⁸. Esta é a *privação* daquela *comunhão perfeita* com Deus que a pessoa poderia ter aqui na terra (na medida do dom da graça oferecida por Deus a cada pessoa individualmente), ou que lhe seria dada por Deus como recompensa depois da morte¹⁶⁹. A pena temporal tem como causa uma *im-*

¹⁶⁷ O arrependimento exigido do batizando com a idade de discrição é apenas uma *condição* para a recepção frutuosa do Batismo, uma vez que Deus respeita a vontade livre da pessoa humana.

¹⁶⁸ “Pena” é a *privação de um bem* que a pessoa possuiria ou ao qual teria direito, se não tivesse cometido o ato culpável que merece a pena.

¹⁶⁹ Para quem morreu, a pena temporal significa a privação da bem-aventurada, gloriosa comunhão com Deus na visão beatífica (o “Céu”). Esta privação, no entanto, não é eterna, uma vez que a alma já está em comunhão, embora imperfeita, com Deus e pode

perfeição do amor a Deus por causa de um *apego desordenado* da pessoa a um bem criado (a alguém ou algo que não é Deus mesmo), apego este que é consequência de pecado(s) cometido(s) pela pessoa. Esse apego é prejudicial porque causa aquela *falta de perfeição devida* no amor a Deus (e, conseqüentemente, ao próximo) e um correspondente *dever de reparar* aquela falta daquilo que é devido a Deus. A devida perfeição do amor a Deus é a de amá-l'O com *todo* o coração, com *todas* as forças, com a *máxima* intensidade (grau) de amor, segundo a medida individual do dom da graça recebido, que difere nas diversas pessoas e nos diversos períodos de vida da mesma pessoa (possibilidade do crescimento no grau de amor).

Ora, esse apego prejudicial à criatura e essa falta de perfeição no amor a Deus (dois aspectos inseparáveis e que requerem purificação e satisfação) podem ser ativamente eliminados exatamente por uma participação no amor expiador de Jesus Cristo: por atos de amor ou obras animadas pelo *amor a Deus* e, por amor de Deus, ao próximo, e tem de ser um amor *sofredor*, tendo o sofrimento o papel que já explicamos ao falar do amor expiador (de Cristo)¹⁷⁰. Ora, na situação atual da humanidade, toda boa obra cumpre esse requisito. No entanto, quanto mais *intenso* e mais *sofrido* (exigindo, portanto, mais empenho) for o amor, tanto maior será a força de purificação e satisfação da obra.¹⁷¹ Assim, podemos concluir com o Catecismo da Igreja Católica (n. 1460): “Essas penitências nos ajudam a configurar-nos com Cristo, que, sozinho, expiou nossos pecados uma

ser purificada passivamente (o “purgatório”). O purgatório não é participação *ativa*, mas meramente *passiva* na satisfação de Cristo; é “*satispassio*”, não propriamente “*satisfactio*”.

¹⁷⁰ Sem dúvida alguma, portanto, é impossível identificar, de alguma maneira, a satisfação (expição cristã) com a “pena temporal”, ou seja, atribuir ao sofrimento presente no amor expiador a característica de “pena”, “castigo”. Esse sofrimento, sendo sofrimento do amor ou no amor, *elimina* a pena temporal; ele mesmo não é pena, castigo.

¹⁷¹ Por isso se indica comumente como obras de “penitência” particularmente aquelas que requerem uma certa renúncia (desapego de si mesmo, da vontade de buscar sua própria satisfação). Assim, o Catecismo da Igreja Católica diz que a “penitência” (imposta pelo confessor ao penitente) pode “consistir na oração, numa oferta, em obras de misericórdia, no serviço do próximo, em privações voluntárias, em sacrifícios e principalmente na aceitação paciente da cruz que devemos carregar” (Cat. 1460).

Quanto à facilidade na realização da obra devido à grande *intensidade* do ato (por possuir a respectiva virtude em grau mais ou menos perfeito), facilidade esta que não diminui o valor meritório (o valor de purificação e satisfação) do ato, veja-se o esclarecimento já dado (II.2.5), p. 61).

vez por todas. Permitem-nos também tornar-nos co-herdeiros de Cristo ressuscitado, ‘pois sofremos com ele’.”

3) A participação *perfeita* no amor expiador de Cristo pela “expição vicária”

A “penitência” é uma certa configuração com Cristo em Seu amor expiador, aspirando ao amor perfeito. Contudo, a penitência não é a configuração *perfeita* com Jesus crucificado. Esta se realiza pela “expição vicária”, pois somente esta é a *participação perfeita no amor expiador de Jesus Cristo*.

O Papa Paulo VI indicou bem esse progresso no amor e na imitação de Cristo:

Seguindo as pegadas de Cristo, os fiéis sempre procuraram ajudar-se uns aos outros no caminho que conduz ao Pai celeste pela oração, pela apresentação de bens espirituais e pela expição penitencial; e quanto mais seguiam o fervor da caridade, tanto mais também imitavam a Cristo sofredor, levando sua cruz em expição de seus pecados e **dos outros**.¹⁷²

Se se pode dizer que Jesus praticou a “penitência”, isto é possível apenas no sentido de que Ele “é o modelo supremo dos penitentes: quis sofrer a pena pelos pecados não seus, mas dos outros”¹⁷³, entregou Sua vida como vítima de expição não por um pecado Seu (cf. *Jo* 8,46; *IJo* 3,5), mas pelos pecados de todos os homens. Participar neste ato de amor a Deus e aos outros é verdadeiramente **o ápice da imitação de Cristo**.

Ora, essa participação no sacrifício expiatório de Cristo não se pode contentar com a ajuda mútua entre os membros vivos de Cristo aqui na terra, isto é, entre todos aqueles que possuem o amor divino em seu coração. Este é o mistério da “comunhão dos santos”, no sentido da “comunhão da caridade” (*Cat.* 953). O Catecismo da Igreja Católica diz a este respeito:

Na “comunhão dos santos” “ninguém de nós vive e ninguém morre para si mesmo” (Rm 14,7). [...] “A caridade não procura seu próprio interesse” (1Cor 13,5). O menor dos nossos atos praticado na caridade irradia em benefício de todos, nesta solidariedade com todos os homens, vivos ou

¹⁷² PAULO VI, Constituição Apostólica *Indulgentiarum doctrina*, 5. O negrito é nosso. Cf. também a afirmação de SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Summa contra Gentiles*, lib. III, c. 158 (ed. Marietti: n. 3311).

¹⁷³ PAULO VI, Constituição Apostólica *Paenitemini*, I.

mortos, que se funda na comunhão dos santos. Todo pecado prejudica esta comunhão. (*Cat.* 953)

A expiação vicária vai além da comunhão na caridade¹⁷⁴, pois se estende – como participação no amor expiador-reparador-redentor de Cristo em favor dos *pecadores* (cf. *Rm* 5,6-8) – também aos que não possuem a caridade (estado de graça). O texto acima citado do Catecismo, falando da “comunhão da caridade”, já aponta nessa direção, ao dizer: “em benefício de *todos*, nesta solidariedade com *todos os homens*”.

Não será que o amor de Cristo em Seus membros aqui na terra – o mesmo amor (identidade específica) e o mesmo Espírito de Amor (identidade numérica), pelo qual Ele realizou Seu sacrifício da cruz (cf. *Hb* 9,14) – é capaz de fazê-los participar também daquela **perfeição da solidariedade** que vai até a **substituição**: substituir, de alguma maneira, uma outra pessoa – pessoa necessitada, que precisa de ajuda para poder sair da sua situação – diante de Deus? Perguntamos, de propósito, se o *amor de Cristo* é capaz disso. Pois, se nós, Seus membros, o podemos fazer, é somente “em Cristo”; é somente “Ele em nós” que o pode realizar (Ele em nós pelo Seu Espírito). Mas esta é, então, a **participação perfeita no amor misericordioso de Jesus**, como acima o explicamos. É a força do amor de Jesus em nós que pode unir-nos à pessoa necessitada (pecadora) de tal modo que possamos tomar sobre nós, de alguma maneira misteriosa mas real, o sofrimento dela, sofrimento devido ao pecado, consequência do pecado, ou seja: é pela nossa união com Jesus, no amor (no Espírito Santo), que podemos participar da união do amor misericordioso de Jesus com essa pessoa.

Porém, a esta altura da nossa reflexão surge a questão: Por que é necessária – se é que é necessária – a nossa participação no amor expiador de Jesus Cristo? Por que não basta simplesmente a expiação superabundante de Cristo? Por que o Apóstolo Paulo pôde dizer, referindo-se aos seus sofrimentos pelos cristãos em Colossas: “*completo o que falta às tribulações de Cristo em minha carne pelo Seu Corpo, que é a Igreja*” (*Cl* 1,24)?

Sem dúvida, a paixão redentora de Cristo não é incompleta em si mesma; é superabundante em seu valor e eficácia. No entanto, existe um

¹⁷⁴ São Tomás indica a unidade de amor entre as pessoas como razão por que uma pessoa pode satisfazer a Deus por outra (cf. *Id.*, *Summa contra Gentiles*, lib. III, c. 158 (ed. Marietti: n. 3311); *S.Th.* III, q. 48, a. 2, ad 1).

aspecto segundo o qual se pode falar de alguma **complementação**. É o aspecto que, como já vimos, se tem chamado de *redenção “subjéitiva”*: o “levar a efeito” a obra redentora de Cristo nos indivíduos humanos “aqui e agora”. A redenção “objetiva” – isto é, a obra redentora de Cristo como tal, a obra que Ele realizou sozinho, representando todos os homens diante de Deus (mas associando a Si, já nesta redenção objetiva, Sua Mãe) – está plenamente realizada, e a Igreja nela não tem nenhum papel de colaboração ou complementação.

Na redenção “subjéitiva”, porém, **Jesus Cristo quis a colaboração da Sua Igreja**. Esta colaboração é múltipla:

- o *anúncio do Evangelho* (a Boa Nova da salvação em Cristo),
- a *celebração dos sacramentos* como sendo um concreto “levar a efeito” o que é anunciado¹⁷⁵, e
- a *vida cristã* como imitação ou seguimento de Cristo.

Temos aqui as três dimensões lembradas pelo Papa Bento XVI em sua primeira encíclica: “A natureza íntima da Igreja exprime-se num tríptico dever: anúncio da Palavra de Deus (*kerygma-martyria*), celebração dos Sacramentos (*leiturgia*), serviço da caridade (*diakonia*).”¹⁷⁶ De fato, por todo o seu ser e em todos os seus membros, a Igreja é enviada a *anunciar, celebrar (atualizar) e testemunhar* o amor redentor de seu Senhor, Salvador de todos os homens por Seu Sacrifício expiatório da Cruz (cf. *Cat.* 738). Na realidade, em todas as três dimensões, a Igreja testemunha o amor de seu Senhor. No entanto, este testemunho se dá particularmente pelo serviço da caridade na vida cristã; a caridade nos move à partilha dos bens espirituais e materiais e realiza esta partilha, bem como nos faz servir-nos uns aos outros e, particularmente, aos mais necessitados.

É na **vida cristã** como *imitação* ou *seguimento de Cristo* (juntamente com a celebração dos sacramentos, sobretudo da *Eucaristia*, e em íntima conexão com ela, fonte e ápice de toda a vida cristã) que a Igreja colabora com Cristo *participando existencialmente do Seu amor expiator-redentor* – vivendo-o concretamente na *vida* de caridade dos seus membros.

¹⁷⁵ Cf. CONC. VATICANO II, *Sacrosanctum Concilium*, n. 6: Cristo “enviou os Apóstolos [...] para levarem a efeito o que anunciavam: a obra da salvação através do Sacrifício e dos Sacramentos”.

¹⁷⁶ BENTO XVI, Encíclica *Deus caritas est*, n. 25. Cf. BENTO XVI, Exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis*: o Papa apresenta o mistério da Santíssima Eucaristia em três dimensões: mistério *acreditado*, mistério *celebrado*, mistério *vivido*.

Mas, voltemos à questão que enfrentamos: o porquê da colaboração da Igreja na obra do amor expiador-redentor de Cristo. A distinção entre redenção objetiva e subjetiva foi apenas um esclarecimento necessário e fundamental: a colaboração se realiza na dimensão da redenção subjetiva. É necessário responder agora diretamente à pergunta do porquê da colaboração da Igreja. No entanto, antes de responder, convém frisar que se trata de um *mistério de fé*. O Papa Pio XII o exprimiu uma vez em uma exclamação penetrada de estupor diante desse mistério:

Tremendo mistério, e nunca assaz meditado: Que a salvação de muitos depende das orações e dos sacrifícios voluntários, feitos com esta intenção, pelos membros do corpo místico de Jesus Cristo, e da colaboração que pastores e fiéis, sobretudo os pais e mães de família, devem prestar ao divino Salvador.¹⁷⁷

Verdadeiramente um grande mistério, do qual procuramos agora descobrir a razão de ser. Para isso é preciso considerar vários aspectos. Podemos iniciar esta consideração, citando boa parte do trecho que antecede a exclamação acima referida do Papa Pio XII:

Todavia não se julgue que Cristo, cabeça da Igreja, por estar posto tão alto, dispensa a cooperação do corpo; pois que deve afirmar-se do corpo místico o que Paulo afirma do corpo humano: “Não pode a cabeça dizer aos pés: não preciso de vós” (1Cor 12,21). É mais que evidente que os fiéis precisam do auxílio do divino Redentor, pois que ele disse: “Sem mim nada podeis fazer” (Jo 15,5), e segundo o Apóstolo, todo o aumento deste corpo místico na sua edificação vem-lhe de Cristo, sua cabeça (cf. Ef 4,16; Cl 2,19). Contudo é igualmente verdade, por mais admirável que pareça, que Cristo também precisa dos seus membros. [...] nosso Salvador, enquanto rege por si mesmo de modo invisível a Igreja, quer ser ajudado pelos membros deste corpo místico na realização da obra da redenção; não por indigência ou fraqueza da sua parte, mas ao contrário porque ele assim o dispôs para maior honra da sua esposa intemerata. Com efeito, morrendo na cruz, deu à Igreja, sem nenhuma cooperação dela, o imenso tesouro da redenção; ao tratar-se porém de distribuir este tesouro, não só faz participante a sua incontaminada esposa desta obra de santificação, mas quer que em certo modo nasça da sua atividade.¹⁷⁸

Portanto, Cristo precisa da colaboração dos membros do Seu Corpo que é a Igreja, porque **Ele assim o quer**. Porém, não é um querer arbitrário, mas tem sua razão de ser na sabedoria e no amor divino. O Papa indica a

¹⁷⁷ Pio XII, Encíclica *Mystici corporis* (29.06.1943), n. 43.

¹⁷⁸ Id., *ibid.*

“maior honra” da Igreja, esposa de Cristo. Esta razão identifica-se com aquilo que dissemos sobre a possibilidade de uma **participação perfeita** do membro de Cristo em Seu amor expiador-redentor, que, por sua vez, é **o ápice absoluto do Seu amor** a Deus Pai e aos homens a serem salvos. “Ninguém tem maior amor – disse Jesus – do que aquele que dá a vida por seus amigos” (Jo 15,13); e Jesus nos dá, com toda a clareza, o mandamento de nos amar uns aos outros “como Eu vos amei” (Jo 15,12). O Apóstolo João tira disso a conclusão evidente, ao escrever: “Nisto conhecemos o Amor: ele deu Sua vida por nós. E nós também devemos dar nossa vida pelos irmãos” (1Jo 3,16). Portanto, a **configuração perfeita do discípulo com Jesus Cristo em Seu amor levado ao extremo** é uma razão sublime e forte para a colaboração ativa da Igreja na obra redentora de Cristo, enquanto obra do amor expiador.

Fica, porém, a seguinte questão: como pode ser que “a salvação de muitos depende das orações e dos sacrifícios voluntários” dos membros da Igreja¹⁷⁹? Como pode ser que a salvação de alguém dependa da colaboração que os fiéis prestam a Jesus Salvador?

Importa lembrar que, para o homem ser salvo, é necessário o exercício do seu livre arbítrio. Como dissemos acima, a salvação da pessoa humana requer sua *livre contribuição*, sua *adesão pessoal e livre*, sua participação no Sacrifício redentor. Sem isso (embora nem sempre aconteça conscientemente¹⁸⁰), o homem não pode ser salvo. Porém, se alguém não realiza esse ato livre de amor, mas, pelo contrário, peca e, conseqüentemente, sofre as conseqüências do pecado, uma outra pessoa, unida a Cristo, pode *ajudá-lo a converter-se*, a *abrir-se à graça do amor divino* e ser salvo? Ou seja: por que precisa da ajuda de outra pessoa – unida a Cristo como membro do Seu Corpo na terra – para essa conversão e salvação, de tal modo que, se essa ajuda faltar, a pessoa se poderá perder definitivamente? Por que a participação do membro de Cristo em Seu amor expiador pode ser tão decisiva para a conversão e salvação eterna de alguém?

De fato, é um *mistério tremendo*, como disse o Papa Pio XII; um mistério que evidencia, de uma maneira impressionante, a responsabilidade da Igreja em seu conjunto, bem como dos seus membros individualmente. Pode-se, no entanto, encontrar uma razão exatamente no aspecto da **necessidade da livre colaboração** do homem para poder ser salvo por

¹⁷⁹ Cf. Pio XII, *Mystici corporis*, n. 43.

¹⁸⁰ Cf. CONC. VATICANO II, *Gaudium et spes*, n. 22 (“possibilidade de se associarem ao Mistério Pascal”); cf. *Lumen gentium*, n. 16; *Ad gentes*, n. 7.

Cristo. Ora, se essa colaboração faltar de todo ou for insuficiente – e, conseqüentemente, o homem não puder ser salvo pela obra redentora de Cristo –, uma outra pessoa, que se encontra *na mesma situação fundamental de pessoa livre frente à ação do amor redentor de Cristo* (ação que é oferta, ou seja, não é uma ação absolutamente eficaz, independentemente do exercício do livre arbítrio do homem), pode – numa solidariedade profunda, extrema, possível somente pelo amor de Jesus no coração dessa outra pessoa – substituir esse homem diante de Deus e oferecer satisfação por ele a Deus (Pai e também a Cristo). Certamente, **é Jesus quem faz isso, mas o faz em e através do Seu membro**, Seu discípulo¹⁸¹. Portanto, requer-se para isso a livre colaboração do discípulo, da Igreja, esposa de Cristo; requer-se o amor expiador do membro de Cristo, como participação perfeita no Seu amor expiador. Aqui podemos reconhecer bem a **missão do Espírito Santo na Igreja**, missão de “consumar no mundo a Sua obra”, isto é, a obra de Cristo, missão de “completar toda a santificação”¹⁸², mas missão que Ele realiza *na Igreja e através dela*.¹⁸³

É desse modo que o Espírito Santo glorifica a Cristo, como Cristo glorificou o Pai, no mesmo Espírito Santo. É desse modo que na Igreja, como Esposa de Cristo, se manifesta o poder redentor do amor de Cristo, vítima de expiação por todos os homens. Aquele “completar” não significa, portanto, uma deficiência na eficácia do amor salvador de Cristo, mas não deixa de manifestar **o papel imprescindível da Igreja** como

¹⁸¹ Eis o que escreveu a respeito o Papa Pio XI (Encíclica *Miserentissimus Redemptor*, n. 15): “A isto acresce-se que a Paixão expiatória de Jesus Cristo se renova e, *de certo modo, continua em seu corpo místico, a Igreja*. Com efeito, para servir-nos ainda das palavras de Santo Agostinho: ‘Cristo padeceu tudo o que devia sofrer, nem falta coisa alguma a seus padecimentos. Cumpriu-se, pois, a Paixão, mas somente na cabeça; resta completar os sofrimentos de Cristo em seu corpo’ (*In Psalm. 86*). É o que declarou o próprio Jesus, quando a Saulo, ‘que ainda respirava ameaças e planos de morte contra os discípulos’ (At 9,1), disse: ‘Eu sou Jesus, a quem persegues’ (At 9,5), dando claramente a entender que as perseguições movidas contra a Igreja vão atingir gravemente seu divino Chefe. *Com todo o direito, pois, Cristo, que ainda sofre em seu Corpo místico, deseja que lhe façamos companhia em sua expiação*; é o que também requer a nossa união com ele, porquanto, sendo nós o corpo de Jesus e seus membros (1 Cor 12,27), quanto sofre a cabeça, com ela devem sofrer os membros também (cf. 1 Cor 12,26).” O grifo é nosso.

¹⁸² Cf. *Missal Romano*, Oração eucarística IV: “qui, opus suum in mundo *perficiens, omnem sanctificationem compleret*”.

¹⁸³ Cf. CONC. VATICANO II, *Lumen gentium*, n. 7; JOÃO PAULO II, Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 24s; *Cat. 737s*; 1091-1109, particularmente 1108s.

“sacramento universal da salvação”¹⁸⁴, e dos discípulos individualmente, ajudando um ao outro.¹⁸⁵

Por conseguinte, a necessidade da expiação vicária (pelos pecados *de outros*) – ápice da imitação de Cristo, da configuração com Jesus crucificado, da participação no amor de Jesus ao Pai e aos homens – não contradiz ou diminui o valor e a eficácia do amor expiador de Jesus Cristo.

2. Viver a espiritualidade da expiação

1) Espiritualidade do amor levado até as suas últimas consequências

“Deus amou tanto o mundo, que entregou o Seu Filho único, para que todo o que n’Ele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (*Jo* 3,16).

“Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele quem nos amou e enviou-nos Seu Filho como expiação pelos nossos pecados” (*1Jo* 4,10).

“Nisto conhecemos o Amor: Ele deu Sua vida por nós. E nós também devemos dar nossa vida pelos irmãos” (*1Jo* 3,16).

¹⁸⁴ Cf. *Lumen gentium*, n. 48.

¹⁸⁵ Talvez possa projetar luz sobre este assunto a consideração da distinção entre a ação de Cristo (redenção subjetiva) no Batismo e aquela no sacramento da Penitência. No Batismo, sendo verdadeira “regeneração”, “nascimento” do filho de Deus, a ação de Cristo é total, perfeita, no sentido de haver o perdão completo (de todo pecado e toda pena devida ao pecado, requerendo apenas, como condição, um arrependimento sincero dos pecados pessoais), a completa santificação, a ponto de *o batizado* não precisar fazer alguma penitência pessoal pelos pecados cometidos antes do Batismo. No sacramento da Penitência, porém, os atos do penitente não são somente o arrependimento, mas também a confissão e a satisfação; além disso, esses atos não são apenas *condição* necessária para o efeito santificador se realizar, mas contribuem para constituir o sinal sacramental. A qualidade deles determina, por isso, a perfeição do efeito santificador. Aqui, portanto, acentua-se a *livre colaboração* da pessoa. A razão disso é a seguinte: o batizado já é filho de Deus, membro do Corpo de Cristo; é capacitado a produzir, por sua ação *livre*, frutos de santidade; é chamado a viver, com atos *livres* de amor, em comunhão constante com Deus por Jesus Cristo no Espírito Santo. Quando ele, por um ato livre mau, se separa dessa comunhão, ele não recai na situação antes do Batismo. Continua nele o caráter batismal, que é uma verdadeira pertença a Jesus Cristo e à Sua Igreja aqui na terra, bem como uma capacidade de participar no sacerdócio de Jesus Cristo. Por isso, ele é *capacitado e obrigado a colaborar* na sua conversão plena a Deus.

Esta necessidade da livre colaboração, no entanto, faz também com que seja possível que outros (a Igreja) possam ajudá-lo a conseguir a conversão completa: *podem “satisfazer” por ele*; no elemento da “satisfação” (não do arrependimento nem da confissão), outros, animados pelo amor de Cristo, podem substituí-lo.

Estas palavras constituem uma base sólida e profunda de uma *espiritualidade do amor*, espiritualidade esta que pertence mesmo à essência da Igreja, à sua “alma”, ao seu “coração”, seu centro vital. É a *espiritualidade da expiação*, ou seja, do amor expiador, isto é, de um **amor especial, particularmente qualificado**: o amor *expiador em favor de outros*, que é

- realização *perfeita* do seguimento de Jesus Cristo,
- participação *perfeita* no Seu amor ao Pai e aos homens,
- vivência *perfeita* do amor misericordioso de Deus no coração humano¹⁸⁶,
- *ápice* absoluto do amor cristão.¹⁸⁷

A espiritualidade da expiação, sendo essencial e nitidamente espiritualidade de amor, requer o encontro vivo de amor, na base da fé, com a pessoa de Jesus Cristo¹⁸⁸. É preciso ser tocado por Seu imenso amor (“Tanto Ele me amou, a ponto de entregar Sua vida por mim”). Requer-se a comunhão de amor com Ele. O mesmo Espírito do amor que levou Jesus a entregar-Se por todos os homens ao Pai como vítima de expiação, está presente também no coração do Seu discípulo, e este amor o impele a não mais viver para si mesmo, mas para Cristo e os irmãos (cf. *2Cor* 5,14). Este amor o faz partilhar a sede de Jesus (cf. *Jo* 19,28), a ter o desejo ardente de fazer todo o possível para que outros também tenham a felicidade da comunhão com Jesus Cristo no amor de amizade. E tudo isso, tendo a consciência humilde de quem sabe: “Sem Mim, nada podeis fazer” (*Jo* 15,5; cf. 21,3-11).

A espiritualidade do amor expiador está baseada e contida na própria *consagração batismal e crismal* do discípulo de Cristo, pela qual ele é capacitado e vigorosamente orientado para a *participação no Sacrifício Eucarístico*, atualização e oferta sacramental do Sacrifício expiatório da Cruz de Cristo. Como, portanto, se pode viver essa espiritualidade? ***Desenvolvendo, até as últimas consequências, as graças do Batismo e***

¹⁸⁶ Cf. *Lc* 6,36: “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso.” Cf. *Mt* 5,48.

¹⁸⁷ Das pessoas de vida consagrada, chamadas, de um modo particular e por um caminho especialmente eficaz, à perfeição do amor, o Papa João Paulo II, em sua exortação apostólica pós-sinodal *Vita consecrata*, n. 105, afirmou: “A Igreja não pode absolutamente renunciar à vida consagrada [...] Na verdade, há necessidade de quem [...] *ponha em jogo a própria vida*, para que outros tenham vida e esperança.” O grifo é nosso.

¹⁸⁸ Cf. BENTO XVI, Encíclica *Deus caritas est*, n. 1, § 2.

da Confirmação, e *participando e vivendo plenamente o mistério da Santíssima Eucaristia.*

O fundamento dessa espiritualidade é o Batismo, em íntima conexão com a Confirmação, que leva à perfeição as graças do Batismo. Pelo Batismo somos unidos a Jesus Cristo em Sua paixão, morte, sepultura e ressurreição (cf. *Rm* 6,3-6); participamos, portanto, do Seu Mistério Pascal, recebendo os seus frutos em nós; somos assim capacitados a *viver* o amor que Cristo viveu em Seu Mistério Pascal, o amor expiador.

O Batismo é um dom gratuito que traz em si uma *tarefa*, a saber: *viver este dom até as suas últimas consequências* (cf. *Rm* 6,11-14), desenvolver as suas virtualidades, as diversas dimensões ou aspectos nele presentes, ainda que “em germe”.

Ora, a dimensão que sobressai é certamente a do *amor*: amor a Deus Pai e a Jesus Cristo, o Filho encarnado, no Espírito Santo, bem como – inseparavelmente unido – o amor aos irmãos por amor de Deus (além do amor a si mesmo pelo mesmo amor de Deus); é a realidade simbolizada pela cruz: união das dimensões vertical e horizontal, sendo a vertical a que sustenta a horizontal. O amor aos irmãos se manifesta particularmente no **amor misericordioso aos necessitados**, seja qual for a necessidade de que estiverem sofrendo (cf. *Mt* 25,35-45). Tradicionalmente se enumeram sete obras de misericórdia corporais, e sete espirituais. As obras de misericórdia corporais dizem respeito ao bem-estar físico e temporal do próximo¹⁸⁹, enquanto as espirituais se referem à ajuda do próximo em suas necessidades espirituais. Estas últimas são, tradicionalmente (sem que, com este elenco, se queira limitá-los ao número estrito de sete): aconselhar os duvidosos; ensinar os ignorantes; admoestar os pecadores; consolar os aflitos; perdoar as ofensas; suportar pacientemente as pessoas incômodas; rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos.¹⁹⁰ Ora, a necessidade maior de que o homem pode sofrer não é a física e temporal, mas a necessidade *espiritual e eterna*: a falta ou deficiência de comunhão com Deus (Pai por Jesus Cristo no Espírito Santo). Por isso, como tal, a obra que socorre a esta necessidade é a mais urgente e sublime. Ora, sem dúvida alguma, a prática do amor expiador – união com Cristo em Seu Sacrifício

¹⁸⁹ Costuma-se enumerar os seguintes (cf. *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, Apêndice, b) Fórmulas de Doutrina Católica): 1) Dar de comer aos famintos; 2) Dar de beber aos sedentos; 3) Vestir os nus; 4) Acolher os peregrinos; 5) Visitar os enfermos; 6) Visitar os encarcerados; 7) Sepulturar os mortos.

¹⁹⁰ Cf. *ibid.*

expiatório da Cruz – é a **obra de misericórdia mais urgente e sublime**, pois visa diretamente à santificação e à salvação eterna da pessoa necessitada. E existe ainda outra característica desse amor expiador: ele pode ser praticado não apenas com as outras obras de misericórdia, materiais e espirituais, mas pode também ser uma dimensão que está presente, atuante na prática de todas essas obras.¹⁹¹

¹⁹¹ Aqui convém considerarmos a própria obra de Cristo. Jesus viveu Seu amor expiador (amor ao Pai e aos homens pecadores – os pecadores são os mais necessitados; daí a opção preferencial fundamental de Jesus pelos pecadores) não somente em Sua paixão e morte (sacrifício da cruz), mas já durante a Sua vida, que, aliás, estava totalmente orientada para essa “Sua hora” (cf. *Jo* 13,1; 2,4; 7,30; 8,20; 12,23.27; 17,1). Ele praticava Seu amor misericordioso também em Sua atividade de ensinar a verdade (do Reino de Deus, do amor do Pai Celeste, da necessidade de conversão) ou de curar os males físicos. Particularmente as curas milagrosas foram facilmente reconhecíveis, concretamente constatáveis como obras de caridade (manifestando a presença de Deus-Amor); foram “sinais”. Este não é o caso do Seu Sacrifício da Cruz, que, no entanto, é Sua maior obra de caridade misericordiosa, ultrapassando de longe tudo que tinha realizado antes. Com efeito, o sentido profundo da Sua paixão e morte é um mistério de fé; sem a fé não pode ser reconhecido.

Assim também a expiação pelos pecadores – amor expiador, que é amor que salva – por parte dos discípulos de Cristo é algo que o mundo não reconhece, não aprecia; não o pode. Na verdade, a fecundidade espiritual da oração, das renúncias, de todo o sofrimento aceito com amor e por amor a Deus e ao próximo espiritualmente necessitado (visando à conversão do pecador, à salvação eterna da pessoa humana) não pode ser reconhecida a não ser por quem tem a fé cristã; o que não se vê, o que não se pode verificar com meios humanos, somente a fé pode reconhecer. Além disso, só Deus conhece realmente todos os efeitos do amor expiador. As outras obras de misericórdia – materiais e, ao menos em parte, espirituais – são atos perceptíveis de caridade. Normalmente são apreciadas pela sociedade; podem ser reconhecidas e admiradas também por quem não tem a fé cristã nem a fé em Deus. Por isso mesmo, essas obras, embora, como tais, não sejam as de maior valor (a feliz comunhão eterna com Deus tem uma importância infinitamente maior que o bem-estar físico e temporal), são muito importantes para manifestar o amor de Deus, de Cristo, ao mundo. Essa atividade caritativa é mesmo “um dever essencial da Igreja” (BENTO XVI, *Deus caritas est*, n. 21), “expressão irrenunciável da sua própria essência” (ID., *ibid.*, 25a). Elas são, como as curas de Jesus, “sinais” (cf. *Jo* 2,11, etc.; *At* 2,22). Porém, exatamente como “sinais”, elas apontam para uma realidade maior e decisiva, definitiva, da qual são sinais: “Ao libertar certas pessoas dos males terrestres da fome (cf. *Jo* 6,5-15), da injustiça (cf. *Lc* 19,8), da doença e da morte (cf. *Mt* 11,5), Jesus operou sinais messiânicos; não veio, no entanto, para abolir todos os males da terra (cf. *Lc* 12,13.14; *Jo* 18,36), mas para libertar os homens da mais grave das escravidões, a do pecado (cf. *Jo* 8,34-36), que os entrava em sua vocação de filhos de Deus e causa todas as suas escravidões humanas” (*Cat.* 549). Assim, a atividade caritativa visível da Igreja aponta para uma caridade maior, presente na Igreja, mas não constatável como tal pelos homens: o amor expiador, participação no amor expiador-redentor de Jesus Cristo em Seu Sacrifício da Cruz.

Na verdade, tudo o que o cristão, membro vivo de Cristo, faz e sofre animado pelo amor divino em seu coração (cf. *Rm* 5,5) pode ter valor não apenas de penitência (para a purificação de si mesmo), mas também de expiação vicária (ajuda a outros). Esse valor depende tanto da intensidade do amor e da grandeza da obra como tal, como também da liberdade com que é realizada, liberdade esta cuja medida é, conforme a explicação acima dada, determinada pela grandeza do sofrimento. Por isso se fala particularmente de “carregar a cruz” de cada dia (cf. *Mt* 10,38; 16,24) ou se pensa também em doenças ou provações espirituais aceitas e suportadas com prontidão.

Além disso, convém dizer mais uma vez: o que dá valor de satisfação-expiação a toda a vida do discípulo do Senhor é o *amor*, certamente, o amor que sofre por causa das consequências do pecado, mas, de fato, o amor. Quem ama – a Deus e ao próximo – e está *pronto a abraçar todas as renúncias, todo auto-despojamento, todo desprendimento que a vivência concreta do amor exige se levada a sério, até as últimas consequências*, essa pessoa pratica o amor que possui a qualidade expiatória. Requer-se, porém, também a *intenção* expiatória (por outros).

No entanto, é preciso reconhecer que toda a *vida cristã*, como prática do amor expiador, tem **sua fonte e seu ápice na Santíssima Eucaristia**. De fato, afinal, a vida cristã pode ter esse caráter de amor expiador, participação no Sacrifício expiatório de Cristo, porque tem sua fonte e seu ponto culminante na celebração da Santíssima Eucaristia. Na verdade, a Eucaristia tem de ser um “mistério *vivido*”. Como escreveu o Papa Bento XVI, “o mistério [da Eucaristia] ‘acreditado’ e ‘celebrado’ possui em si mesmo um tal dinamismo, que faz dele princípio de vida nova em nós e forma da existência cristã”¹⁹². Ora, a Eucaristia é essa forma da existência cristã, como vivência do amor expiador, porque a Celebração Eucarística é a atualização e a oferta sacramental, por parte da Igreja, do Sacrifício expiatório de Cristo¹⁹³. Na Celebração Eucarística, Cristo associa os Seus membros (a Igreja) a Si mesmo em Seu ato supremo de amor no Seu Sacrifício expiatório da Cruz, de tal modo que o Sacrifício eucarístico da Igreja e o Sacrifício de Cristo são *um único sacrifício*: realiza-se uma perfeita comunhão da Igreja com o Sacrifício expiatório de Cristo¹⁹⁴, comunhão esta que é a fonte e o ápice de toda a prática de amor expiador

¹⁹² BENTO XVI, Exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis*, n. 70.

¹⁹³ Cf. *Cat.* 1362, 1367, 1414.

¹⁹⁴ Cf. *Cat.* 1368.

do cristão em sua vida cotidiana.¹⁹⁵ O efeito fundamental (o cristológico) da própria Comunhão eucarística (banquete) é a “transformação do homem em Cristo *no mistério da Sua ida ao Pai pelo sacrifício da cruz*”¹⁹⁶. Por isso, o banquete sacrificial pode ser “Comunhão expiatória” e levar e capacitar o fiel a fazer de sua vida cotidiana um sacrifício expiatório agradável a Deus¹⁹⁷. Igualmente, a *adoração eucarística* fora da S. Missa – que prolonga e intensifica a adoração na Celebração Eucarística, a qual, em si mesma, é o maior ato de adoração que a Igreja realiza¹⁹⁸ – pode ser prática do amor expiador.¹⁹⁹ O mesmo se diga da Liturgia das Horas, considerando sua íntima conexão com o Sacrifício eucarístico²⁰⁰.

Nesta altura da reflexão ainda se faz necessário um esclarecimento. Tendo sido frisada a perfeição própria do amor expiador por outros, poder-se-ia pensar que, para viver esse amor expiador, a pessoa já deve possuir o amor perfeito, ou seja, que é necessário que ela já não necessite de uma purificação do seu próprio coração (“penitência” por seus próprios pecados). Mas não é assim. Além disso, seria um erro se alguém pensasse que a oferta das suas boas obras, das suas atividades e sofrimentos em favor de irmãos espiritualmente necessitados ia prejudicar a sua própria purificação, de que ainda tem necessidade. Basta lembrar que essa purificação se realiza por atos de amor ou animados de amor (amor sofredor, conforme a explicação acima dada, ao refletirmos sobre a “penitência”). Ora, a expiação por outros é prática de um amor especialmente perfeito, que, por isso mesmo, encerra em si também uma eficácia particular de purificação do próprio coração, se necessária. Por conseguinte, podemos dizer que a “penitência” e a “expiação vicária” se compenetraram.

¹⁹⁵ Cf., a este respeito, N. THANNER, *O “Único Sacrifício Perfeito”*. Sua Representação e Oferta sacramental, em: *SapCru* 5 (2004) 190-196.

¹⁹⁶ Id., *ibid.*, 192.

¹⁹⁷ Cf. também *Cat.* 2100.

¹⁹⁸ Cf. BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, n. 66.

¹⁹⁹ Cf. *Cat.* 1380, citando o Papa João Paulo II (Carta *Dominicae cenae*, n. 3): “Não regateemos o tempo para ir encontrá-lo na adoração, na contemplação cheia de fé e aberta a reparar as faltas graves e os delitos do mundo. Que a nossa adoração nunca cesse!”

²⁰⁰ Cf. *Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas*, nn. 12 e 17. A Liturgia das Horas é “como que um prolongamento da celebração eucarística” (*Cat.* 1178), estendendo-a para as diversas horas do dia.

No entanto, como já mencionamos, para a “expição vicária” requer-se a respectiva *intenção*. Requer-se a intenção de se empenhar pelos irmãos que precisam de ajuda, requer-se a intenção de amar por eles e em seu favor, amar *mais* por aqueles que não amam ou amam muito pouco, de crer, esperar *mais* e/ou *apesar das dificuldades* (maiores), por aqueles que não crêem e esperam ou, demasiado pouco. Isto nos leva a refletir sobre o que podemos chamar “consagração expiatória”.

2) A consagração expiatória: participação na consagração expiatória de Jesus

Fundamento absoluto de tal consagração é a consagração expiatória do próprio Senhor Jesus; fundamento próximo de uma consagração expiatória do discípulo de Jesus é o Batismo e a Crisma.

A “consagração expiatória” de Jesus encontramos-la expressa em Sua oração sacerdotal no Evangelho de São João (17,19): “E **por eles me consagro a mim mesmo**, para que eles também sejam consagrados na verdade”.²⁰¹ Não há razão para duvidar de que Jesus Se refira ao Seu Sacrifício da Cruz, entrega livre de Sua vida ao Pai pela salvação dos homens.²⁰² Trata-se imediatamente de uma *oração* de Jesus ao Pai, exprimindo a Sua vontade de Se entregar como vítima pela consagração-santificação dos que o Pai Lhe deu, o que, afinal, significa: pela salvação (vida) de todo homem (cf. *Jo* 17,20 e, sobretudo, 17,2). E o Apóstolo João diz claramente que Jesus deu Sua vida por nós como vítima de *expição* (cf. *1Jo* 3,16; 2,2; 4,10; veja-se também *Jo* 1,29). Portanto, no Cenáculo, Jesus Se consagra ao Pai como vítima de expiação pela remissão dos pecados (cf. *Mt* 26,28). Levando em consideração a instituição da Eu-

²⁰¹ No contexto imediato anterior, Jesus pede que o Pai consagre os Seus discípulos (que não são do mundo; vv. 14 e 16) na verdade (v. 17); também Se refere ao prolongamento da Sua missão pela missão dos Seus discípulos: “Como me enviaste ao mundo, assim eu o envio ao mundo” (v. 18).

²⁰² Cf. R. SCHNACKENBURG, *Das Johannesevangelium. Dritter Teil (Herders Theologischer Kommentar zum Neuen Testament, IV/3)*, Freiburg im Breisgau 1975, 212s, e outros comentários. Quanto à livre entrega da vida por parte de Jesus, em obediência ao Pai, cf. *Jo* 10,17s; 13,27b; 14,31; 17,4; 18,11; 19,11.17.30. As fórmulas com *ὕπερ* exprimem a entrega de Sua vida em benefício dos outros (*Jo* 6,51; 10,11.15; 15,13) e no lugar deles (cf. 11,50-52; 18,14). Quanto ao significado de *ἀγιάζειν* (na LXX) como “consagração” (de animais para o sacrifício), cf. *Ex* 13,2; *Dt* 15,19. Veja-se também a idéia de Jesus como sacerdote e vítima, desenvolvida em *Hb* 9,13; 10,4-14; 13,12 (cf., quanto aos “santificados” pelo sacrifício de Jesus, *Hb* 2,11; 10,10.14.29).

caristia no Cenáculo, narrada pelos evangelhos sinóticos, fica claro que Jesus não apenas rezou uma oração – uma *oração de entrega expiatória*, uma *consagração expiatória* –, manifestando Sua intenção sacerdotal de realizar o sacrifício expiatório, de Se pôr à disposição como vítima para esse sacrifício, mas realizou já o que expressou com palavras: antecipou essa entrega, instituindo a Santíssima Eucaristia.²⁰³ Aliás, Ele vivia essa entrega constantemente, mas foi na cruz que Ele a levou à consumação ou realização plena e definitiva.

Também os discípulos de Jesus – enviados por Ele, como Ele foi enviado pelo Pai – são convidados e capacitados a participar da consagração expiatória de Jesus (cf. *1Jo* 4,10s). Essa capacitação nos é dada, fundamentalmente, pelo Batismo (e a Crisma, aperfeiçoando-a) e levada à perfeição na Santíssima Eucaristia (participação ativa e plena no Sacrifício Eucarístico²⁰⁴). Na verdade, a consagração batismal e crismal do discípulo do Senhor encerra em si a consagração expiatória como participação na consagração expiatória de Jesus. Uma oração de consagração expiatória, portanto, ***explicita e desenvolve uma dimensão essencial da consagração batismal e crismal***, como *participação que é do sacerdócio de Cristo*²⁰⁵. Podemos *viver* essa consagração pelo dom do amor divino (cf. *Rm* 5,5) recebido no Batismo, aperfeiçoado na Crisma; é aquele mesmo amor com que Jesus Se entregou ao Pai como vítima de expiação pela salvação da humanidade. Essa vivência é união existencial com Jesus em Sua entrega de amor expiador, união que se realiza de maneira sacramental na Santíssima Eucaristia, ápice da nossa união com Jesus Cristo em Seu sacrifício expiatório – união que significa participar –, bem como fonte dessa união para a nossa vida toda.

Ora, se um ato (oração) de consagração expiatória é, no fundo, uma explicitação e desenvolvimento do que já está contido na consagração batismal e crismal e é realizado particularmente na Santíssima Eucaristia, tal consagração expiatória encontra-se na linha do desenvolvimento pleno

²⁰³ Cf. N. THANNER, *O Significado da Oração Eucarística. A Eucaristia em sua Dimensão sacrificial*, em: *SapCru* 7 (2006) 112-126.

²⁰⁴ Pio XI lembra uma observação pertinente de São Cipriano sobre a nossa participação no Sacrifício do Senhor: “São Cipriano não duvida em afirmar que ‘o sacrifício do Senhor não é celebrado com a santidade requerida, quando nossa oblação e nosso sacrifício não correspondem à sua paixão’ (*Epist.* 63,9)” (Pio XI, *Miserentissimus Redemptor*, n. 10).

²⁰⁵ Cf. *Cat.* 1121, 1273, 1305.

da vida cristã, que é vida de fé, esperança e, acima de tudo, de amor (cf. *ICor* 13).²⁰⁶

Aqui podemos levar em consideração outras “consagrações” que surgiram no decurso da história da Igreja, como são a consagração ao Sagrado Coração de Jesus, a consagração a Maria, Sua Mãe e nossa Mãe, a consagração aos Santos Anjos, servos do Senhor e co-servos nossos²⁰⁷. Essas consagrações levam as respectivas devoções a um estado de pleno desenvolvimento. Assim, a devoção à Mãe de Jesus e nossa Mãe – fundamentada no Batismo, pelo qual nos tornamos também filhos dela – é levada à perfeição (reconhecendo, até as últimas conseqüências, a sua missão de Mãe na economia da salvação) através da consagração a ela (o seu coração imaculado-maternal é símbolo real da sua pessoa), bem como a consagração aos Santos Anjos não é outra coisa senão uma explicitação e desenvolvimento pleno da comunhão do cristão com eles, iniciada e fundamentada no Batismo, reconhecendo clara, plena, concretamente, com todas as conseqüências resultantes daquela comunhão, a sua missão na economia da salvação.²⁰⁸ A consagração ao Sagrado Coração de Jesus não é outra coisa senão uma explicitação e intensificação consciente de uma dimensão presente na consagração batismal e crismal, consagração a Deus em e por Jesus Cristo, nosso Salvador. A consagração ao Sagrado Coração de Jesus “proclama e confirma a nossa união com Cristo”²⁰⁹. Com essa consagração “nos entregamos totalmente ao Coração Divino, reconhecendo que da divina bondade recebemos todo bem”²¹⁰. Fazemos, portanto, ou melhor, reforçamos o que já fizemos no Batismo (ou, tratan-

²⁰⁶ Por isso, o Papa Pio XI pôde escrever: “Quantos, abrasados pelo amor a Jesus padecente, aplicarem o ânimo a estas considerações, não poderão deixar de reparar com maior empenho a honra de Cristo, expiar as culpas próprias e alheias e procurar a eterna salvação das almas. [...] Quem com amor meditar quanto lhe formos lembrando, e o imprimir no próprio coração, deverá, com certeza, não só detestar qualquer pecado como mal sumo e, portanto, evitá-lo, mas oferecer-se totalmente à vontade de Deus e empenhar-se em reparar a honra de Deus ofendida, com prece constante, com o uso de penitências voluntárias e a aceitação resignada de todas as provações, numa palavra, com a vida toda imbuída deste espírito de reparação” (*Miserentissimus Redemptor*, n. 19).

²⁰⁷ Cf. W. WAGNER, *Consecrations to the Holy Angels. A Theological and Historical Study – Part I*, em: *SapCru* 2 (2001) 57-84; ID., *Consecrations to the Holy Angels. A Theological and Historical Study – Part II*, em: *SapCru* 3 (2002) 89-156.

²⁰⁸ Veja-se a exposição de tudo isso em W. WAGNER, *Consecrations to the Holy Angels. A Theological and Historical Study – Part I*, 57-80.

²⁰⁹ PÍO XI, *Miserentissimus Redemptor*, n. 12.

²¹⁰ ID., *ibid.*, n. 4.

do-se de batismo de crianças, realizamos conscientemente um conteúdo objetivo do Batismo): reconhecemos consciente e plenamente que tudo recebemos do amor (“coração”) de Jesus, manifestação do amor de Deus Pai; consagramo-nos a este amor, confirmando-reforçando o nosso compromisso de nos abrir a ele e de vivê-lo concretamente, configurando-nos a Jesus em Seu amor ao Pai e aos homens, particularmente no Sacrifício da Cruz (cf. *Gl* 2,19s). Deste modo, na consagração ao Sagrado Coração de Jesus encontra-se um dinamismo que leva, com a consequência lógica do amor, à participação expressa, explícita e plena no amor expiador de Jesus ao Pai pela salvação dos homens, isto é, a consagração expiatória.²¹¹ Aliás, verdade é que também na consagração ao Imaculado Coração de Maria e na consagração aos Santos Anjos encontra-se aquele dinamismo, pois estas consagrações pretendem – e realizam, de fato, o que pretendem, se forem bem entendidas e vividas – ajudar a viver uma união maior com Jesus Cristo, no Espírito Santo.²¹²

A consagração expiatória é, portanto, participação na consagração expiatória do próprio Senhor Jesus Cristo; é levar a imitação de Cristo, a vida cristã, ao seu pleno desenvolvimento (o amor deseja a mais perfeita conformação com o Amado, a comunhão com tudo que é do Amado); é um compromisso consciente e expresso de viver o amor que Cristo viveu,

²¹¹ O Papa Pio XI exprimiu esse dinamismo com as seguintes palavras: “Assim, pois, como a consagração proclama e confirma a nossa união com Cristo, assim o desagravo [a expiação], enquanto nos purifica de nossas culpas, dá princípio a esta mesma união, desenvolve-a, tornando-nos participantes dos sofrimentos de Cristo, e leva-a a seu total cumprimento mediante a oblação de sacrifícios em prol de nossos irmãos” (*Miserentissimus Redemptor*, n. 12).

²¹² São significativas as palavras do Papa João Paulo II no ato de entrega e consagração do mundo ao Coração Imaculado de Maria, realizado por ele no dia 13 de maio de 1982, em Fátima: “Em virtude desta consagração [= *Jo* 17,19], os discípulos de todos os tempos são chamados a empenhar-se pela salvação do mundo, a ajuntar alguma coisa aos sofrimentos de Cristo em benefício do Seu Corpo, que é a Igreja. Diante de Vós, Mãe de Cristo, diante de Vosso Coração Imaculado, desejo eu, hoje, juntamente com toda a Igreja, *unir-me com o nosso Redentor nesta sua consagração pelo mundo e pelos homens*, a qual só no seu Coração divino tem o poder de alcançar o perdão e de conseguir a reparação. [...] A esta consagração do nosso Redentor, mediante o serviço do sucessor de Pedro, une-se a Igreja, Corpo místico de Cristo. [...] Sede louvada, Vós que *estais inteiramente unida à consagração redentora do Vosso Filho!* [...] 3. Confiando-Vos, ó Mãe, o mundo, todos os homens e todos os povos, nós *Vós confiamos também a própria consagração em favor do mundo*, depositando-a no Vosso Coração materno” (*Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, vol. V, 2: 1982 (maggio-giugno), Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, pp. 1591-1593). O grifo é nosso.

de amar os irmãos espiritualmente necessitados como Cristo nos amou, isto é, amando o Pai, com um amor que sofre as consequências do nosso pecado (= amor *expiador*), em nosso lugar e em nosso benefício (nossa salvação e plena santificação).

Tal consagração expiatória, sendo uma explicitação e desenvolvimento de uma dimensão essencial da consagração batismal e crismal, requer, em uma forma básica e geral, apenas uma vida cristã bem desenvolvida; não exige necessariamente uma extraordinária santidade, um grau de amor excepcionalmente alto, ou seja, uma vocação muito especial. Esta forma de consagração expiatória – que se podia chamar “geral” – consiste simplesmente em uma oferta de prontidão ao Senhor para que possa usar o Seu discípulo como instrumento do Seu amor expiador em benefício de outros que necessitam de ajuda. Com esta **oferta expiatória geral** ou fundamental coloco-me à disposição do Senhor, pronto àquela ajuda que os membros da Igreja, no seguimento de Cristo, deveriam prestar-se uns aos outros, isto é, aos que precisam de ajuda para andar no caminho de salvação.²¹³

Uma outra forma de consagração expiatória pode ser a de uma **oferta especial** por uma determinada pessoa em uma situação mais grave, situação de pecado, de cegueira espiritual, de escravidão espiritual de diversos tipos, situação de perigo de perdição (eterna). Tal consagração exige certamente uma graça especial, um grau maior de amor capaz de seguir a Cristo no caminho da cruz, do *sofrimento*.²¹⁴ Pois, como vimos acima, a expiação implica o sofrimento de consequências do pecado da pessoa a ser ajudada, libertada, uma certa partilha da situação, das dificuldades dela. Por isso, quem se sentir impelido a fazer uma tal consagração expiatória especial, deveria consultar seu diretor espiritual ou seu

²¹³ Aqui se trata do que fala o Papa Paulo VI, no texto já citado, mas que aqui reproduzimos de novo: “Seguindo as pegadas de Cristo, os fiéis sempre procuraram *ajudar-se uns aos outros* no caminho que conduz ao Pai celeste pela oração, pela apresentação de bens espirituais e pela expiação penitencial; e quanto mais seguiam o *fervor da caridade*, tanto mais também imitavam a Cristo sofredor, *levando sua cruz em expiação de seus pecados e dos outros*” (PAULO VI, Constituição Apostólica *Indulgentiarum doctrina*, 5). O grifo é nosso.

²¹⁴ Poderíamos pensar na atitude do Apóstolo Paulo, embora ele se refira não a alguma pessoa determinada, mas ao povo de Israel: na Carta aos Romanos, pelo grande amor a seus irmãos judeus que se recusam a acreditar em Jesus (e daí, a tristeza e dor incessante em seu coração), ele está pronto a sofrer aquilo que lhe causaria a maior dor: a separação de Cristo, se com isso conseguir para seus irmãos a grande graça da conversão a Cristo (cf. *Rm 9,2s*).

confessor ou outra pessoa que tenha os devidos conhecimentos e dom de discernimento para poder reconhecer se existem as condições necessárias para poder responsabilmente fazer tal consagração. Aconselhável também seria, particularmente em casos mais graves, que fossem várias pessoas que, deste modo, se empenham a libertar uma determinada pessoa da grave necessidade espiritual, da qual não vai conseguir sair sem ajuda de outra(s) pessoa(s).

Enfim, pode-se pensar ainda em mais uma forma de consagração expiatória, que une, de alguma maneira, aspectos das duas anteriores: uma oferta expiatória por *uma determinada pessoa* que, no entanto, não necessita de ajuda por causa de uma situação (grave) de pecado, mas por causa de *uma missão* (de grande responsabilidade) *a cumprir*. Trata-se de ajudar a essa pessoa no que *lhe falta* para o fecundo desempenho da tarefa. Aquilo que *lhe falta* (em santidade, sabedoria, determinadas virtudes, ou seja, um determinado grau de virtude necessário para a plena fecundidade) não resulta sempre necessariamente de culpa própria, pessoal. No entanto, também neste caso, a deficiência não deixa de provir de alguma culpa de membros da Igreja que não cumpriram a sua medida na colaboração com Cristo em Sua obra de salvação²¹⁵. Alguns membros precisam “completar” o que falta *à Igreja* por causa de negligências, faltas de outros membros.²¹⁶ Aqui estamos plenamente naquela “comunhão da

²¹⁵ Quanto ao nosso caso, poderiam, p. ex., ser deficiências na formação da pessoa, devidas a faltas dos formadores.

²¹⁶ Aqui convém refletir ainda sobre aquela palavra paulina importante para o nosso tema da expiação, que já encontramos anteriormente: “Agora regozijo-me nos meus sofrimentos por vós, e *completo o que falta às tribulações de Cristo em minha carne pelo Seu Corpo, que é a Igreja*” (*Cl* 1,24). Tem-se dado diversas interpretações desta palavra (cf. J. KREMER, *Was an den Leiden Christi noch mangelt. Eine interpretationsgeschichtliche und exegetische Untersuchung zu Kol 1,24b*, Bonn 1956; K.J. WALLNER, *Sühne – heute aktuell?*, 117-122). Como já vimos, o *Catecismo da Igreja Católica* reconhece nessa palavra a afirmação da associação dos discípulos (beneficiários do sacrifício redentor) ao mistério do sofrimento redentor de Cristo (cf. *Cat.* 618), tornando-se assim “cooperadores de Deus e do seu Reino” (cf. *Cat.* 307; também 1508).

Ora, a interpretação mais profunda de como isso se realiza é aquela que por primeiro foi exposta por Sto. Agostinho. Fundamento desta interpretação é a expressão “pelo Seu Corpo, que é a Igreja”. É *pela Igreja* que o Apóstolo completa as tribulações de Cristo. Mas são realmente “as tribulações de Cristo” que ele diz estar completando. Como? Podemos responder com a formulação que São Tomás de Aquino deu a essa interpretação: “Deve-se entender que Cristo e a Igreja são uma (só) pessoa mística, cuja Cabeça é Cristo, e o Corpo são todos os justos, e todo justo é como um membro dessa Cabeça. [...] Deus, porém, determinou em sua predestinação quanto mérito deve haver por toda a Igreja,

caridade” (*Cat.* 953), de que acima falamos. A pessoa que quer fazer esta consagração expiatória oferece-se ao Senhor com a **prontidão do amor a renunciar**: renunciar aos próprios interesses, à satisfação pessoal que resulta normalmente do bem que se faz, à consolação pessoal, ao “retorno” pela gratidão, reconhecimento, afeto que se recebe da(s) pessoa(s) ajudada(s). Neste sentido, para a renúncia ser completa, a pessoa poderá nem saber a quem está assim ajudando; não verá um resultado da sua entrega amorosa, das suas orações, seus sacrifícios, de sua vida de amor ao Senhor e ao próximo. Poderá ser uma consagração expiatória marcada particularmente pelo *silêncio e escondimento*: é renúncia *completa*; a pessoa somente procura amar, com todas as consequências de morrer a si mesma, de renunciar ao próprio interesse e satisfação, contentando-se com a consciência de que “Deus sabe tudo” e pode usá-la como instrumento do Seu amor para quem Ele quer. Se for naquela modalidade que acima indicamos, isto é, para uma determinada pessoa (p. ex., um bispo, um sacerdote), poderá ser o diretor espiritual ou o confessor que pede que tal oferta expiatória seja feita por uma determinada pessoa, sem que a pessoa que faz a consagração saiba para quem se oferece.

Quando falamos de consagração expiatória como participação na consagração expiatória do próprio Senhor Jesus, já está claro que tal consagração não pode contentar-se com uma oração, ou seja, não pode consistir apenas em rezar uma fórmula de oferecimento, uma declaração

tanto na Cabeça como nos membros [...]. E entre esses méritos estão principalmente os sofrimentos dos santos. Mas os méritos de Cristo, isto é, da Cabeça, são infinitos, enquanto todo santo apresenta méritos segundo a sua medida” (*Super Epistolam ad Colossenses Lectura*, cap. I, lect. VI, n. 61).

O Apóstolo completa, portanto, as tribulações *de Cristo*, mas de Cristo que é uma só pessoa mística com a Igreja, com os membros da Igreja. Assim, também os sofrimentos *da Igreja* são os sofrimentos *de Cristo*. A Igreja tem a sua parte (apresentada por São Tomás sob o aspecto do “mérito”) a contribuir para a realização consumada, em todos os seus aspectos, da obra redentora de Cristo (vejam-se os esclarecimentos já dados anteriormente). Ora, a Igreja faz isto em e através de todos os seus membros e de cada um deles. E se existem membros que não fazem a sua parte ou a fazem apenas parcialmente (e, mais ainda, se são membros que têm uma missão importante na Igreja)? Não será que outros podem “completar” – através do amor expiator, que, de fato, é amor *maior* – o que está faltando na contribuição própria e necessária da Igreja para o pleno desenvolvimento do Reino de Deus na terra, para o pleno cumprimento de sua missão? A realidade da “comunhão” na Igreja (“comunhão dos santos”, comunhão dos bens espirituais), particularmente a comunhão da caridade – com uma profunda solidariedade entre os membros – nos mostra que é possível (cf. *Cat.* 953).

da intenção expiatória em forma de oração²¹⁷, mas numa compenetração de toda a vida da pessoa pelo amor expiador do Senhor. A consagração expiatória deverá traduzir-se em uma *atitude* de vida, uma **orientação fundamental de toda a vida** da pessoa: conformação perfeita, na medida do possível pela graça divina, com Jesus Cristo crucificado, seguimento perfeito de Cristo em Sua entrega de amor ao Pai por nós.

3) “Consolar Jesus” faz parte de uma espiritualidade da expiação?

Até agora falamos da expiação como nossa participação no amor expiador de Jesus, enquanto somos membros do Seu Corpo aqui na terra; falamos dessa participação no amor expiador de Jesus como um *dom* que Ele faz a nós – dom que é ao mesmo tempo uma tarefa de grande responsabilidade. Para isso requer-se a presença do *Espírito do Amor* em nossos corações (= dom que Jesus nos fez), o mesmo Espírito que esteve presente e atuante no Coração de Jesus ao Se oferecer por nós ao Pai na cruz.

Particularmente na devoção ao Sagrado Coração de Jesus, porém, está presente também uma outra dimensão de reparação-expiação, que o Papa Pio XI descreveu com as seguintes palavras:

E, na verdade, o espírito de expiação ou desagravo foi sempre parte principal do culto que se tributa ao Coração de Jesus, e é por certo a prática mais condizente com a história, a natureza, a eficácia, a índole própria deste culto, segundo demonstram os fatos, a praxe dos fiéis, a sagrada liturgia e os atos dos Sumos Pontífices. Com efeito, ao manifestar-se a Margarida Maria, Jesus, ao mesmo tempo que enaltece a imensidade do seu amor, com aspecto aflito e consternado, lamenta-se das inúmeras e graves ofensas que recebe da ingratidão dos homens, com termos que prontamente deveriam repercutir no âmago de quantos o queiram e nunca apagar-se de sua memória: “Eis – diz – o Coração que tanto amou os homens, que os encheu de inúmeros benefícios; mas em troca de seu amor infinito, bem longe de encontrar reconhecimento, só recebe indiferença, esquecimento e ofensas; e assim correspondem almas, que lhe deveriam tributar homenagem de especial amor”. Para desagravar essas culpas, entre outros piedosos exercícios, o próprio Jesus indicou como especialmente gratas a seu Coração Santíssimo a Comunhão, que por isso mesmo se chama Reparadora, e a prática da Hora Santa, consagrada a atos e orações expiatórios – devoções

²¹⁷ Veja-se, como um exemplo de tal oração, a de Santa Faustina, em: Ir. M. Faustina KOWALSKA, *Diário. A Misericórdia Divina na minha alma*, Fátima 1995, 123 (caderno I do diário, n. 133: “Acto de Oferecimento”).

estas que a Igreja não somente aprovou, mas enriqueceu com copiosos favores espirituais.

[...] as almas piedosas contemplam as dores do Salvador, enquanto os pecados e os delitos dos homens, perpetrados no decurso de todos os tempos, motivaram a condenação de Jesus, e ainda agora seriam de per si capazes de lhe causar a morte, acompanhada das mesmas dores e das mesmas angústias, já que todo pecado em si, de algum modo, renova a Paixão do Senhor, “crucificando de novo o Filho de Deus e expondo-o às injúrias” (Hb 6,6). Se, portanto, em vista de nossos pecados futuros, porém previstos, a alma de Jesus esteve triste até a morte, não há dúvida de que, desde então lhe tenha dado algum conforto a previsão do nosso desagravo, quando “lhe apareceu o Anjo do céu” (Lc 22,43), a consolar-lhe o Coração oprimido pela tristeza e pela angústia. E assim também agora, de modo admirável, porém verdadeiro, **podemos e devemos consolar este Coração Sacratíssimo**, continuamente ofendido pelos pecados dos homens ingratos, já que – como se lê na sagrada liturgia – o próprio Cristo, pelos lábios do salmista, se queixa, abandonado por seus amigos: “O meu Coração aguarda opróbrios e misérias; esperei por alguém que participasse de minha tristeza, mas não o achei, e por algum consolador, mas não foi possível depará-lo” (Sl 48,21).²¹⁸

À idéia de que “somos nós que de qualquer forma *consolamos a Cristo*, que se encontra desconsolado ou desolado porque tantos não correspondem ao seu amor”, foi objetado: “somos nós que consolamos Jesus, ou é o Senhor que consola o seu povo? Na Escritura *é sempre Deus que consola o seu povo*, e não vice-versa”²¹⁹

Porém, o acontecimento do Getsêmani manifesta que o coração de Jesus, Deus feito homem, não é insensível ao amor ou desamor dos Seus: Ele deseja a companhia fiel dos Seus (que Lhe dá conforto) e é profundamente entristecido quando percebe que não correspondem ao Seu pedido (cf. Mt 26,37-45; veja-se também o Salmo 48, citado por Pio XI).²²⁰ Além

²¹⁸ Pío XI, *Miserentissimus Redemptor*, nn. 13 e 14. O negrito é nosso.

²¹⁹ Andréa TESSAROLO, *Theologia Cordis. Apontamentos sobre teologia e espiritualidade do Coração de Jesus*, Bauru 2000, 98 e 99.

²²⁰ O então Cardeal Wojtyła, pregando o retiro anual ao Papa e à Cúria romana, refletiu sobre o pedido de Jesus aos três Apóstolos, de se unirem à Sua oração no Getsêmani. Nessa reflexão, ele reconhece que a queixa ou repreensão de Jesus, dirigida aos três, “atinge a todo discípulo de Cristo. De alguma maneira, a Igreja toda continua a ouvir as mesmas palavras: ela aceita a repreensão [...] como se fosse dirigida a ela, e procura preencher, com sua presença, a hora perdida pelo sono, durante a qual Jesus no Getsêmani estivera abandonado. [...] A Igreja procura sempre essa hora perdida de Getsêmani [...], ela tenta

disso, é preciso reconhecer a posição dos discípulos do Senhor não apenas enquanto são membros do Corpo de Cristo, nos quais e através dos quais o Senhor, no Espírito Santo, age (em relação ao Pai e aos homens a serem salvos), mas igualmente enquanto, no mesmo Espírito Santo, são a “*Esposa*” de Cristo, enquanto estão *defronte de Cristo*, relacionando-se com Ele como pessoas distintas d’Ele, dando – ou não – a resposta de amor a Ele. Em termos de teologia trinitária, é preciso considerar que o Espírito Santo não apenas é a unidade pessoal de amor entre o Filho e o Pai, de modo que é n’Ele que o Filho encarnado vive a Sua relação de amor para com o Pai Celeste (sendo a paixão-morte o ápice da Sua entrega sacrificial), mas o Espírito Santo é também Aquele que procede do Filho (do Pai e do ou pelo Filho); é, portanto, *relação subsistente ao Filho* (ao Filho e ao Pai como um único princípio). Por isso mesmo, é *no Espírito Santo* que os discípulos, como Esposa de Cristo, em sua relação de amor a Cristo, podem oferecer reparação-satisfação-desagravo ao próprio Cristo, podem amá-l’O em lugar dos que não O amam, podem “consolar Jesus”. É claro que não se pode reconhecer esta dimensão da expiação (em relação a Jesus), se não se reconhece no mistério do amor expiador de Jesus a relação a Deus Pai (oferta de satisfação, homenagem reparadora, sacrifício como oferta a Deus), mas se vê apenas a relação de Jesus aos homens a serem redimidos. Sendo assim, pode-se reconhecer apenas a manifestação-tradução “econômica” (na economia da salvação) da relação de origem *do Filho ao Espírito Santo* (o Filho envia-O de junto do Pai aos discípulos e no Espírito Santo e por Ele age nos Seus membros e através deles para a salvação dos homens). Não se reconhece, portanto, a manifestação-tradução “econômica” da relação *do Espírito Santo ao Filho*, isto é, que os discípulos de Cristo podem e devem – como Igreja Esposa de Cristo pela presença neles do Espírito Santo – dar a resposta de amor *a Cristo*. Esta resposta de amor pode também ser a do amor *reparador*, exatamente pela ação do Espírito Santo neles, enquanto o Espírito Santo é, como pessoa distinta, subsistente relação de origem *ao Filho*.

Considerando tudo isso, já não se terá dificuldade com as seguintes palavras de aprovação do Papa Pio XI:

reparar a falta [...] O Senhor Jesus concede-nos estar com ele naquela hora, que na história da humanidade passou irreversivelmente, e nos convida, como naquele tempo, a participar na oração de seu coração” (Karol WOJTYLA, *Zeichen des Widerspruchs. Besinnung auf Christus*, Zürich – Freiburg im Breisgau 1979, 173s; original italiano: *Segno di contraddizione. Meditazioni*, Milano 1977).

Deste espírito nasceram muitas famílias religiosas de ambos os sexos, que, de dia e de noite, se esforçam, sucessivamente, por fazerem as vezes do Anjo consolador de Jesus no horto; deste espírito nasceram as pias associações, aprovadas pela Santa Sé e favorecidas com indulgências, que, com oportunos exercícios de piedade e de virtude, entendem desagrar o Senhor; tais são, para não falarmos em outros, o uso freqüente de solenes atos de reparação, por parte não só de fiéis particulares, mas de paróquias, dioceses e nações inteiras.²²¹

Conclusão

A expiação cristã – expiação de Cristo e dos cristãos, isto é, de Cristo em Si mesmo e em Seus membros – é um mistério de *amor*; é exatamente o *ápice insuperável* do amor. Pensar que ela seja o suportar um castigo (em lugar de outra pessoa, que o merece) seria desconhecer-lhe totalmente a essência. Na verdade, a expiação de Jesus é um *sacrifício* oferecido a Deus, uma homenagem de valor infinito, capaz de reparar a ofensa de todo e qualquer pecado de todos os homens. A expiação dirige-se, portanto, a Deus, mas em benefício dos homens pecadores: é um ato de *amor a Deus* – amor obediente, reverente, adorador –, bem como de amor aos *homens* em situação miserável, devida ao pecado. Por isso, a expiação implica uma realização perfeita da *misericórdia* para com o homem em sua miséria maior, a saber, aquela que é consequência imediata do pecado. Esse amor expiador é, sem dúvida, um amor *sofredor*, sendo um sofrimento que é consequência do pecado. Este sofrimento – máxima solidariedade compassiva (padecer com outrem) com o homem pecador – dá ao amor a qualidade reparadora-expiadora, possibilitando aquele “mais” de amor que o amor reparador-expiador requer e que é devido a uma maior liberdade (“livremente” como o contrário de “necessariamente”). Apenas assim se pode reconhecer *o verdadeiro papel do sofrimento* na obra salvadora de Cristo; assim explica-se até mesmo a grandeza sublime, embora misteriosa, deste sofrimento, sem, no entanto, glorificar o sofrimento em si mesmo.

Na verdade, o amor expiador de Jesus Cristo é o mistério do Seu *amor mais perfeito possível*, amor tanto a *Deus* como aos *homens*, bem como a *manifestação suprema do amor misericordioso de Deus* aos homens

²²¹ Pío XI, *Miserentissimus Redemptor*, n. 20.

(“Deus amou tanto o mundo que enviou-nos Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados”).

Ora, para os membros de Cristo aqui na terra, poder viver – participando dele – esse amor expiador, amor a Deus e aos outros (pelos quais se oferece, intercede), é verdadeiramente *o ápice da imitação de Cristo*, a participação perfeita no Seu amor, vivência perfeita do amor misericordioso de Deus em um coração humano. E nessa configuração perfeita do discípulo com Jesus Cristo em Seu amor levado ao extremo podemos reconhecer uma razão sublime e forte para a colaboração ativa da Igreja na obra redentora de Cristo, enquanto obra do amor expiador.

Uma *consagração expiatória* formal, em suas diversas formas possíveis, desenvolve, aprofunda e explicita uma dimensão essencial da consagração batismal e crismal do cristão, sendo esta uma participação no sacerdócio de Cristo. A consagração expiatória formaliza, por assim dizer, a consagração expiatória implicada na consagração batismal e crismal.

Nathanael Thanner ORC

Índice

Introdução	22
I. O pecado: ruptura da comunhão interpessoal entre o homem e Deus, ferindo a honra e o amor de Deus.....	28
1. A comunhão entre o homem e Deus à imagem da comunhão, em Deus, entre o Filho e o Pai no Espírito Santo	28
2. O pecado: ruptura da comunhão entre o homem e Deus, causando uma ofensa infinita a Deus	30
1) A ruptura da comunhão entre o homem e Deus pelo pecado ..	30
2) A ofensa divina causada pelo pecado	31
a) A ofensa divina na Sagrada Escritura	31
b) A explicação teológica.....	32
Ofensa <i>ativa</i>	32
Ofensa <i>passiva</i>	34
Ofensa real, profunda, infinita de Deus-Amor-perfeitíssimo	37
A “ira” de Deus como manifestação da ofensa em Deus	40
II. A necessidade e a possibilidade da reparação do pecado	41
1. A reparação da ofensa divina é necessária para o perdão do pecado?	42
2. Como pode ser reparado o pecado?	49
1) Duas possibilidades de reparação.....	49
2) A linguagem para exprimir a realidade misteriosa	50
3) A maneira de reparar o pecado	52
4) Por que e como a <i>ofensa divina</i> pode ser reparada por meio do <i>sofrimento</i> ?	53
5) O papel do sofrimento na reparação plena do pecado.....	54
6) Somente uma Pessoa divina feita homem pode reparar o pecado.....	63
III. O <i>Sacrifício expiatório</i> de Jesus Cristo, ápice absoluto do amor de Deus e do homem Jesus	64
1. O mistério de fé a ser explicado, respeitando todos os dados.....	64
1) Teorias que “esvaziam”, de alguma maneira, “a Cruz de Cristo”.....	66
2) Dois dados essenciais a manter e conciliar	71

2. A resposta de Deus-Amor ao pecado do homem: o dom do Filho como o divino amor misericordioso encarnado	72
3. O Sacrifício expiatório da Cruz: o amor expiador do Filho de Deus feito homem como ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens e manifestação suprema do amor misericordioso de Deus.....	79
1) O amor expiador de Jesus Cristo.....	81
2) O sacrifício expiatório de Jesus Cristo: ápice absoluto do Seu amor a Deus Pai e aos homens e manifestação suprema do amor misericordioso de Deus	88
IV. O dom da participação dos membros de Cristo em Seu amor expiador	92
1. O dom de Cristo aos Seus membros: participar no Seu amor expiador	92
1) O dom de Cristo aos Seus membros.....	92
2) A nossa participação no amor expiador de Cristo pela “penitência”	97
3) A participação <i>perfeita</i> no amor expiador de Cristo pela “expição vicária”	100
2. Viver a espiritualidade da expiação	106
1) Espiritualidade do amor levado até as suas últimas consequências	106
2) A consagração expiatória: participação na consagração expiatória de Jesus.....	112
3) “Consolar Jesus” faz parte de uma espiritualidade da expiação?.....	119
Conclusão.....	122